



COMUNICAÇÃO, DIREITOS E IGUALDADE

ORGANIZADORAS

CYNTHIA MIRANDA | ALICE AGNES MOTA |
ALBERTINA OLIVEIRA | KEILA SANTOS



COMUNICAÇÃO, DIREITOS E IGUALDADE

ORGANIZADORAS

CYNTHIA MIRANDA | ALICE AGNES MOTA |
ALBERTINA OLIVEIRA | KEILA SANTOS

Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX).

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sânzio Pimenta

Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Ary Henrique Moraes de Oliveira

Conselho Editorial

Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Eder Ahmad Charaf Eddine
Marcela Antunes Paschoal Popolin
Marcio dos Santos Teixeira Pinho

Ciências Humanas, Letras e Artes

Barbara Tavares dos Santos
George Leonardo Seabra Coelho
Marcos Alexandre de Melo Santiago
Rosemeri Birk
Thiago Barbosa Soares
Willian Douglas Guilherme

Ciências Sociais Aplicadas

Roseli Bodnar
Vinicius Pinheiro Marques

Engenharias, Ciências Exatas e da Terra

Fernando Soares de Carvalho
Marcos André de Oliveira
Maria Cristina Bueno Coelho

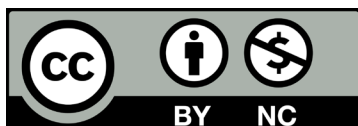
Interdisciplinar

Ana Roseli Paes dos Santos
Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Wilson Rogério dos Santos

Copyright © 2024 – Universidade Federal do Tocantins – Todos direitos reservados

Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Câmpus de Palmas
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Bloco IV, Reitoria

Palmas/TO | 77001-090



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Preparação: Joilene Lima

Capa: Joilene Lima

Diagramação: Raissa Bambirra

Revisão: O conteúdo dos textos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade dos respectivos autores.

Organizadoras: Cynthia Mara Miranda, Alice Agnes S. M. Pinho, Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira, Keila Fernandes Santos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)

M672c Miranda, Cynthia Mara

Comunicação, Direito e Igualdade. / Cynthia Mara
Miranda, Alice Agnes S. M. Pinho, Albertina Vieira de Melo
Gomes Oliveira, Keila Fernandes Santos. – Palmas, TO:
EdUFT, 2024.
151p.

Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT).
Acesso em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora>.
ISBN: 978-65-5390-084-4.

1. Comunicação. 2. Direito à informação. 3. Comunicação
inclusiva. I Pinho, Alice Agnes S. M. II. Oliveira, Albertina
Vieira de Melo Gomes. III. Santos, Keila Fernandes. IV. Título.

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é

autorizado desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

Prefácio	8
Apresentação	11
SEÇÃO 1 - COMUNICAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO DIGITAL.....	16
CAPÍTULO 1 - Pensar o Direito à Comunicação: reflexões A partir da diversidade cultural e da perspectiva de gênero	17
CAPÍTULO 2 - Comunicação Inclusiva: conceitos e usos	32
CAPÍTULO 3 - Direito à Informação: medidas adotadas pela Universidade Federal do Tocantins durante a pandemia (2021 - 2022) para garantir acesso ao ensino remoto por meio da Assistência Estudantil	46
CAPÍTULO 4 - Jornalismo na Perspectiva de Gênero e a Relevância do Instagram na Reprodução da Hegemonia dos Media	58
SEÇÃO 2 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO MIDIÁTICA: MULHERES E POPULAÇÃO LGBTQIA+ SOB ATAQUE.....	72
CAPÍTULO 5 - Palavras têm poder: a adoção da nomenclatura feminicídio no jornal Folha de S. Paulo	73
CAPÍTULO 6 - Mulher é Assassinada: reflexões sobre a responsabilidade social do jornalismo na abordagem sobre casos de feminicídio	88
CAPÍTULO 7 - Justiceiros digitais e discursos de ódio: Apontamentos sobre a entrevista do Fantástico com a detenta Suzy Oliveira	103
CAPÍTULO 8 - Representatividade homoafetiva masculina em produções audiovisuais da Rede Globo	126
Sobre as Autoras e os Autores	147

PREFÁCIO

O exercício do direito humano à comunicação pressupõe diálogo, reciprocidade, comunhão das práticas informativas e o uso social das tecnologias. Como parte dos direitos da “nova geração”, vai além da possibilidade de receber dados e notícias pelas diversas mídias. Tem como um dos princípios a horizontalidade na troca de saberes e apropriações da realidade. O compartilhamento se dá com base na autonomia dos sujeitos da comunicação para produção e distribuição de conteúdos.

A difusão se dá de modo horizontal, em ciclos de ensino e aprendizagem que levam à inclusão de todas as pessoas que participam do ato de pensar as práticas e a sua realização. O consumo é visto como uma etapa em que emissores-criadores podem atuar em diálogo com receptores-criadores, como bem enxerga o educador Paulo Freire.

Para além das técnicas empregadas e das plataformas utilizadas, importa a produção simbólica em ambientes nos quais a pluralidade de temas possui interface com a diversidade de produtores/as de sentidos. Não mais a exclusão de públicos, como os segmentos de negros/as, comunidades tradicionais, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, mulheres, idosos/as, crianças e adolescentes etc. Não mais o silenciamento imposto para tais sujeitos, mas a troca intersubjetiva que emancipa essas populações.

Nesse sentido, um dos desafios para o campo de estudo que busca a interface entre os direitos humanos e a comunicação reside na compreensão dos mecanismos de exclusão e subordinação que colocam esses públicos em segundo plano nas coberturas de imprensa. Além disso, perseverar no esforço de pesquisa que investigue como a sub-representação de tais segmentos têm sido pernicioso para que tenhamos – enquanto audiência – uma visão ainda limitada sobre suas pautas, existências, resistências e lutas.

Sendo assim, é imprescindível conhecer como se dão as violações aos direitos humanos de setores historicamente aliçados dos processos comunicacionais, que, muitas vezes, são despojados da própria humanidade para emergir nas telas e ondas de modo objetificado.

Para além de tornar “invisíveis” certos temas, há também uma função extremamente danosa para o exercício da cidadania que a mídia tende a exercer: àquela que apresenta a realidade de modo distorcido, reforçando estereótipos e reproduzindo preconceitos. Os interesses dos grupos de mídia, indiferentes à importância da regulação democrática do setor, impedem a existência de uma pluralidade de vozes, o embate de opiniões e a coexistência de valores e visões de mundo diferentes. E não podemos esquecer que a mídia brasileira de maior audiência é controlada, dirigida e editada por uma elite econômica formada por homens brancos e heterossexuais.

Observamos que o ecossistema comunicacional tem sido assaltado pela desordem informativa e campanhas sistemáticas que visam à erosão da credibilidade das instituições do Estado e do jornalismo enquanto prática profissional fundamental à vivência em uma democracia. Com frequência, nos deparamos com ataques direcionados à ciência, à pesquisa e às universidades pela emergência e disseminação – por diversas plataformas – dos negacionismos vigentes em vários campos sociais. O fenômeno reforça a importância da existência de grupos de pesquisa capazes de potencializar, com seus estudos e práticas éticas, uma comunicação que valorize todas as expressões da diversidade do país.

Portanto, a publicação da Coletânea Comunicação, Direitos e Igualdade, organizada pelas pesquisadoras Cynthia Mara Miranda, Alice Agnes S. M. Pinho, Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira e Keila Fernandes Santos, que compõem o grupo Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG), demonstra o quanto a sociedade brasileira ainda precisa avançar para enfrentar seus próprios limites na arena da comunicação.

E vai além: apresenta dados históricos, fundamentações teóricas, práticas políticas e estratégias que podem ser adotadas por movimentos sociais para sair das margens do debate público e entrar na ordem do discurso midiático, exercendo seu direito à comunicação como protagonistas das narrativas. Os artigos também oferecem sugestões tanto para condutas éticas nos meios, quanto para uso de linguagens que traduzam a diversidade de narrativas e sujeitos políticos brasileiros.

É muito bem-vinda uma publicação que oferece elementos que desmascaram a reprodução dos desvalores de classe, raça e gênero,

ainda flagrantes em “atrações” midiáticas que reproduzem estereótipos que naturalizam violações e atingem a dignidade humana.

De tal sorte, os artigos da publicação do CODiG, não somente apontam como parte das mídias tratam temas caros aos direitos das mulheres como o feminicídio, banalizando a situação, abrindo mão de contextualizar os fatos e perdendo a oportunidade de sensibilizar a sociedade acerca dos crimes para, assim, atuar de forma ética - conforme as orientações dos códigos que norteiam a profissão -, além de pedagógica quanto à prevenção e a denúncia dos casos.

Mas, por qual razão os meios de comunicação ainda “tateiam” quanto à divulgação de informações qualificadas sobre os direitos humanos? Por que ainda não colocam as mulheres e as populações LGBTQIA+, a comunidade negra e as pessoas com deficiência, por exemplo, no centro dos acontecimentos? Uma das questões apontadas é a ausência de políticas de enfrentamento aos preconceitos nas redações. Portanto, um dos problemas centrais dos estudos acerca da participação desses sujeitos coletivos nas indústrias de mídia, emerge da necessidade de por em relevo as dimensões da discriminação/opressão que permeiam suas relações com os meios de comunicação.

Por fim, os trabalhos da Coletânea Comunicação, Direitos e Igualdade nos levam a refletir que a sociedade civil deve encarar a comunicação como um locus privilegiado de sua ação política e que é vital, no Brasil, a construção de projetos de democratização da comunicação com foco nos direitos humanos.

Projetos que incentivem a apropriação das TICs, com discussão, uso e adesão de tecnologias livres para construção de outros laços comunicacionais e tecnológicos, além do investimento em processos permanentes de formação política dentro e fora das universidades, com a realização de leitura crítica da mídia e o enfrentamento às múltiplas formas de desinformação e propagação de discursos de ódio em todas as plataformas.

Dra. Ana Veloso

Professora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e Internet da Universidade Federal de Pernambuco.

APRESENTAÇÃO

Pensar a comunicação na perspectiva dos direitos humanos é abrir espaço ao diálogo e participação social, uma forma de combater desigualdades e construir uma sociedade mais democrática. Nessa direção a presente coletânea “Comunicação, Direitos e Igualdade”, primeira organizada pelo grupo de pesquisa de mesmo nome Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG), faz um convite à reflexão sobre questões atuais relacionadas ao direito à comunicação e às implicações da sua ausência.

Em tempos do fluxo veloz das informações, da multiplicação das plataformas e da troca imediata de conteúdos, o tema exige prioridade tendo em vista que os meios de comunicação contribuem para a socialização das pessoas e formação da opinião pública. Atento às prioridades discursivas dos tempos atuais de avançar na igualdade de gênero nos meios de comunicação, em novembro de 2019 foi criado o CODiG na plataforma de grupos do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em novembro de 2022 completou três anos de existência.

O CODiG está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM/UFT) e tem, entre as pessoas que participam, pesquisadoras e pesquisadores de vários níveis profissionais: graduação, mestrado e doutorado. Desde a sua criação o grupo tem atuado em duas linhas de pesquisa:

Comunicação e Gênero - com foco na comunicação na perspectiva de gênero nos meios de comunicação massivos e pós-massivos como estratégia para eliminação de estereótipos, para a promoção do pluralismo, diversidade e a erradicação da violência de gênero midiática.

Comunicação, Direitos e Políticas - aborda temas relacionados ao direito humano à comunicação, marcos e processos regulatórios e políticas públicas de comunicação e tecnologia da informação com ênfase na: liberdade de expressão, direito à informação, accountability, democratização da comunicação e linguagem inclusiva.

Apesar da sua recente trajetória, o CODiG já esteve envolvido em projeto de pesquisa em rede internacional, na realização de

webinário e organização de evento na UFT. Uma das atividades relevantes foi a participação da equipe brasileira de pesquisadoras que realizou o monitoramento mundial das notícias na perspectiva de gênero no âmbito do Projeto de Monitoramento Global dos Meios (GMMP, sigla em inglês) em 2020. O GMMP é a maior iniciativa mundial de pesquisa e promoção da igualdade de gênero nas notícias e busca destacar a responsabilidade dos meios na luta pela igualdade e os direitos humanos das mulheres.

Em fevereiro de 2022, a CODIG realizou o seu primeiro webinar internacional intitulado “Linguagem Inclusiva: os desafios e um paralelo entre a realidade Argentina e Brasileira” com palestra da pesquisadora argentina, Noelia Meuli, da Universidad Nacional de Tucumán. A palestra representou uma oportunidade de aprendizado, diálogo e troca de conhecimento com e entre os integrantes do grupo de pesquisa, abordando aspectos das realidades dos dois países participantes.

Em outubro de 2022, o grupo participou da comissão organizadora da VI Jornada Interdisciplinar de Comunicação do PPGCOM que teve como tema principal “Comunicação na Amazônia: desafios na era da desinformação” e aconteceu em formato híbrido.

A presente coletânea “Comunicação, Direitos e Igualdade”, organizada por docentes, egressas do referido programa de pós-graduação e convidados, é resultado de um esforço coletivo das suas integrantes e seus integrantes em dar visibilidade a temas que têm mobilizado a atenção do grupo de pesquisa nos últimos três anos, tendo como fio condutor o direito à comunicação e à importância da igualdade de gênero nos meios.

Os meios de comunicação desempenham um papel central nas sociedades democráticas. Se todos os dias observamos a propagação de estereótipos e preconceitos contra as mulheres, a população trans e LGBTQIA+ pelos meios de comunicação, essas injustiças e estereótipos tendem a ser reforçados, o que exige a criação de estratégias para transformação dos meios.

A comunicação, entendida internacionalmente como um direito humano básico, pressupõe, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e procurar, receber e transmitir informações

e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Nessa direção, com a preocupação de abordar a comunicação como um direito humano, a coletânea está dividida em oito capítulos que estão distribuídos em duas seções: “Comunicação, Direitos humanos e inclusão digital” e “Violência de gênero midiática: mulheres e população LGBTQIA+ sob ataque”.

A primeira seção, *“Comunicação, Direitos humanos e inclusão digital”*, reúne quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Pensar o Direito à Comunicação: reflexões partir da diversidade cultural e da perspectiva de gênero”, da autora Rose Dayanne Santana Nogueira, apresentam-se alguns aspectos históricos e conceituais sobre a comunicação como um direito humano, suas relações com a diversidade cultural e a perspectiva de gênero, além de pontuar sobre os desafios postos ao seu exercício pleno enquanto condição essencial para a democracia.

O segundo capítulo, “Comunicação inclusiva: aspectos conceituais”, de autoria de Keila Fernandes Santos e Cynthia Mara Miranda, realiza-se um levantamento conceitual e de usos da Comunicação Inclusiva para refletir sobre os desafios da garantia do acesso ao direito à comunicação por meio da linguagem que reconhece a diversidade das pessoas.

No terceiro capítulo, “Direito à Informação: medidas adotadas pela Universidade Federal do Tocantins durante a pandemia (2021 - 2022) para garantir a estudantes acesso ao ensino remoto por meio da Assistência Estudantil”, de autoria de Edisselma dos Santos Alecrim, o direito à informação, por meio da inclusão tecnológica, é o foco das discussões com destaque para a garantia do acesso ao ensino remoto durante o período da pandemia da COVID-19.

O quarto e último capítulo da primeira seção, “Jornalismo na perspectiva de gênero e a relevância do Instagram na reprodução da hegemonia dos media”, de autoria de Albertina Oliveira, discute a relevância do jornalismo na perspectiva de gênero para a construção e manutenção de uma sociedade com mais visibilidade para as mulheres como sujeitos das notícias, assim como também apresenta discussão sobre o Instagram como ator e propagador de ideias hegemônicas entre os usuários daquela rede social.

A segunda seção da coletânea *“Violência de gênero midiática: mulheres e população LGBTQIA+ sob ataque”* reúne mais quatro capítulos.

O primeiro capítulo da seção, *“Palavras têm poder: a adoção da nomenclatura feminicídio no jornal Folha de S. Paulo”*, de autoria de Cleide das Graças Veloso dos Santos e Cynthia Mara Miranda, analisa o uso do termo feminicídio nas publicações sobre assassinatos de mulheres em versões *on-line* do jornal Folha de S. Paulo publicadas após dois anos da sanção da Lei n.º 13.104/2015, que tornou o referido crime hediondo. O capítulo aponta para a carência do uso do termo feminicídio na cobertura jornalística do veículo e a falta de uma contextualização sensibilizadora sobre os aspectos desse tipo de violência e suas penalidades.

O segundo capítulo, *“Mulher é assassinada: Reflexões sobre a responsabilidade social do jornalismo na abordagem sobre casos de feminicídio”*, de autoria de Alice Agnes S. M. Pinho e Alba Maria Gomes Cobo, aborda a função social da mídia na cobertura de casos de violência de gênero, enfatizando a importância de uma postura jornalística ética para a reeducação social como estratégia preventiva e combate à invisibilização das vítimas destes crimes.

O terceiro capítulo, *“Justiceiros digitais e discursos de ódio: Apontamentos sobre a entrevista do Fantástico com a detenta Suzy Oliveira”*, de autoria de Alice Agnes S. M. Pinho, Zeninho Luiz Gasparetto Neto, Andreia Fernandes da Silva, tem como referência a reportagem exibida no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, sobre encarceradas transexuais femininas em presídios masculinos.

O texto discute a prática jornalística e o impacto da opinião pública nas mídias sociais em relação ao trabalho jornalístico, bem como o conceito de agendamento intermediário, examinando o fenômeno da comunicação coletiva nas redes sociais na mobilização de discursos justiceiros e discursos de ódio.

O quarto e último da segunda seção, *“Representação (ou representatividade?) homoafetiva/homossexual masculina em produtos audiovisuais da Rede Globo”*, autoria Lorenzo dos Santos Konageski e Ana Paula dos Santos, aborda a representação midiática de relações homoafetivas/homossexuais entre homens em produtos audiovisuais da Rede Globo de Televisão.

As pesquisas que permitiram a produção desta coletânea são financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os textos passaram por revisão de pareceristas Ad Hoc e aqui prestamos nossos agradecimentos pela valiosa colaboração. Desejamos uma boa leitura a todas as pessoas!

Organizadoras

Alice Agnes S. M. Pinho
Albertina Vieira de M. G. Oliveira
Cynthia Mara Miranda
Keila Fernandes Santos

SEÇÃO 1 - COMUNICAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO DIGITAL

1

Rose Dayanne Santana Nogueira

CAPÍTULO 1 - PENSAR O DIREITO À COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA DIVERSIDADE CULTURAL E DA PERSPECTIVA DE GÊNERO**Introdução**

A comunicação é um elemento central na sociedade e o exercício do direito à comunicação é condição essencial para o fortalecimento das democracias, para uma sociedade ser efetivamente democrática. Como destacado no Relatório MacBride, (embora datado de 1980, segue atual em suas reflexões e análises) a comunicação constitui-se em sua essência como um direito, sendo um prolongamento lógico em direção à liberdade e à democracia. O referido relatório aponta também que a comunicação deve ser bidirecional, de modo que os e as participantes possam dialogar de maneira democrática e equilibrada.

Hoje em dia se considera que a comunicação é um aspecto dos direitos humanos. Mas esse direito é cada vez mais concebido como direito de comunicar, passando por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado (UNESCO, 1983, p.287).

Segundo o Relatório MacBride, as sociedades necessitam estar informadas, se comunicar, pois a comunicação passou a ser necessidade vital para os indivíduos e coletividades. “[...] a sociedade considerada no seu conjunto não pode sobreviver se não estiver corretamente informada sobre os assuntos” (UNESCO, 1983, p.22), logo, é por intermédio dos meios de comunicação que muitas informações relevantes, como aqueles referentes às políticas públicas, por exemplo, chegam à população que pode ser beneficiada. Em

contrapartida, a falta de acesso a essas mesmas informações pode dificultar a garantia de seus direitos fundamentais.

Para que os indivíduos possam desempenhar papel de cidadãos responsáveis na sociedade, nos planos local, nacional e internacional, é preciso que estejam adequadamente informados e que conheçam fatos suficientes para poder tomar decisões fundamentadamente racionais e escolher uma linha de conduta (UNESCO, 1983, p.260).

No contexto da crise sanitária da COVID 19, foi possível observar de maneira incisiva a importância do direito à informação, quando se vivia em um contexto de “infodemia” e de avalanches de desinformação. Embora, antes da pandemia, a desinformação e a propagação de *fake news* já se constituíam em graves ameaças às democracias, o problema foi intensificado nesse contexto. Assim, o acesso à informação verdadeira sobre o número de casos e sobre as formas de proliferação dos vírus teve um papel decisivo para os cuidados e prevenção da doença, permitindo às pessoas exercerem o direito à saúde, por exemplo. Além disso, essa informação foi fundamental para a viabilização de políticas emergenciais, como foi o caso do auxílio emergencial, entre outras.

O direito humano à comunicação, enquanto conceito, segue em desenvolvimento, no entanto, é mais bem compreendido a partir de suas premissas e relações com outros direitos, como por exemplo o de acesso à informação e de liberdade de expressão. Ele se aperfeiçoa quando se pensa a comunicação como um direito que viabiliza outros direitos e sua negação pode implicar na privação desses direitos para algumas pessoas. Além disso, também é necessário pensar no papel dos meios de comunicação na produção e reprodução de conteúdo que violem, por exemplo, os direitos humanos de populações estigmatizadas historicamente, social e culturalmente como mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros, indígenas, entre outras.

Isso é demanda da sociedade civil, uma luta por direitos e por uma sociedade mais justa e democrática, que coloca as nações em sua organização estatal como responsáveis por elaborar estratégias de enfrentamento a essas violações e construir políticas públicas que tenham como foco o direito à comunicação, considerando a pluralidade de vozes e a diversidade cultural de forma igualitária e não discriminatória.

Apesar de se entender que a discussão em torno do direito humano à comunicação, enquanto conceito, segue em construção, propõe-se uma discussão focada, mais diretamente, em dois aspectos: a diversidade cultural e a perspectiva de gênero, com foco nas mulheres.

Assim, neste capítulo introdutório, a proposta é apresentar alguns aspectos históricos e conceituais sobre a comunicação como um direito humano e os desafios postos ao seu exercício pleno enquanto condição essencial para a democracia. Para isso, discorre-se sobre alguns documentos históricos relacionados a este debate; relações com a diversidade cultural e com a adoção de uma perspectiva de gênero; e apresentam-se algumas considerações finais. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se pesquisa bibliográfica e análise documental.

Documentos e aspectos históricos sobre direito à comunicação

Direitos à liberdade de expressão, de opinião e de acesso à informação são conceitos anteriores ao direito à comunicação (VANNUCHI, 2018). Embora haja outros referenciais, toma-se como ponto de partida histórico a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, que traz, em seu artigo 19, algumas características que impulsionaram o entendimento da comunicação como um direito humano. “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, não paginado).

No contexto americano, é pertinente citar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da Organização de Estados Americanos (OEA), que, em seu artigo 13, destaca que é direito não apenas acessar e receber informações, mas também a possibilidade de as difundir.

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por

qualquer meio de sua escolha (OEA, 1969, art. 13, texto eletrônico).

Segundo Lima (2015; 2021), a carência por desenvolver e positivar o direito à comunicação teria sido identificada ainda em 1969, pelo francês, Jean D'Arcy. Sobre esse ponto, Gomes (2007, p.88) complementa:

Em 1969, o francês Jean D'Arcy registrou, em um trabalho intitulado *Les Droits de L'homme à Communiquer* (Os Direitos do Homem à Comunicar), a premência de um novo direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Ele chamava atenção para a necessidade da criação do direito à comunicação, por entender que a fundamentação, até então, nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), tocante à comunicação, não mais contemplava a amplitude desse direito e do próprio conceito de comunicar.

Nesse sentido, os aspectos levantados por D'Arcy serviram de fomento para uma série de debates em torno de novos paradigmas relacionados à comunicação e aos direitos humanos (GOMES, 2007). No final da década 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) iniciaram um estudo global relacionado aos problemas da comunicação. Então, no ano 1977, formou-se uma comissão com 16 integrantes de todos os continentes, sendo presidida pelo irlandês, Sean MacBride.

Da América Latina, dois representantes integraram este grupo: o jornalista e escritor colombiano, Gabriel Garcia Márquez, e o diplomata chileno, Juan Somavia. Expoentes da Escola Latino-Americana de Comunicação também influenciaram os debates em torno das teses e formulações discutidas no âmbito da referida comissão, que, posteriormente, embasaram o arcabouço teórico do relatório final, como por exemplo: o brasileiro Paulo Freire, com "matriz dialógica da comunicação"; o boliviano Luis Ramiro Beltrán, com as premissas do seu modelo de "comunicação horizontal"; e o chileno Fernando Reyes Mata, com o conceito de "comunicação alternativa" (MELO, 2008).

A versão final do Relatório MacBride (como ficou conhecido), intitulado "Um mundo e muitas vozes", foi acolhida e publicada pela UNESCO em 1980. O texto posicionava a comunicação como um direito, além de destacar sua complexidade e alguns elementos para sua definição.

Todo mundo tem o direito de comunicar. Os elementos que integram esse direito fundamental do homem são os seguintes, sem que sejam de modo algum limitativos: a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e os outros direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo (UNESCO, 1983, p. 288).

O Relatório apontava, entre outros pontos: os problemas da comunicação no mundo em sociedades modernas; a existência de grave assimetria no fluxo mundial de informação; diretrizes para a criação de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic); a necessidade da adoção de políticas públicas para garantir igualdade e limitar a concentração dos meios de comunicação; a complexidade e premissas da comunicação como direito humano (UNESCO, 1983).

Segundo Moraes (2016, p.137), embora tenha recebido apoio internacional, “os imperativos do mercado enfraqueceram o debate sobre a diversidade cultural e inviabilizaram as mudanças sugeridas pelo Relatório MacBride”. O documento foi alvo de um boicote, enfraquecido no contexto neoliberal ao longo da década de 1980, combatido e condenado pelos Estados Unidos e Inglaterra, que na época se desligaram, momentânea, da UNESCO.

Numa perspectiva histórica, não é difícil de perceber que o Relatório MacBride foi intencionalmente desprestigiado, subestimado e mesmo ignorado na escalada conservadora que se seguiu, porque, de fato, representava – e ainda representa, mesmo tomando-se em conta as mudanças ocorridas desde então – um avanço indiscutível em termos de discussão e definição de linhas norteadoras para políticas de estímulo e proteção à diversidade informativa cultural (MORAES, 2016, p.137).

No entanto, o debate acumulado antes, durante e após a divulgação do Relatório é um marco histórico seminal para a comunicação e a informação na sociedade. Afinal, já se passaram mais de 40 anos desde sua publicação e o documento continua sendo citado, referenciado, comparado e analisado, quando o tema é política e direito à (de) comunicação (ROTHBERG; LUVIZOTTO; CARVALHO, 2021; PAULINO, 2021).

Relações com a diversidade cultural e perspectiva de gênero

A diversidade cultural é intrínseca ao direito à comunicação e à democratização da mídia. Segundo De Marchi (2018, p.12), a ideia de diversidade cultural começa a ganhar outra dimensão a partir da década de 1990, após ser incluída em documentos políticos e comerciais internacionalmente, colocando-a como “certa forma de ‘antídoto’ ao risco de ‘homogeneização’ das culturas nacionais diante de um mercado de bens culturais globalizado”. Posteriormente, esse debate ganha espaço no âmbito da UNESCO, e a “diversidade cultural”, enquanto termo, passa a ser adotado. O autor explica que, nesse contexto, o termo conquista um sentido ampliado ao aproximar-se de direitos culturais e, partir disso, há uma consolidação da diversidade cultural “na agenda política dedicada à regulação dos mercados de comunicação e cultura” (DE MARCHI, 2018, p. 213).

Nesse contexto, podemos citar pelo menos dois documentos da UNESCO que remetem à proteção e à promoção da diversidade cultural nos meios de comunicação: Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001; e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. Nesses documentos, é possível identificar algumas dimensões prioritárias das Nações Unidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais (UNESCO, 2001; 2005).

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural destaca que preservar a diversidade cultural é respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais. O documento considera que as tecnologias da informação e da comunicação criam condições para renovação do diálogo entre as culturas e as civilizações e, também, se apresentam como um desafio, pois “deve-se cuidar para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecidas”. Como destacado na Declaração, a circulação de ideias, mediante palavras e imagens, deve ser possível e acessível a todas as culturas, esse é um dos aspectos que poderia garantir a diversidade cultural.

A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilingüismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital – e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presentes nos meios

de expressão e de difusão, são garantias da diversidade cultural (UNESCO, 2001, s/p.).

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais considera que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade, valoriza a diversidade dessas manifestações e enfatiza que entre os aspectos que formam este aparato conceitual estão incluídos: o criar, produzir, distribuir/difundir, acessar e fruir. Além de ratificar as considerações já postas na Declaração de 2001, a Convenção relaciona a diversidade cultural e o respeito aos direitos humanos às liberdades fundamentais.

A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como a possibilidade dos indivíduos de escolherem expressões culturais (UNESCO, 2005, s/p).

Logo, os países devem desenvolver mecanismos legais e políticas públicas que contribuam na produção de conteúdo que contemplem a diversidade cultural, social e política. No entanto, há desafios a serem superados, como por exemplo, os perigos de homogeneização das diversas formas e expressões culturais de cada povo, e a transformação das expressões culturais em bens alinhados aos ideais liberais ou, ainda, mero produtos da indústria cultural.

De Marchi (2018, p.211-213) explica que, embora a diversidade cultural tenha se tornado um critério significativo na elaboração de políticas de comunicação e cultura contemporâneas, existem controvérsias quanto à definição e sua utilização política. O autor alerta para as fragilidades do conceito, cuja definição seria “propositalmente frouxa para que possa se adequar a diferentes interesses”. Explica que da mesma forma que o respeito pela diversidade cultural possa ter como justificativa a defesa de “políticas de afirmação cultural de grupos minoritários e/ou subalternos dentro de determinada sociedade”, também encontra nas sociedades de tendência de política liberal os argumentos de defesa dos interesses de um mercado de ideias, de bens culturais produzidos em larga escala e orientados para um estilo de vida focado no consumo.

Além de considerar a diversidade cultural, uma comunicação

democrática implica também questões de classe social, gênero, raça, territórios, de povos tradicionais e originários, de acesso e acessibilidade, pois envolve toda a pluralidade das vozes que constituem a sociedade.

A igualdade entre os gêneros (direitos, acessos e oportunidade) é algo reivindicado pelos movimentos feministas ao longo da história, em todas as esferas sociais, inclusive na comunicação, *locus* de ação em que as questões de gênero costumam não ser consideradas. Ao utilizar-se do direito fundamental à liberdade de expressão e de imprensa, por exemplo, empresas de mídia acabam também por violar outros direitos humanos fundamentais, veiculando conteúdos que são lesivos às mulheres (NOGUEIRA, 2018).

De acordo com Chaher (2014), os meios de comunicação têm sido reprodutores e construtores de desigualdades e por isso são centrais na construção de uma agenda de igualdade. Logo, ignorar como os meios de comunicação têm sido instrumentos para a desigualdade de gênero, é ignorar que a produção e veiculação de conteúdos na forma de violência simbólica afetam diretamente as mulheres. Conteúdos que podem colaborar para a perpetuação das estruturas machistas, patriarcais e racistas, além de cercear os direitos de igualdade de gênero, também podem lhes tirar a vida.

Nesse contexto, adotar uma comunicação com perspectiva de gênero (entendida como práticas, ações, políticas, legislações que contribuam para a igualdade entre os gêneros) é primordial para que se avance na garantia do direito à comunicação, uma vez que os meios de comunicação são os principais mediadores do debate público, os quais influenciam diretamente na construção do imaginário social sobre diversas questões e, por isso, não podem se omitir de cumprir essa responsabilidade, violando, por exemplo, os direitos das mulheres, ao veicularem conteúdos lesivos e discriminatórios contra elas (NOGUEIRA, 2018).

Foram a Declaração e Plataforma de Ação Mundial de Beijing de 1995 marcos mundiais que pretendiam a igualdade das mulheres em todas as esferas da sociedade, que a comunicação adquiriu um papel relevante nesse debate, com um capítulo específico (Capítulo J) para tratar dessas questões, intitulado "A mulher e os meios de comunicação" (ONU, 1995, p.232). Nesse sentido, o Capítulo J apresenta alguns objetivos estratégicos visando fomentar à disseminação de

uma imagem não estereotipada das mulheres e melhorar o acesso das mulheres tanto aos meios de comunicação quanto a cargos de direção (NOGUEIRA, 2018). Dentre esses objetivos, destacam-se:

- a) elaborar, em medida compatível com a liberdade de expressão, diretrizes profissionais e códigos de conduta e outras formas de auto-regulação para promover a apresentação de imagens não estereotipadas das mulheres;
- b) estabelecer, em medida compatível com a liberdade de expressão, diretrizes profissionais e códigos de conduta que coíbam a apresentação de materiais de conteúdo violento, degradante ou pornográfico sobre as mulheres na mídia, inclusive na publicidade;
- c) desenvolver uma perspectiva de gênero em todas as questões de interesse para as comunidades, os consumidores e a sociedade civil;
- d) aumentar a participação da mulher na tomada de decisões nos meios de comunicação em todos os níveis (ONU, 1995, p.234).

O Documento destacou que os avanços tecnológicos facilitaram a comunicação mundial eliminando fronteiras, mas, também influenciam diretamente jovens e adultos. Logo, é inadmissível que difundam imagens negativas das mulheres por meio de conteúdos discriminatórios. Assim, além de definir estratégias para garantir maior participação das mulheres e acesso aos meios de comunicação, a Declaração e a Plataforma de Beijing defendiam a promoção da representação das mulheres sem discriminações e sem estereótipos baseados no gênero, para assim avançar em termos de igualdade não só nos meios de comunicação, mas na sociedade de forma geral (ONU, 1995).

O Relatório MacBride também traz contribuições nesse sentido, apesar de não tratar diretamente do tema (NOGUEIRA, 2018). No capítulo intitulado *“Imagens do Mundo”*, destaca a percepção de alguns problemas sociais que afetam o planeta, como injustiças, desigualdades, guerras, desemprego, paz, desarmamento, dentre outros. Ao se referir à Declaração da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Relatório afirma que:

A igualdade de direitos e a plena participação das mulheres em todas as esferas da vida social constituem uma necessidade para o desenvolvimento total de um país, para o bem-estar do mundo e para a causa da paz (UNESCO, 1983, p.311).

O Relatório discute sobre a persistência da representação da mulher como “dona de casa”, restrita à esfera privada, com a rara incidência da aparição de mulheres intervindo de forma significativa no espaço público. Aponta ainda que é insuficiente a atenção dada aos assuntos importantes para as mulheres, como “atividades dos movimentos feministas, ou contribuição social de mulheres independentes e dotadas” (UNESCO, 1983, p.313).

Ao tratar da imagem da mulher na mídia, o Relatório pondera que os meios de comunicação não são a causa da condição subordinada das mulheres, os quais, de forma isolada, não dispõem de mecanismos capazes de mudar essa realidade; mas que faz parte do poder da mídia estimular ou retardar as mudanças num grau significativo (UNESCO, 1983). No entanto, mesmo trazendo essa perspectiva quanto à igualdade de gênero, o texto do Relatório apresenta uma redação não inclusiva e, por vezes, sexista (NOGUEIRA, 2018).

Os dois documentos da UNESCO sobre diversidade cultural, citados anteriormente, a Declaração de 2001 e a Convenção de 2005, não tratam das questões específicas relacionadas às mulheres, no entanto, trazem alguns elementos importantes para a discussão. Na Declaração de 2001, no art. 1º, que trata da diversidade cultural enquanto patrimônio comum da humanidade, refere-se ao “gênero humano” ou à “dignidade do homem”. Já na Convenção de 2005, ainda se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos como a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, desconsiderando que em 1950, as Nações Unidas excluíram a palavra “homem” (NOGUEIRA, 2018).

Ainda na Convenção de 2005, enfatiza-se que a cultura é importante para a coesão social, “em geral, e, em particular, o seu potencial para a melhoria da condição da mulher e de seu papel na sociedade”. E, no art. 7º, quando se destacam as medidas para a promoção das expressões culturais, afirma-se que os Estados que adotaram a Convenção devem criar em seu território um ambiente que encoraje indivíduos e grupos sociais a:

Criar, produzir, difundir, distribuir suas próprias expressões culturais, e a elas ter acesso, conferindo a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais da mulher, assim como dos diversos grupos sociais, incluindo as pessoas pertencentes às minorias e povos indígenas (UNESCO, 2005, s/p.).

Mesmo citando as “necessidades especiais da mulher”, a Convenção não aponta quais são ou quais abordagens devem ser utilizadas, embora no contexto em que a Convenção foi concebida já existissem tratados e acordos internacionais que versavam sobre os direitos das mulheres, inclusive no âmbito da comunicação (NOGUEIRA, 2018).

Adotar uma perspectiva de gênero da comunicação, que traga a pluralidade e diversidade das mulheres, sem estereótipos e sem conteúdo lesivo e discriminatório, é fundamental para exercer o direito humano à comunicação. Nesse sentido, é necessário avançar para elaboração de ferramentas que visem garantir o direito à comunicação, tais como legislações e políticas públicas que subsidiem essa mudança de perspectiva não só nos meios de comunicação. De acordo com Chaher e Pedraza (2016), as políticas de comunicação e gênero podem ser definidas como aquelas que:

Promueven la modificación de los estereotipos y patrones socioculturales que dan lugar a la discriminación de género y la profundización del desarrollo de estrategias en contra de la violencia mediática y simbólica que se reproducen en los contenidos de los medios masivos de comunicación (CHAHÉ; PEDRAZA, 2016, p. 9).

Segundo as autoras, na última década foi possível verificar um processo de fortalecimento da institucionalidade de gênero na América Latina, na qual citam o caso da Argentina. Um processo que, no entendimento das pesquisadoras, manifestou-se naquele país com a criação de diversos planos pragmáticos, de instituições e organismos, assim como com a promulgação de leis com a finalidade de coordenar políticas que promovessem a construção de novas concepções de relações de gênero na sociedade (CHAHÉ; PEDRAZA, 2016). No entanto, embora a incorporação dessa pauta na agenda política demonstre a sensibilidade sobre as questões de gênero, somente a existência de políticas públicas por si só não garantem a efetivação dos direitos previstos nelas. É preciso avançar para sua materialização e concretização, e isso não ocorre sem disputas, sem as lutas travadas historicamente pelos movimentos sociais.

Considerações

Pensar que assim como ter acesso à água, alimentação, saúde e moradia, ter acesso a uma comunicação plural, diversa, verdadeira e não discriminatória, é também um direito. Sobretudo, uma comunicação que proteja e respeite os direitos de populações vulneráveis e estigmatizadas como mulheres, crianças, pessoas LGBTQIA+, negros e indígenas, entre outras. Além disso, que possibilite ao sujeito desse direito produzir conteúdo que abarque suas diversidades culturais, regionais e comunitárias.

Os meios de comunicação devem atuar a serviço da sociedade e atentar-se à diversidade cultural e ao respeito aos direitos humanos. Não a diversidade cultural a partir de uma perspectiva de liberal de mercado de ideias e bens culturais, mas sim enquanto uma condição essencial para que grupos subalternizados tenham seus fazeres e saberes culturais respeitados.

Pensar também que no fazer comunicativo e jornalístico é necessário adotar uma perspectiva de direitos humanos. Que os meios de comunicação, um dos principais mediadores do debate público, podem influenciar diretamente na construção do imaginário social sobre diversas questões e, por isso, não podem se omitir de cumprir sua responsabilidade, transgredindo, por exemplo, os direitos de populações vulneráveis ao veicularem conteúdos lesivos e discriminatórios, como no caso das mulheres.

A adoção de uma perspectiva de gênero na comunicação implica em adotar medidas para que os meios de comunicação promovam uma imagem equilibrada e não estereotipada da mulher, conforme orientam a Declaração e Plataforma de Beijing. Essa é uma reflexão que emerge das lutas dos movimentos feministas a partir da década de 1970 e que pode contribuir de forma significativa para mudar a estrutura machista e patriarcal sob a qual a nossa sociedade foi edificada, trazendo novos olhares, marcados pelo respeito à diversidade cultural e social, de forma que a comunicação, enquanto direito humano, seja garantida também às mulheres (NOGUEIRA, 2018).

Acessar informações que sejam plurais, diversas e não discriminatórias é fundamental para que o direito à comunicação seja assegurado. Nesse sentido, para que se exerça o direito à

comunicação é preciso que sejam adotadas práticas comunicativas e jornalísticas, ações, políticas públicas, programas, legislações que visem eliminar todas as formas de discriminação e que garantam que os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação não sejam lesivos e estereotipados e, quando forem, que seja garantido o direito de denúncia. Logo, uma comunicação democrática implica considerar tanto à diversidade cultural quanto às questões de gênero, além da pluralidade de vozes presente na sociedade.

Referências

CHAHER, Sandra. (Org.). *Políticas públicas de comunicación y género en América Latina: un camino por recorrer*. Buenos Aires: Eudeba, 2014.

CHAHER, Sandra; PEDRAZA, Virginia. (Coord). *Violencia de género y políticas públicas de comunicación*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones y Fundación para el Desarrollo Sustentable, 2016. Disponível em: <http://www.comunicarigualdad.com.ar/violencia-de-genero-y-politicas-publicas-de-comunicacion/>. Acesso em 4 mai. 2017.

DE MARCHI, Leonardo. Diversidade cultural nos mercados de comunicação e cultura: um panorama das discussões e métodos de pesquisa na indústria fonográfica. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, 2018.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. *A comunicação como direito humano: um conceito em construção*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/gomes_comunicacao_como_dh.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020

LIMA, Venício Artur de. *Cultura do silêncio e democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015)*. Brasília: Editora UnB, 2015.

LIMA, Venício Artur de. *Paulo Freire: a prática da liberdade, para além da alfabetização*. [livro eletrônico]. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/paulo-freire-a-pratica-da-liberdade-para-alem-da-alfabetizacao/>. Acesso em: 26 out. 2021.

MELO, José Marques de. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. *LOGOS*. v. 15, n. 1, p. 42-59, 2008. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/03_josemarques.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

MORAES, Dênis. *Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2016.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. *Comunicar con clave de género: uma análise das ações da Defensoría Del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual para Igualdade na Argentina*. 2018. 214f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2018.

ONU. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em 05 maio 2017.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela resolução 217 a (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Paris, 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

OEA. *Convenção Americana de Direitos Humanos* ("Pacto de San José de Costa Rica"), 1969. Disponível em: http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

PAULINO, Fernando Oliveira. Um mundo e a necessidade de mais vozes: passado e presente de propostas da Comissão MacBride. In: ROTHBERG, Danilo; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; CARVALHO, Juliano Maurício de. *Revisitando MacBride: Utopias e distopias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

ROTHBERG, Danilo; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; CARVALHO, Juliano Maurício de. *Revisitando MacBride: Utopias e distopias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

UNESCO. *Um mundo, muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

UNESCO. *Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural*. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VANNUCHI, C. O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil. *Galaxia*. São Paulo, online, n. 38, mai-ago, 2018, p. 167-180. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gal/n38/1519-311X-gal-38-0167.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

2

Keila Fernandes Santos
Cynthia Mara Miranda

CAPÍTULO 2 - COMUNICAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS E USOS

Introdução

O que pode ser considerado Comunicação Inclusiva na sociedade atual? Talvez a indagação possa aparentar simplicidade, mas revela ângulos que podem sugerir análises diversificadas em busca de uma resposta. A plena inclusão das pessoas na sociedade está relacionada à conquista da cidadania. Com o surgimento de normas legais e políticas, estratégias para a inclusão social de todos os seres humanos foram criadas em distintos países do mundo, mas ainda estão longe de alcançar uma amplitude na garantia dos direitos fundamentais a todas as pessoas.

Na América Latina, pode-se citar, como exemplo, a Argentina como um país que avançou muito em políticas públicas de inclusão na perspectiva dos direitos humanos, mas, também, na busca da erradicação de qualquer preconceito ou discriminação com aplicação de políticas públicas voltadas para a implantação e implementação da Comunicação Inclusiva nos meios de comunicação e formação continuada para os profissionais da área. A política de Comunicação Inclusiva argentina destaca recomendações de boas práticas aos comunicadores, incluindo protocolos de acesso à informação e formas de eliminação de barreiras, recomendações para a utilização de linguagem que respeite a imagem veiculada dos grupos mais vulneráveis socialmente, além de inclusão de pauta positiva, fora dos estereótipos mais presentes no imaginário da sociedade.

No Brasil a produção acadêmica sobre Comunicação Inclusiva e as legislações ou programas específicos não tratam o assunto de forma mais aprofundada e as pesquisas sobre o assunto precisam ser ampliadas. A luta pela democratização da comunicação no Brasil é uma luta de décadas e ainda muito atual, devido ao cenário persistente do

monopólio das comunicações. Atores políticos e organizações sociais de distintas arenas sociais vêm cobrando a ampliação da comunicação pública brasileira e discutindo sobre os velhos e os novos desafios das políticas de comunicação no Brasil. Apesar das discussões, até o momento não foi sinalizado nenhum avanço na institucionalização da comunicação inclusiva no âmbito dos governos brasileiros.

O presente capítulo, nessa direção, tem como objetivo realizar o levantamento conceitual e dos usos da Comunicação Inclusiva a partir de referências como Avanco (2013), Fischer (2020), Gabriele (2013), Medeiros (2016), entre outros e também a partir de manuais de produção comunicacional como o Manual de Comunicação Inclusiva do Instituto Nacional Contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo da Presidência da Argentina (2019) e o Guia para uma Comunicação Inclusiva do Centro Internacional de Estudos Superiores para América Latina (CIESPAL) (2011). Para desenvolver a proposta será utilizada como estratégia metodológica a revisão da literatura para um breve levantamento do estado da arte do conceito, com construção de marcos conceituais e de uso a partir da abordagem qualitativa de pesquisa. O capítulo, nessa direção, em sua primeira seção conceitua a Comunicação Inclusiva, na segunda seção, discute os marcos conceituais sobre as possibilidades de escolhas que tornam a produção comunicacional mais inclusiva e por fim pontua os desafios para tornar a comunicação inclusiva.

Comunicação Inclusiva: uma revisão preliminar

Apesar de ser recorrente a utilização da expressão “Comunicação Inclusiva” em manuais sobre produção de mídias, seu conceito ainda aparece disperso em dissertações e teses acadêmicas no Brasil. Em busca realizada no repositório de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a palavra-chave “Comunicação Inclusiva”, nenhum arquivo ainda é localizado, entretanto, trabalhos voltados à “comunicação acessível”, “linguagem acessível” e “linguagem inclusiva” encontram-se disponíveis para consulta.

No total, identificamos nove trabalhos acadêmicos, quando utilizadas as palavras-chaves “comunicação acessível”, sendo que, destes, quatro não estão relacionados com a acessibilidade e

recursos técnicos; para “linguagem acessível”, ligada ao programa de Comunicação Social, três trabalhos acadêmicos foram localizados, mas nenhum voltado para a pessoa com deficiência; já na busca por “linguagem inclusiva”, foram encontrados sete trabalhos acadêmicos, sendo um relacionado a inclusão e exclusão social.

Dentre as pesquisas selecionadas para “comunicação acessível”, pode-se citar Krause (2018), que realiza uma análise comparativa entre as políticas públicas orientadas às pessoas surdas no Brasil e na Argentina; Gabriele (2013), que elabora um sistema para integração do ambiente e das informações do museu, com o objetivo de torná-lo mais acessível; Sampaio (2017), que mapeia o contexto de acessibilidade nos meios de comunicação, televisão e rádio em Campo Grande; Cardoso (2016), que trabalha a proposição de requisitos de utilização de recursos multimodais táteis e sonoros para fruição de objetos culturais pelos usuários com deficiência visual em museus; e Zamaro (2019), que realiza um levantamento de percepções estéticas de pessoas com diferentes deficiências em espaços culturais.

A partir do levantamento das conceituações realizadas sobre “comunicação acessível” em cada trabalho científico, foi possível, mesmo não esgotando todas as possibilidades de leitura e análises, a verificação sobre a necessidade de utilização de recursos técnicos de acessibilidade para análise da concepção de comunicação acessível, seja ela interpessoal ou aliada às tecnologias em sua grande maioria. O quadro 1, abaixo, destaca parte dos conceitos trabalhados pelos(as) autores(as) sobre comunicação acessível.

Quado 1. Conceito de comunicação acessível

<i>Autor(a) (ano, p.)</i>	<i>Definição</i>
Krause (2018, p.86)	A comunicação acessível é descrita como “[...] a acessibilidade que se dá sem barreiras na comunicação interpessoal [...]”.
Gabriele (2013, p.42)	A comunicação acessível “[...] está intimamente ligada ao design universal [...]” e à “[...] preocupação de acesso do usuário por meio deste, sem necessidade de auxílio externo”.
Sampaio (2017, p.24)	A comunicação acessível está ligada à promoção de “[...] condições de utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, entre outros sistemas e meios de comunicação e informação [...]”.
Cardoso (2016, p. 23)	A comunicação acessível está em “[...] um ambiente aberto a todos, (em que) será indispensável o emprego de recursos de acessibilidade [...]”.
Zamaro (2019, p. 204)	A comunicação acessível utiliza uma “linguagem ergonômica e inovadora, (que) agrada a todos os visitantes [...], independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou culturais[...]”.

Fonte - Organizado pelas autoras.

Já dentre os textos científicos selecionados para análise conceitual sobre “linguagem inclusiva” destaca-se Medeiros (2016) que apresenta uma análise de discurso a respeito da língua e gênero a partir de textos institucionais e de militância feminista; Campinho (2013) que se propõe a investigar o papel desempenhado pelo gênero e pela sexualidade, a partir das novas configurações de interpretações dos direitos humanos e fundamentais, na formulação de demandas jurídicas; Silva (2019) que avalia o sistema de marcação de gênero na gramática da língua espanhola, a partir de conceitos de disponibilidade e rentabilidade sob a ótica da escola estruturalista; Schäffer (2010), que analisa a presença de tradução de gênero no contexto brasileiro e as representações realizadas, a partir de tradutoras brasileiras; Rivera (2017), que realiza a tradução e análise de adaptação transcultural da cartilha educativa ‘Prevenção da Violência Sexual na Escola’ para a realidade da Costa Rica; e, por fim, Avanco (2013), que discute o conhecimento produzido sobre a linguagem feminista utilizada por blogueiras.

Seguindo a mesma linha de análise traçada acima para levantamento de conceitos, foi possível a verificação da utilização,

na maioria dos textos selecionados, da “linguagem inclusiva” em trabalhos acadêmicos que buscavam analisar a perspectiva de gênero da linguagem. No quadro 2 estão descritos parte dos conceitos trabalhados pelos autores sobre linguagem inclusiva.

Quadro 2. Conceito de linguagem inclusiva

<i>Autor(a) (ano, p.)</i>	<i>Definição</i>
Medeiros (2016, p.64)	[...] entende-se por linguagem inclusiva de gênero o uso de vocábulos que designam o gênero feminino em substituição a vocábulos de flexão masculina para se referir ao homem e à mulher [...].
C a m p i n h o (2013, p.11)	[...] linguagem inclusiva e igualitária na busca de reconhecimento, inclusão e participação, objetivos que realizam a ideia de reciprocidade contida no Estado de Direito formal [...].
Silva (2019, p.14)	[...] analisar o uso da linguagem inclusiva por um grupo de feministas, o qual foi o principal motivador para a criação de guias para o uso de uma língua não sexista [...].
Schäffer (2010, p.188)	[...] representações de tradução como figura linguística, enfatizamos a correção da linguagem sexista, pela estratégia que denominamos como a interferência por meio do emprego de uma linguagem inclusiva de gênero.
Rivera (2017, p.94)	A ‘linguagem inclusiva’ não é para uso exclusivo da diferenciação entre homens e mulheres, mas abrange grupos sociais com diferentes características e geralmente se enfatiza na inclusão de gênero.
Avanco (2013, p.26)	Como esta tese trata de linguagem e feminismo, faço uso, sempre que possível, de uma linguagem inclusiva, uso termos no feminino e no masculino, pois não acredito na neutralidade.

Fonte - Organizado pela autora.

Estabelecendo um comparativo entre os quadros 1 e 2 percebe-se que os trabalhos científicos brasileiros ainda estão voltados para análise da comunicação acessível mediada por recursos tecnológicos ou técnicos para se discutir a inclusão comunicacional das pessoas com deficiência e para abordagens relacionadas à linguagem inclusiva, na perspectiva de gênero ou linguagem não-sexista, com defesa principal sobre a discussão da inclusão do feminino da linguagem ou sobre a neutralidade da linguagem sem uma perspectiva definitiva de gênero, conforme vem sendo alvo de luta pelas comunidades LGBTQI+.

Em pesquisas mais avançadas e abertas pela internet em sites de buscas, para aumentar o escopo da análise conceitual, foi utilizada a palavra-chave “Comunicação Inclusiva” em língua portuguesa e em língua espanhola. Foram encontrados manuais e textos institucionais que colaboram com o entendimento da temática para a ampliação do conceito de Comunicação Inclusiva em contextos comunicacionais mais variados. A título de exemplificação, foram selecionados, em materiais publicados nos últimos dez anos, cinco textos para se entender melhor o conceito de Comunicação Inclusiva e sua amplitude quanto à diversidade de atores (atrizes) sociais que podem se beneficiar dela. No quadro 3 estão descritos parte dos conceitos trabalhados pelos autores sobre Comunicação Inclusiva.

Quadro 3. Conceito de Comunicação Inclusiva

Autor(a) (ano, p.)	Definição
CIESPAL (2011, p.9)	Información para todos y de todos.
CIESPAL (2011, p.16)	[...] ofrecer una imagen comprensiva y exacta, así como una representación e informes ecuanímes sobre las discapacidades y los sujetos de las mismas, en la radio, la televisión, el cine, la fotografía y la palabra impresa. Un elemento fundamental de tales pautas sería que las personas con discapacidad estuviesen en situación de presentar sus problemas al público por ellas mismas y sugerir la forma de resolverlos.
Naves e outros (2016, p.13)	Este novo olhar sobre a deficiência fundamenta uma série de desdobramentos e novos conceitos, por exemplo, o de Desenho Universal, que, segundo a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, prevê a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços para todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação.
INADI (2019, p.5)	[...] construcción de una comunicación que integre la diversidad y permita a las nuevas generaciones ser cada vez más respetuosas y solidarias.
Ajuntament de Barcelona/Espanha (2019, p.4).	Una comunicació llibre de estereotips i prejudicis y que sea respetuosa con los colectivos oprimidos y/o vulnerabilizados es esencial para una buena convivencia.
Fischer (2020, p.5)	Falar e escrever tomando cuidado ao escolher palavras que demonstrem respeito a todas as pessoas, sem privilegiar umas em detrimento de outras. Esse é o objetivo de quem usa a linguagem inclusiva.

Fonte - Organizado pelas autoras.

O “Guia para una Comunicación Incluyente”, do Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL) da cidade de Quito, no Equador, é um manual voltado para o profissional da comunicação tanto de rádio, televisão, cinema, fotografia e palavra impressa, e tem como perspectivas a inclusão da pessoa com deficiência como pauta das produções, o acesso à informação e sua participação ativa nas produções.

O “Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis”, organizado por Naves e outros (2016), elaborado, ainda, durante o período do governo Dilma Rousseff, pela Secretaria de Audiovisual do então Ministério da Cultura, é destinado a produtores, diretores, críticos e todos os interessados em produção audiovisual. O manual aborda conceitos sobre os recursos técnicos para tornar a produção acessível a deficientes visuais, cegos, surdos e ensurdecidos desde sua concepção.

O “Manual de Comunicación Inclusiva”, do Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo - INADI (2019) e Ministerio de Justicia y Derechos Humanos – Presidencia de la Nación de Buenos Aires, Argentina, aborda a Comunicação Inclusiva descrevendo boas práticas para os profissionais da comunicação, conceituando a comunicação como livre de estereótipos e preconceitos a grupos oprimidos ou vulneráveis.

O Guia “Para Construir un Mundo más Igualitario: Guía de Comunicación Inclusiva”, da Câmara Municipal de Barcelona, Espanha, do ano de 2020, inclui recomendações relacionadas ao racismo, ao gênero, às pessoas com deficiência e à saúde mental. Propõe a realização de uma comunicação livre de estereótipos e preconceitos.

E, por fim, no “Manual práctico de linguagem inclusiva”, de Fischer (2020), também voltado para os profissionais da área da comunicação, aborda a linguagem inclusiva como o cuidado nas escolhas das palavras e seus efeitos na inclusão e exclusão. Inclui recomendações ligadas a questões de gênero da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e outras identidades de gêneros (LGBTQIA+).

Ao observar o quadro 3, percebe-se que a Comunicação Inclusiva permite que grupos de pessoas eliminem as barreiras de comunicação entre seus pares e perante a sociedade, por meio da

adoção de tecnologias assistivas e suportes técnicos, mas também a eliminação de preconceitos e estereótipos na representação do imaginário e concepções da sociedade em geral sobre e das pessoas com deficiência, pessoas com diferenças étnicas e culturais; mulheres, LBBTQI+, pessoas com problemas de saúde mental, dentre outros, no processo de informar/ser informado, e devem também participar da concepção/produção do produto comunicacional de forma interativa.

Esses manuais citados, além de realizar o levantamento conceitual discutido até aqui, pontuam de forma analítica os usos e práticas da Comunicação Inclusiva, abrindo possibilidades de compreender que a Comunicação Inclusiva é muito mais que uma prática de utilização de recursos técnicos audiovisuais acessíveis, mas seu uso está relacionado a escolhas comunicacionais que respeitam o princípio da dignidade humana e, devido a visibilidade que possui, pode combater os discursos discriminatórios que estão enraizados na sociedade de forma estrutural e auxiliar na luta e garantia do direito à comunicação a populações que historicamente foram excluídas e discriminadas.

Krause (2018), Gabriele (2013) e Zamaro (2019) compartilham de um elemento comum que é a autonomia da pessoa com deficiência em atividades relacionadas à comunicação de uma forma geral; Rivera (2017) descreve a linguagem inclusiva sendo enfatizada na questão de gênero, mas não é restrito ao seu estudo, entretanto, são os manuais que abrem as possibilidades de uso e lacunas deixadas pelos autores(as) pesquisados(as). Dessa forma, não esgotando as possibilidades de conceituação, a partir das referências de análises, entendemos que Comunicação Inclusiva é a produção oral, escrita ou visual não tendenciosa por respeitar no ato de produção, emissão e interação o princípio da dignidade humana, da igualdade e do respeito pela diversidade e eliminar qualquer barreira de não compreensão, estereótipos e referências discriminatórias de indivíduos que, historicamente, obtiverem a garantia de seu direito à comunicação, a partir de lutas sociais e promulgações legislativas.

Comunicação Inclusiva: práticas comunicacionais

O levantamento conceitual abre caminhos sobre o entendimento do que seria considerado Comunicação Inclusiva

atualmente. Os manuais analisados CIESPAL (2011), Naves e outros (2016), INADI (2019), Ajuntament de Barcelona/Espanha (2019), Fischer (2020) permitem, além do levantamento conceitual, a visualização analítica da possibilidade de usos da Comunicação Inclusiva em práticas comunicacionais, permitindo que continuemos essa caminhada.

Por se entender que a Comunicação Inclusiva é universal e não delimita o uso somente a algumas pessoas, mas a todas, considera-se que o processo comunicacional não deve privilegiar algumas pessoas e excluir outras, mas deve-se buscar sempre um equilíbrio, visto que as pessoas são homens e mulheres, podem pertencer a comunidade LGBTQIA+, podem ser negras, brancas, indígenas e outras; podem ter múltiplas deficiências e outras diferenças que não podem ser desconsideradas. Dentre os levantamentos conceituais, os autores citam como necessárias para a realização de uma Comunicação Inclusiva sete escolhas para que a produção comunicacional seja considerada como inclusiva que são: uso de palavras e expressões inclusivas; uso de palavras e expressões sem perspectiva de gênero; contextualização da informação sem exclusão de pessoas; uso de pautas inclusivas; uso de imagens inclusivas; linguagem acessível; tradução audiovisual acessível e, por fim, a participação social (sem exclusão de pessoas) na produção comunicacional.

O uso de palavras e expressões inclusivas e sem perspectiva de gênero diz respeito às palavras pejorativas e palavras que privilegiam uns em detrimento de outros, a exemplo da língua portuguesa que privilegia o gênero masculino em determinados plurais mesmo fazendo referência a mulheres em seu discurso.

Conforme o manual de CIESPAL (2011), os contextos sociais emergem a partir das escolhas das palavras, podendo ao mesmo tempo empoderar as pessoas que estão em destaque ou reforçar o preconceito existente no imaginário social. Por isso, a escolha das palavras e das referências às pessoas são tão importantes em contextos comunicacionais. Fischer (2020) propõe em seu manual a neutralização do discurso de gênero a partir de escolhas de palavras que generalizam esses contextos e não privilegiam nem o masculino nem o feminino.

A respeito da contextualização da informação sem exclusão de pessoas e escolha das pautas, o Manual de CIESPAL (2011) orienta o

profissional da comunicação a otimizar as habilidades e competências das pessoas e não focar em suas limitações. As pautas relacionadas à mulher, ao idoso, a pessoa com deficiência, aos imigrantes, à comunidade LGBTQI+ dentre outros, não devem focar conteúdos como exclusivos desses segmentos da sociedade, mas como parte deles, assim como outras pautas gerais devem incluir essas pessoas de forma naturalizada, visto que sua participação na sociedade e seus direitos sociais, políticos, culturais e comunicacionais estão garantidos por legislação específica.

Além do uso da informação e escolhas de pautas, a escolha das imagens também está relacionada ao combate da naturalização do preconceito e da não aceitação da diversidade na sociedade. Destaca-se que as imagens das pessoas devem ser evidenciadas como sujeitos com autonomia e participantes da sociedade como cidadãos (ãs), visto que ocupam espaços na sociedade como qualquer outra pessoa. A normatividade sobre os corpos deve ser modificada, a partir de escolhas comunicacionais como, a título de exemplificação, o uso da imagem feminina em contextos que normalmente são masculinizados e não a sua erotização; o uso da imagem da pessoa com deficiência em posições de liderança e não somente a evidência de sua limitação; ou, ainda, a utilização da imagem da pessoa negra sempre na mesma hierarquização das outras pessoas e não a exploração da discriminação que essas pessoas sofrem. A dignidade das pessoas e a validade das conquistas históricas delas devem ser evidenciadas e não a exploração de seus corpos como objetos de midiatização.

Os recursos técnicos para acessibilidade dizem respeito a forma de interação que algumas pessoas precisam para se comunicar e ter seu direito à comunicação garantido que pode incluir línguas ou sistemas técnicos audiovisuais, conforme descrito na Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei da Inclusão, art. 3º, inciso V:

as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação. (Lei nº 13.146/2015, art. 3º, V)

A legislação é abrangente e as características individuais das

peças que podem ser atendidas pela legislação vigente brasileira, quanto ao direito ao acesso à comunicação, também é plural, ao abranger pessoas cegas ou de baixa-visão, surdas, surdo-cegas, com deficiências múltiplas, cognitivas, pessoas idosas, autistas dentre outras. A utilização do recurso audiovisual não garante a acessibilidade das pessoas ou, ainda, a comunicação não se torna inclusiva devido a utilização de um recurso técnico, mas ele é um dos elementos essenciais para se ter a inclusão nos processos comunicacionais.

A participação social na produção comunicacional diz respeito à possibilidade de minorias poderem ter também espaço entre as pautas dominantes. Ter na “arena pública” comunicacional a possibilidade de múltiplas vozes e não somente àquelas que monopolizam os discursos comunicacionais presentes na sociedade. Essa característica da Comunicação Inclusiva está ligada diretamente ao direito humano à comunicação que tradicionalmente era centrada no acesso à informação ou no direito à liberdade de informação e expressão, mas, conforme os estudos de Peruzzo (2007), esse entendimento vem sendo ampliado, pois sua dimensão também pode ser entendida como o poder de se comunicar, vez que se considera o acesso das pessoas à informação para além de meros receptores de mensagens, devendo-se ter qualidade no acesso à informação, direito de expressar-se em qualquer meio como emissores, produtores e difusores de conteúdos.

Considerações

A Comunicação Inclusiva, incluída na concepção de produções comunicacionais, possibilita que grupos de pessoas eliminem as barreiras de comunicação entre seus pares e perante a sociedade. A grande questão não é apenas a adoção de tecnologias assistivas e suportes técnicos para garantir a comunicação inclusiva, mas também a eliminação de preconceitos e estereótipos na representação do imaginário e concepções da sociedade em geral sobre e das pessoas surdas, das pessoas com deficiência, pessoas com diferenças étnicas e culturais; mulheres, comunidade LBBTQI+, pessoas com problemas de saúde mental, dentre outros, no processo de informar e ser informado, de participar da concepção/produção do produto comunicacional de forma interativa.

Por meio dos marcos legais, podemos perceber que a concepção de inclusão caminhou lentamente na sua efetivação, com muitos pontos com retrocesso de usos, por isso, a importância da reflexão sobre esse tema entre os(as) profissionais da comunicação. Os estudos da Comunicação Inclusiva no Brasil ainda são reduzidos e os(as) profissionais da área da comunicação e áreas afins, muitas vezes, não possuem habilidades específicas para operacionalização da Comunicação Inclusiva, também falta conscientização sobre a importância da comunicação inclusiva na efetivação do direito humano à comunicação.

Apesar do levantamento conceitual realizado e sobre as possibilidades do uso da Comunicação Inclusiva nos processos comunicacionais, não foi a intenção do capítulo o esgotamento das possibilidades de conceitos e usos, mas sim, a dar visibilidade a um tema que precisa ganhar a adesão coletiva. Como os processos comunicacionais são “vivos” e acompanham o desenvolvimento social e possibilidades vem surgindo a cada dia com o avanço tecnológico atual, a possibilidades de práticas comunicacionais mais inclusivas estão presentes no nosso dia-a-dia, mas as escolhas comunicacionais inclusivas das pessoas envolvidas nesses processos são primordiais e sem elas o processos técnicos e tecnológicos ficarão em sentido e vazios e não permitirão o acesso real ao direito à comunicação de todas para todas as pessoas.

Referências

Ajuntament de Barcelona. *Para Construir Un Mundo Más Igualitario Guía de Comunicación Inclusiva*. Espanha: Ajuntament de Barcelona, 2019. 15 p.

AVANCO, Karla Fernanda Fonseca Correa. *Entre efeitos e estratégias de linguagem numa produção de conhecimento situado: blogueiras feministas (re)pensando concepções e construindo novas práticas*. 2013. 149 f. Doutorado em Letras e Linguística. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2013.

CAMPINHO, Bernardo Brasil. *Direitos humanos, gênero e sexualidade no estado constitucional de Direito*. 2013. 363 f. Doutorado em Direito. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

CARDOSO, Eduardo. *Design para experiência multissensorial em museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual*. 2016. 590 f. Doutorado em DESIGN. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS SUPERIORES DE COMUNICACIÓN PARA AMÉRICA LATINA- CIESPAL. *Guía para una Comunicación Incluyente*. Quito - Ecuador: Vicepresidencia de la República del Ecuador, 2011.

FISCHER, André. *Manual Prático de Linguagem Inclusiva*. Uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas. Vila Madalena, São Paulo, 2020. 20 p.

GABRIELE, Felipe Pessoa Tejo. *Sistema de informação e comunicação acessível para museus: caso da Sinagoga Kahal Zur Israel*. 2013. 203 f. Mestrado em DESIGN Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PB, 2013.

INSTITUTO NACIONAL CONTRA LA DISCRIMINACIÓN, LA XENOFOBIA Y EL RACISMO – INADI. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos – Presidencia de la Nación. *Manual de comunicación inclusiva*. Buenas prácticas para comunicadores y comunicadoras. Discapacidad. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: INADI, 2019. 13 p.

KRAUSE, Keli. *A implementação de políticas públicas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação: uma análise comparativa Brasil- Argentina*. Curitiba: Appris, 2020.

MEDEIROS, Lais Virginia Alves. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. 2016. 105 f. Mestrado em Letras. Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. *Guia para produções audiovisuais acessíveis*. Ministério da Cultura Secretaria do Audiovisual, Brasília, DF, 2016. 88 p.

RIVERA, Alejandra Isabel Vargas. *Adaptação Transcultural de uma Cartilha Educativa para a prevenção da violência sexual na escola para a realidade da Costa Rica*. 2017 169 f. Mestrado em Enfermagem. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2017.

SAMPAIO, Amanda Brito. *Recursos de acessibilidade nas emissoras/re-transmissoras de Televisão e no Rádio: a prática e as possibilidades nos veículos de Campo Grande*. 2017. 131 f. Mestrado em Comunicação Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2017.

SCHÄFFER, Ana Maria de Moura. *Representações de tradução de gênero no dizer de tradutoras brasileiras*. 2010. 200 f. Doutorado em Linguística Aplicada. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

SILVA, Roberta Spessatto da. *Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos na língua espanhola: uma análise de vídeos do YouTube*. 2019. 114 f. Mestrado em Letras. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

ZAMARO, Ligia Helena Ferreira. *Mediação acessível: por uma experiência estética na deficiência*. 2019. 249 f. Mestrado em Artes Visuais Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

3

Edisselma dos Santos Alecrim

CAPÍTULO 3 - DIREITO À INFORMAÇÃO: MEDIDAS ADOTADAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS DURANTE A PANDEMIA (2021 - 2022) PARA GARANTIR ACESSO AO ENSINO REMOTO POR MEIO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A pandemia provocada pela transmissão do vírus SARS COV 2 - Covid-19 alterou intempestivamente a vida da população mundial. Além de modificar a rotina das pessoas, também alterou o funcionamento de empresas, instituições de saúde, educação, comércio e demais espaços. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a Covid-19 é uma doença infecciosa que provoca dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés.

Os primeiros registros datam do final do ano de 2019 para o início de 2020, na cidade de Wuhan, na China, com o relato de infecção humana por uma nova cepa não identificada anteriormente em seres humanos. Seu contágio ocorre principalmente de pessoa para pessoa por meio de gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando a infectada tosse ou espirra, facilitando a propagação em ambientes fechados. Sua transmissão ocorreu rapidamente e, em poucas semanas, tinha chegado a quase todos os países, constituindo-se uma “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização Mundial de Saúde – conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional” (OPAS/OMS, 2020).

No Brasil não foi diferente, o vírus se espalhou rapidamente tanto pela falta de conhecimento da população sobre a doença quanto pela falta de comprometimento do governo federal em

combatê-la. Em poucos dias, a Covid-19 havia chegado em todos os estados brasileiros, que começaram a adotar medidas por conta própria para conter o vírus, dentre elas, a recomendação de distanciamento social, suspensão de atividades não essenciais, horários reduzidos para atendimento em alguns locais, fechamento de alguns estabelecimentos comerciais, sendo autorizadas somente a modalidade de entrega, e suspensão das aulas presenciais desde o ensino básico ao ensino superior.

Essas medidas também impactaram milhares de estudantes e servidores (as) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), a qual é constituída por cinco cinco câmpus - Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional – que, em meio às incertezas, suspenderam parte de suas atividades presenciais a partir de 16 de março de 2020, com a expectativa de que a pandemia fosse contida em até 15 dias, mantendo o calendário acadêmico com a orientação de que os professores e professoras deveriam ministrar as atividades por meio de mídias digitais e ambientes virtuais de aprendizagem (UFT; PROGRAD, 2020, p. 2). A comunicação institucional foi intensificada por meio do portal da UFT e por recursos midiáticos, dentre eles *e-mails* e redes sociais como *whatsapp*, *facebook* e *instagram*, conforme figura a seguir.

Figura 1. UFT divulga orientações e suspende atividades



Fonte: UFT/PROGRAD, 2020.

A partir da suspensão das aulas, a UFT constituiu um Comitê Gestor Técnico-Científico para avaliar a situação e direcionar os encaminhamentos institucionais. No entanto, com o agravamento

da pandemia, as atividades que ainda vinham sendo mantidas, como as refeições nos restaurantes universitários, por exemplo, foram integralmente suspensas. A instituição recomendou que alunos e alunas que se encontrassem na casa do estudante retornassem para suas casas de origem e, em 30 de março, decidiu pela suspensão do calendário acadêmico de 2020, conforme figura 2.

Figura 2. Conselho Universitário delibera pela suspensão do Calendário Acadêmico



Fonte: UFT, 2020.

Em meio à suspensão, os casos de Covid-19 aumentavam significativamente, a doença encontrava-se fora do controle e os hospitais estavam cada vez mais lotados. O mundo começou a perceber que era necessário se reinventar e se adaptar à nova realidade, buscando alternativas para prosseguir. Ficou claro que apenas as medidas de segurança já não eram mais suficientes para conter a proliferação do vírus. Naquele contexto, somente a vacina possibilitaria a retomada das atividades integralmente presenciais. Enquanto isso, era importante buscar alternativas para dar continuidade às atividades por meio de plataformas virtuais, levando a UFT a traçar estratégias para a retomada das aulas. A figura 3 detalha parte do plano traçado pela UFT.

Figura 3. 1º Ciclo Virtual de Debates da UFT vai discutir o Ensino Híbrido



Fonte: UFT, 2020.

O mundo inteiro estava se adaptando a um novo formato. As compras por aplicativos e sítios eletrônicos eram cada vez mais comuns, assim como realizar uma consulta médica por telefone ou estudar por meio de plataformas digitais.

Tinha-se um “novo normal”. Com isso, a UFT também decidiu retornar suas atividades acadêmicas no formato híbrido¹.

Para isso, ofereceu treinamento aos servidores e servidoras para lidar com o atendimento não presencial, bem como ministrar aulas por meio de plataformas digitais. Essa não foi uma tarefa fácil, visto que além da adaptação ao novo formato de ensino, uma pandemia assolava o globo terrestre devastando vidas, o que demandou uma rede de atenção e cuidado emocional para toda a comunidade acadêmica.

Como agravante à situação, o perfil socioeconômico dos (as) estudantes da região Norte é de renda nominal média, per capita, de R\$884,28². De acordo com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil,

¹ Ensino híbrido, ou blended learning, é uma metodologia que combina o aprendizado online com o offline, em modelos que mesclam momentos em que o aluno estuda sozinho, virtualmente, com outros em que a aprendizagem ocorre de maneira presencial, sempre valorizando a interação entre pares e entre aluno e professor. Disponível em: <http://bit.ly/3JeLfpZ>. Acesso em: 10 ago. 2022.

² Acesse a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso em: 10 ago. 2022.

da UFT (Proest), “a UFT tem entre seus destaques o maior acesso ao ensino superior por pessoas de baixa renda. São 87% dos alunos da instituição com renda *per capita* familiar de até 1,5 salário-mínimo. A média é acima da nacional que é de 70,2%” (UFT, 2019). Segundo Tavares (2018, p. 16), “o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Apesar das imensas riquezas do país, a concentração de renda – que leva a outras desigualdades estruturais”.

Atrelada a essa desigualdade, uma parcela significativa da população de estudantes não dispunha das ferramentas necessárias para a retomada das atividades remotamente. Diante disso, a UFT realizou um levantamento para diagnosticar sobre o acesso ou não à *internet* pelos estudantes. Assim, foi identificado que grande parte dos (as) estudantes da UFT não se encontrava incluída digitalmente, visto que nem todos possuíam ferramentas necessárias para assistir às aulas remotas, dentre elas, acesso à *internet*, *tablet* ou *notebook*.

Segundo a ONU, nas palavras de Frank La Rue, relator especial sobre a promoção e a proteção da liberdade de opinião e expressão, a *internet* é uma ferramenta indispensável para se realizar uma série de direitos humanos, combater a desigualdade, acelerar o desenvolvimento e o progresso humano. Mas, hoje, só 55% da população tem acesso à *internet* no mundo (POZNANSKI, 2018, p. 25).

Como forma de dirimir o problema de acesso à *internet*, a UFT aderiu ao projeto “Alunos Conectados do Ministério da Educação (MEC)” que distribuiu mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) *chips* com pacotes de dados para acesso à *internet* às Universidades e Institutos Federais para que pudessem entregar a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além da adesão ao projeto do MEC, a UFT também criou o “Programa Auxílio Inclusão Digital”, o qual foi dividido em duas modalidades, sendo elas: Inclusão Digital - pacote de dados e Inclusão Digital - aquisição de equipamentos. O Inclusão Digital - pacote de dados custeou o pagamento de 80,00 (oitenta) reais/mês para acesso à *internet* durante o período em que os (as) estudantes aguardavam o recebimento dos chips provenientes do MEC. Segundo o Painel Transparência da Proest/UFT³, foram pagos 3.345 auxílios de 80,00 cada, distribuídos num período de dois a três meses, conforme os chips

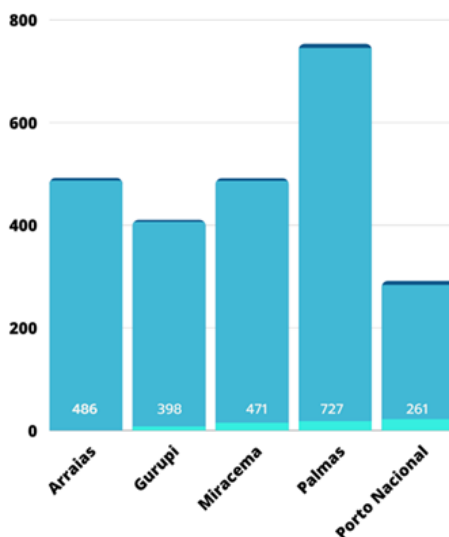
³ Para mais informações, acesse: <http://bit.ly/3Jhuc6A>. Acesso em 10 ago. 2022.

oriundos do MEC vinham sendo distribuídos. Não foi possível fazer recorte de gênero, visto que alguns estudantes foram contemplados com dois e outros três depósitos bancários, não sendo possível precisar qual gênero recebeu mais ou menos auxílios, pois, à medida em que recebiam o chip do MEC, os (as) estudantes eram desligados do Programa.

Já o Inclusão Digital - aquisição de equipamentos, destinado a estudantes com vulnerabilidade socioeconômica para concorrer a um auxílio financeiro para a compra de *tablet* ou complementação de compra de *notebook*, beneficiou 2.343⁴ estudantes, sendo quatro deles (as), pessoas com deficiência. Os valores foram pagos em pecúnia, por meio de depósito bancário diretamente na conta do (a) estudante. Os valores variaram entre R\$1.000 (um mil reais) e R\$2.500 (dois mil e quinhentos reais), conforme regulamentado em edital. O gráfico 1 apresenta detalhadamente o quantitativo de estudantes contemplados por câmpus.

Gráfico 1 - Quantitativo de beneficiários (as) do Programa Auxílio Inclusão Digital - aquisição de equipamentos nos anos de 2020, 2021 e 2022\

QUANTITATIVO DE BENEFICIADOS (AS) POR CÂMPUS



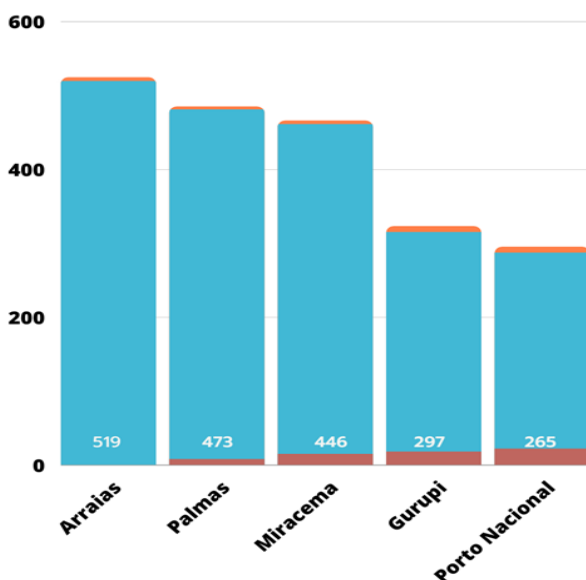
Fonte: elaboração própria com dados do Painei da transparência Proest/UFT.

⁴Dados do dia 10 ago. 2022, no entanto, ainda podem ser alterados, visto que alguns auxílios estão em fase de pagamento.

O Projeto “Alunos Conectados do MEC” contemplou 2.000 (dois mil) estudantes, sendo 519 de Arraias; 297 de Gurupi; 446 de Miracema; 473 de Palmas e 265 de Porto Nacional. Destaque-se os câmpus de Arraias e Miracema, cidades menos povoadas, que estão entre os câmpus da UFT com menor quantitativo de cursos e tiveram uma participação expressiva em relação aos demais, subentendendo-se que estudantes de cidades interioranas possuem menos oportunidades de acesso à informação. O detalhamento pode ser consultado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Quantitativo de beneficiários (as) do Projeto Alunos Conectados do MEC nos anos de 2020, 2021 e 2022

QUANTITATIVO DE BENEFICIADOS (AS) POR CÂMPUS



Fonte: elaboração própria com dados do Painel da transparência Proest/UFT.

Um dado que chamou a atenção foi o expressivo quantitativo de mulheres que receberam os auxílios, o qual foi distribuído da seguinte forma: dos 2.343 auxílios pagos para aquisição de equipamento, 1.473 foram pagos para mulheres, o que corresponde a 62% das beneficiárias do Programa Auxílio Inclusão Digital, restando 819 (36%) contemplados

do gênero masculino e 51 (2%) que preferiram não informar o gênero.

O Projeto “Alunos Conectados do MEC” distribuiu 2.000 chips entre os anos de 2020 a 2022, sendo 1.306 para mulheres e 694 para homens. A seguir, apresenta-se quadro representando os dados do recorte de gênero referente ao recebimento dos auxílios aqui tratados.

Quadro 1 – Soma do quantitativo de mulheres beneficiárias do Programa Auxílio Inclusão Digital: aquisição de equipamentos e pelo Projeto “Alunos Conectados do MEC” nos anos de 2020, 2021 e 2022

	Programa Digital	Inclusão	Projeto Alunos Conectados/MEC	Co-	Soma
Mulheres	1.473		1.306		2.779
Homens	819		694		1.513
Não declararam	51		0		51
Total Total de Auxílios					4.343

Fonte: elaboração própria.

Dito de outra forma, observa-se que 4.343 estudantes foram beneficiados entre os anos de 2020 e 2022 em programas que oportunizam o acesso à informação na UFT. Destes, 64% eram mulheres, 35% eram homens e 1% preferiu não declarar. Esse dado remete, inicialmente, a duas hipóteses que não se pretende esgotar neste estudo, uma vez que não foi possível aplicar questionário para sua confirmação. São elas: 1) as mulheres buscam o acesso à informação mais que os homens; 2) as mulheres dependem mais de auxílios e programas de assistência que os homens.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016) informa que, nos últimos anos, as mulheres têm concluído o ensino superior mais que os homens. No entanto, não informa se isso ocorre em razão de mais mulheres ingressarem no ensino superior ou se isso ocorre em razão de desistência ou demora em concluir o curso por parte dos homens. Segundo o IBGE (2016), “especialmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem, de 25 a 44 anos de idade, [...] o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%”.⁵

Retornando aos auxílios da UFT, foi observado que, devido

⁵ Para mais informações, acesse: <https://bit.ly/3L4CSHy>. Acesso em 14 ago.2022.

ao perfil socioeconômico dos (as) estudantes⁶, nem todos (as) conseguiram participar das seleções desses projetos, já que não tinham acesso integralmente à *internet*, o que, consequentemente, privava aos (às) estudantes de obter informações sobre o edital.

Fato este que expõe certa fragilidade no processo seletivo, uma vez que desconsiderou o principal motivo da criação desses programas. Assim sendo, o direito à *internet*, bem como o acesso à informação apresentam-se parcialmente comprometidos. Diante disso, é importante destacar que muitos destes (as) estudantes não possuem acesso integral à *internet*, tampouco equipamentos necessários para acessá-la, o que limitou a participação dos (as) estudantes à seleção para participar do programa e que também compromete a permanência deles (as) no ensino superior, visto que as aulas foram ofertadas remotamente até o primeiro semestre de 2022.

Um dado que chamou atenção foi o aumento de solicitações de trancamento de matrícula⁷ desde o início da pandemia e continuou em alta em 2021. Nos anos que antecederam a pandemia, 2018 e 2019, foram solicitados 944 e 902 trancamentos de matrículas respectivamente. Já em 2020, foram realizados 1.485 trancamentos e, até novembro de 2021, foram solicitados 1.046 trancamentos.

Destaca-se que durante o período do ensino remoto, os trancamentos de matrículas foram flexibilizados por meio da Resolução Consuni nº 28/2020, a qual traz em sua redação o seguinte texto: “Art. 18. O(s) período(s) letivo(s) em que perdurar a situação de que trata esta Resolução não serão contabilizados no número total de matrículas para integralização curricular, não tendo impacto para efeitos de jubilação” (UFT/PROGRAD, 2020, p. 7).

Essa Resolução trouxe diversas outras flexibilizações tais como a possibilidade de aulas síncrona e assíncrona, facilitando acessar as aulas em horários diferentes do previsto, e a frequência não ser considerada como critério de aprovação no componente

⁶ Entre os requisitos para receber auxílios estudantis da UFT, o critério de renda estabelece que serão contemplados (as) estudantes com renda de até 1,5 salário-mínimo, considerando o índice de vulnerabilidade econômica e número de vagas ofertadas em cada edital.

⁷ Esta contextualização faz-se necessária para melhor compreensão do aumento de solicitações de trancamento de matrículas. Os dados foram obtidos por meio de formulário de solicitação à Pró-reitoria de Graduação da UFT – Prograd/UFT, em 8/nov/2021. A atualização de trancamentos foi solicitada à Prograd, no entanto, até a presente data, não obtivemos retorno.

curricular. Observe que, apesar das flexibilizações, os pedidos de trancamento de matrícula cresceram razoavelmente, inferindo-se que a impossibilidade de dar continuidade aos estudos ocorre em razão desses estudantes não dispor das ferramentas necessárias para isso. Portanto, o acesso à informação e, consequentemente, o direito à comunicação tornou-se comprometido.

Em análise dos dados de que os (as) estudantes da UFT, verifica-se um perfil de vulnerabilidade socioeconômico acima da média nacional, remetendo-se ao contexto originário destes(as) alunos(as). Considerando que a UFT integra a região amazônica, muitos deles(as) são provenientes do interior dos estados e de origem rural, como é o caso de muitos quilombolas e indígenas, por exemplo. Em meio a esse contexto, para além da questão econômica, destaca-se a dificuldade de acesso à internet nesses rincões, onde até o sinal de telefone é precário. Considerando tais fatores, Paulo Freire pondera que: “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 46). Se por um lado a proposta do ensino remoto, tentou democratizar o acesso à informação, por outro, a falta das ferramentas necessárias a acessar essa modalidade de ensino, bem como diversos outros fatores, provocaram uma ruptura da proposta educativa, onde a comunicação não é estabelecida integralmente e o direito à informação não é acessado em sua totalidade. Nesse sentido, Chauí (2018) corrobora:

A estrutura autoritária da sociedade brasileira, o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado neoliberal colocam em evidência o bloqueio a um direito democrático fundamental sem o qual a cidadania, entendida como participação social, política e cultural é impossível, qual seja, o direito à informação. (CHAUÍ, 2018, p. 10).

Nota-se que a universidade está inserida em um contexto composto de diversos fatores que não consegue abarcar. Observa-se que o lançamento de editais para aquisição de equipamentos que possibilitaram o acesso a aulas remotamente e minimizaram os problemas relacionados ao acesso à informação, mas não foram suficientes para assegurar a permanência dos(as) estudantes na Universidade. Os dados retratam a vulnerabilidade socioeconômica dos(as) estudantes da UFT, os(as) quais permeiam inúmeras outras dificuldades, dentre elas, a da própria sobrevivência.

Considerando o contexto político e econômico que o Brasil vem passando, cujas universidades vêm sofrendo sucessivos cortes orçamentários, inclusive de verba para assistência estudantil, o cenário educacional da UFT não se apresenta como dos mais favoráveis. No entanto, é inegável que esse tipo de auxílio ainda é essencial para minimizar a situação antagônica em que a UFT passou durante o cenário pandêmico e ainda passa atualmente. Os números de auxílios estudantis oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica entre os anos de 2020 e 2022 sinalizaram a necessidade de ampliação e não de cortes, como vem ocorrendo nos últimos anos.

Considerações

A pandemia provocada pela transmissão do vírus SARS COV 2 - Covid-19 revelou necessidades importantes que, até o ano de 2020, ainda não tinham sido pensadas pela universidade, dentre elas, a necessidade de oferecer aos (às) estudantes equipamentos que viabilizassem o acesso à informação, mesmo sendo um dos principais canais de comunicação da UFT, o meio eletrônico.

Considerando que o perfil econômico de estudantes matriculados na UFT seja de 87% dos (as) estudantes possuírem renda per capita familiar de até 1,5 salário-mínimo, os auxílios estudantis não eram considerados como fundamentais para garantir a permanência deles(as) na instituição.

Uma vez identificada essa necessidade, ficou evidente que a UFT precisa desenvolver mecanismos de seleção, por meio de programas que oportunizem o acesso à informação na UFT, para que todos os perfis de estudantes participem das seleções em igualdade. Além disso, o quantitativo de 4.343 estudantes beneficiados (as) nos auxílios de "Inclusão Digital" e "Pacote de Dados" e "Aquisição de Equipamentos" é apenas um recorte realizado pelos editais divulgados pela Universidade. Com isso, é possível que um número maior de estudantes necessite desse tipo de auxílio.

Além da questão econômica, observa-se também que as mulheres têm recorrido mais aos auxílios estudantis do que os homens quando se trata de equipamentos para acesso à informação, logo, é importante destacar a necessidade do recorte de gênero nos estudos e pesquisas institucionais. Por meio deles, pode-se produzir dados mais precisos.

Como aprofundamento da temática, sugere-se pesquisas futuras que contemplem mais universidades, com os mais diversos recortes: gênero, raça, cor, tempo de permanência e região, que melhor tracem o perfil dos (as) estudantes presentes nas universidades brasileiras. Com isso, pode-se tensionar sobre os investimentos por parte do governo federal na assistência estudantil que de fato viabilize a permanência e integralização dos seus cursos.

Referências

CHAUÍ, Marilena. Comunicação e Democracia. In: *Comunicação e Direitos Humanos*. Associação Henfil Educação e Comunicação, 2018.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde; OMS - Organização Mundial de Saúde no Brasil. *Histórico da pandemia de COVID-19*, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus> Acesso em: 16/fev/2023.

POZNANSKI, Florence. e Projeto Popular para o Brasil. In: *Comunicação e Direitos Humanos*. Associação Henfil Educação e Comunicação, 2018.

TAVARES, Joana. Comunicação e Projeto Popular para o Brasil. In: *Comunicação e Direitos Humanos*. Associação Henfil Educação e Comunicação, 2018.

UFT - Universidade Federal do Tocantins. UFT completa 16 anos mais acessível aos tocaninenses e às pessoas de baixa renda. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/25279-uft-completa-16-anos-mais-acessivel-aos-tocantineses-e-as-pessoas-de-baixa-renda> Acesso em: 16/fev/2023.

_____. Resolução Consuni nº 28, de 8 de outubro de 2020. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/m356DUWVSWGkB-G2LOm363Q> Acesso em: 22/jan/2023.

UFT - Universidade Federal do Tocantins; PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação/UFT. *Instrução Normativa n. 02/2020 - PROGRAD/UFT*. Palmas - TO, 2020

4

Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira

CAPÍTULO 4 - JORNALISMO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E A RELEVÂNCIA DO INSTAGRAM NA REPRODUÇÃO DA HEGEMONIA DOS MEDIA

Introdução

O jornalismo, historicamente, apresenta majoritariamente homens em posição de poder e decisão. Para Woitowicz e Rocha (2018), a representatividade masculina não se aplica apenas ao cenário dos veículos de comunicação e sim a grande parte do mercado de trabalho, uma vez que se trata da reprodução da herança de uma sociedade regida pelo patriarcado.

O Instituto Reuters publicou sua pesquisa anual⁸ para estudos de jornalismo, na qual analisou 240 redações em 12 países. Nessa pesquisa publicada pelo Instituto, ficou evidente que apenas 21 dos 179 cargos de editoria dentro das redações eram ocupados por mulheres, apesar de as mulheres representarem parte significativa dos profissionais jornalistas do mercado. Comparado com a pesquisa publicada pelo Instituto em um ano anterior, o percentual retraiu em 1%.

No Brasil, a média geral de mulheres ocupando cargo de chefia nas redações não passa de 7%, retração de 5% para a pesquisa publicada pelo instituto no ano de 2021.

Dessa forma, infere-se que o jornalismo é uma profissão, ainda, majoritariamente masculina, uma vez que é pensado e comandado por homens. Sendo assim, é “natural” que a linguagem e que o conteúdo seja direcionado para o masculino, uma vez que é feito por homens e para homens. A questão hegemônica ocorre de forma a

⁸ Disponível em: <http://bit.ly/3IZtlrj>. Acesso em: 30 jul. 2022.

naturalizar a ausência da mulher dos espaços de poder, uma vez que o poder de decisão se mantém nos espaços de poder, espaços esses que as mulheres têm acesso restrito.

Diante da naturalização da presença masculina em posições de poder e de uma comunicação direcionada para o masculino, percebe-se a dinâmica de manutenção, perpetuação e naturalização do patriarcado nas arenas sociais, culturais e políticas por meio das ideias e julgamentos difundidos pelos veículos de comunicação.

A reprodução e a normalização de disparidades, sejam elas em quais campos forem, evidenciam a manutenção e o reforço da hegemonia de classe e de gênero na dinâmica entre política e social. Isso posto, é válido concatenar à democracia as práticas de jornalismo em uma perspectiva de gênero.

A presença do jornalismo hegemônico é um mecanismo de manutenção e de manipulação social poderoso, no qual o poder simbólico é imposto por meio de ideias, pela naturalização de crenças e valores hegemônicos e invisibilização de algumas classes e pelo direcionamento acerca do que deve ser consumido ou não pela sociedade.

Os *media* são detentores do poder de consensualizar ideias e ideais propostos hegemonicamente, diante disso, é pertinente entender de que forma o conceito de hegemonia pode ser aplicado aos interesses das classes. Gruppi (1978) elenca a capacidade de direção e de conquistar alianças, como sendo ferramentas relevantes para estabelecer a hegemonia entre as classes.

Para De Moraes (2010), a construção da hegemonia na contemporaneidade é baseada cada vez mais em disputas ideológicas e culturais, responsáveis por influenciar e condicionar o imaginário social, assim como influenciar os sentidos de compreensão pela sociedade. É relevante destacar aqui o papel dos *media* como difusores de pensamentos e ideais.

Gramsci (2000) conceitua a hegemonia como a liderança ideológica e cultural de uma classe sobre as outras. Tal hierarquia é desenhada pelo poder e pelo “conter” o que é consenso nas arenas nas quais a sociedade está contida.

Rodal (2015) complementa que a hegemonia se constitui por meio de vários mecanismos e que eles têm relação direta com a influência dos meios de comunicação, sendo que os *media* são capazes

de criar temáticas de preocupação coletiva, direcionando os temas sobre os quais devemos pensar e devem ser as nossas preocupações. Ainda, de acordo com a autora, a hegemonia desenvolve símbolos reconhecíveis e metáforas que sublimam certos comportamentos ou atos rituais e, dessa forma, delineiam os lugares que cada grupo ou classe pode ocupar na sociedade.

É possível entender, pelo pensamento disposto acima, que a hegemonia se caracteriza pela tensão constante na relação de uma classe sobre outra, no intuito de impor ideias que desaguem em um consenso nas arenas sociais, culturais e políticas. Tais pensamentos e ideais podem facilmente ser promovidos pelos veículos de comunicação.

Destarte, é pertinente afirmar que a hegemonia se instaura no seio das tensões de gênero e promove estranhamento e afastamento. Conquanto, hodiernamente, os *media* expõem de forma hierárquica uma pseudo normalidade, veiculada por meio de estereótipos do feminino, violências de gênero e masculinização dos textos.

Para Meuli (2017), pesquisadora de gênero da Universidad Nacional de Tucumán (Argentina), uma sociedade como a nossa; cuja lógica sexista é o pilar do sistema cultural e atua como força para a estruturação, manejo e organização de outros sistemas; é comum que os meios de comunicação de massa reproduzam o sexismo, imagens estereotipadas e preconceituosas das mulheres, já que estão inseridos nesse sistema cultural onde a desigualdade entre os gêneros impera. Assim, problematizar sobre a representação da imagem das mulheres na mídia é um exercício necessário para impulsionar transformações.

No entanto, há de se levar em consideração que tais dinâmicas dependem dos tensionamentos criados socialmente, rigidez das classes e da perda de espaço de uma dessas classes, para que a hegemonia se modifique. No entanto, os *media*, enquanto aparelho hegemônico privado, exercem grande força nas disputas das classes.

Acerca do conceito de hegemonia, é relevante entender o que os veículos de comunicação reproduzem por meio de uma comunicação arraigada nesse conceito e de que forma esses veículos podem ser uma ferramenta robusta para a construção de uma comunicação e um jornalismo na perspectiva de gênero.

Considerado por Gramsci (2000) como um aparelho privado de hegemonia, os *media* são responsáveis, em grande parte, por

manterem em suspensão a naturalização da presença das mulheres em ambientes públicos, ao se utilizarem de linguagem com características hegemônicas para informar a sociedade e promover a horizontalidade de ideias.

A reflexão acerca da questão de gênero proposta neste ensaio vem corroborar com Miranda e Parente (2014), quando as autoras afirmam que o conceito de gênero é construído sobre as relações entre homens e mulheres, que são observadas por meio de perspectivas sociais, culturais e históricas, com foco nas atribuições delegadas a cada um dos gêneros, sendo no trabalho, na política, na família e nas instituições sociais onde são permeadas pelas relações humanas, sejam contexto binário, homem e mulher.

No contexto das desigualdades sociais, Biroli (2018) cita que a divisão sexual do trabalho é a produtora da desigualdade. O acesso desigual aos cuidados necessários e à posição de quem cuida durante a infância e a velhice (momentos de maior vulnerabilidade) também é fator de determinação de desigualdades sociais, relata a autora. Dito isso, é de grande relevância observar a forma de representação da mulher na mídia, visto que os meios de comunicação são catalisadores para a reprodução de estigmas.

Pensar um jornalismo na perspectiva de gênero perpassa não apenas a construção do texto jornalístico, mas também o contexto produtivo em que é produzido.

Santoro (2007) cita que os meios de comunicação realizam constante seleção, por meio de critérios, para definir o que é notícia. Tais critérios definem se determinado acontecimento pode se tornar uma notícia ou não, atentando aos valores que vão definir a noticiabilidade, tais como: novidade, atualidade, interesse, importância, proximidade e negatividade.

Para a autora, o jornalismo na perspectiva de gênero deve imbuir em seus critérios de noticiabilidade a dimensão de gênero e observar questões como: de que forma essa notícia impacta homens e mulheres? Quais são as diferenças e especificidades? Onde estavam os homens quando isso aconteceu e vice e versa.

A adoção de uma comunicação na perspectiva de gênero permeia o conceito de igualdade e, segundo Alberti *et al.* (2010), oferece estratégias para que os textos publicados pelos veículos de comunicação rompam com a propositura e a normalização do estado hegemônico.

Dito isso, convém ressaltar que a mídia detém o papel fundamental de dirimir as barreiras socioculturais pré-existentes, a fim de oferecer um debate democrático, oportunizando a todos e a todas o direito de se comunicar, de ser visto enquanto pessoa e de falar.

Ao jornalismo, cabe o papel de oferecer um espaço democrático às mulheres; dar a elas a mesma oportunidade de falar, de se representar de forma justa e de observar a presença delas, enquanto cidadãs, como fontes das notícias que permeiam a humanidade.

Para que o jornalismo na perspectiva de gênero seja uma possibilidade, é necessário promover mudanças internas nos veículos de comunicação, bem como instaurar uma rotina baseada no exercício de pensar na perspectiva de gênero para a construção das pautas e das notícias.

Tais mudanças seriam pontuais para que os *media* e a sociedade entendessem o papel da mulher nas arenas social e política, dessa forma, oferecendo a elas oportunidades e os direitos a uma representação e representatividade justas.

O jornalismo na perspectiva de gênero precisa refletir de forma atenta sobre como a mulher é retratada enquanto notícia, resvalando-se de situações e representações nas quais as mulheres sejam objetificadas e tratadas à revelia enquanto cidadãs pertencentes a uma dinâmica social de invisibilização.

Ainda no que tange à representação das mulheres pela grande mídia, convém cercar-se de cuidados, essencialmente na veiculação de violências, para que a mulher não seja vítima de culpabilização, de exposição desnecessária, de desacreditação e ainda, que não seja revitimizada pela violência sofrida, tendo fotos e vídeos das violências veiculados nos jornais e ou outras fontes de notícias.

Quanto à mulher, que são seres inerentes aos papéis sociais propostos pela dicotomia público-privada imposta pelo patriarcado, é relevante que elas façam parte das “pessoas das notícias” veiculadas pelos *media*. Cabe ressaltar que a presença de mulheres nas notícias deve ser observada do ponto de vista de fontes de notícias (especializadas), dando voz às mulheres no exercício de suas profissões e não apenas como pessoas que circulam pelo ambiente privado.

Quando notícias são produzidas de acordo com o jornalismo tradicionalista e hegemônico, as fontes e as pessoas das notícias

se naturalizam como sendo sujeitos confiáveis, lançando-as e projetando-as como únicas opções de informação confiável. Para um jornalismo na perspectiva de gênero, é necessário que haja a inclusão de mulheres como fontes das notícias, essencialmente aquelas que ocupam os espaços públicos, para que sejam também, lançadas e projetadas socialmente como pessoas confiáveis para obtenção de informações.

Para a produção de um jornalismo na perspectiva de gênero, Moreno (2012) cita que a imprensa tem papel importante para combater a perpetuação de jogos de expectativas e a atribuição às mulheres condições sociais restritivas, ou sejam, aquelas que diminuem e trivializam, bem como exploram as mulheres, como por exemplo: “mãe de seis filhos”.

O caminho para a democratização da comunicação perpassa também o reconhecimento das pessoas das notícias, entendendo que tais pessoas são aquelas que têm, de fato, voz ativa, representação e representatividade em diversas arenas. Nesse sentido, o projeto *Global Media Monitoring Project* (GMMP) elabora, desde o ano de 1995, um relatório no qual se debruça sobre os impactos causados pela falta de perspectiva de gênero nas notícias.

O relatório do GMMP é realizado a cada cinco anos. No ano de 2020, foi feita a última pesquisa para a elaboração do relatório, que ainda não foi disponibilizado. No entanto no ano de 2015, o relatório ⁹ (realizado após coleta de dados em 114 países) já apontava que as mulheres constituem apenas 24% das pessoas que são ouvidas, lidas ou vistas nos meios de comunicação. O dado evidencia que a parcela que as mulheres ocupam espaço como fonte ou como pessoas das notícias ainda é pequena e corrobora com a necessidade de buscar uma comunicação com perspectiva de gênero.

É notória a existência de uma lacuna dentro da produção jornalística, no que diz respeito às estratégias para democratizar o acesso e a representação dos gêneros. No entanto, ainda é necessário que haja conscientização, entendimento e a naturalização de tal perspectiva. O jornalismo contra-hegemônico precisa avançar no sentido de produzir tensões e de ser ambiente de reivindicações e protestos contra uma única forma de comunicar.

⁹ Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2015-reports/>. Acesso em: 9 fev. 2022.

A pluralidade é de fato o que há de mais democrático na humanidade, o sentir-se representado dentro de um ambiente que parece não nos reconhecer.

A possibilidade de as mulheres escreverem as próprias histórias, sob suas perspectivas, respeitando as suas liberdades e promovendo, dessa forma, uma nova possibilidade de ver refletida a imagem da mulher na sociedade é o que deveria já estar sendo feito no jornalismo.

Embora a pluralidade já tenha sido citada, é pertinente entender que, o que nos torna especiais enquanto pessoas, é justamente a diferença, que por muitas vezes nos separa.

A internet, a ubiquidade das coisas e das relações

A internet proporcionou inúmeros avanços para a sociedade contemporânea. A ubiquidade da informação, a otimização e propiciação da oferta e demanda de produtos e bens se tornaram, também, ferramentas para mediar a educação e a comunicação. No entanto, quando usadas de forma equivocadas e atendendo a interesses individuais, tornam-se um veículo de propagação de discursos e crimes de ódio, "linchamento e cancelamento", além de ser um potente veículo de disseminação de *Fake News*.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a internet fomentou diversas ferramentas e aplicativos que possibilitam o estreitamento dos laços sociais e afetivos. Inicialmente, a ideia de compartilhar a rotina e reencontrar velhos amigos foi o que levou muitas pessoas a procurarem o abrigo das redes sociais como forma de manter por perto pessoas queridas e restaurar velhos laços.

No entanto, a necessidade de capitalizar as emoções e as necessidades de consumo, aliada à atratividade publicitária das mídias digitais, tornaram-se pungentes dentro daqueles espaços. Cada vez mais, "o estar" sobrepõe "o ser". O conceito do que é bonito foi sendo desenhado de acordo com os padrões culturais e abaulados pelas necessidades publicitárias que margeiam as redes sociais.

Dessa forma, percebe-se um movimento dentro daqueles espaços, no qual figura a presença do *digital influencer*, pessoa que produz conteúdo, pago ou não, voltado para os nichos que estes fazem parte. O *digital influencer* tem como característica principal o poder de influenciar escolhas, gerar engajamento sobre determinado

assunto e ou produto e suscitar debates acerca de determinados assuntos por meio de sua influência com os seguidores que o acompanham naquela rede social.

De acordo com Vasquez (2021), os meios de comunicação difundem a publicidade, enquanto esta difunde o que aqueles mostram, de forma a criar estereótipos para justificar a venda de determinados produtos ou necessidades das quais terão benefícios.

Ainda segundo a autora, estes dois canais de comunicação se alimentam da “coisificação” dos corpos femininos como ferramenta comercial e, dessa forma, retroalimentam os *digital influencers*, fomentando assim, um ciclo no qual se criam demandas e se justificam necessidades de acordo com os interesses da mídia e da publicidade.

Dito isso, cabe citar a cultura instaurada nas classes hegemônicas (da qual, inclusive os meios de comunicação fazem parte, como um aparelho hegemônico) que atua como “pano de fundo” para os discursos que representam essas classes.

O Instagram como veículo da busca pelo padrão hegemônico

O Instagram é uma rede social essencialmente visual e local onde os usuários, conectados por meio da internet, podem postar fotos e vídeos de curta e longa duração, fazer *lives* e atribuir *hashtags* (palavras-chave) aos conteúdos produzidos por eles, para facilitar a busca de conteúdos. Tais recortes podem retratar as realidades sociais dos usuários comuns ou daqueles caracterizados como *influencers* (pessoa que tem a capacidade de influenciar outras por meio da produção de conteúdo em suas redes sociais).

A publicidade dentro do Instagram pode ser marcada como “*publi*” pelos *influencers*, o que caracteriza que aquele influenciador(a) está sendo pago(a) para produzir aquele conteúdo e emitir uma opinião sobre determinado produto. Existem, nesse meio, pessoas que não sinalizam a publicação nas postagens com o intuito de promover uma falsa sensação de que a opinião sobre determinado produto é espontânea e sem contrapartida financeira, gerando certa confusão para quem lê ou assiste aos conteúdos, levando os consumidores a acreditar que aquele produto não está sendo promovido e sim indicado pelo influenciador digital.

O Instagram é relativamente novo. A rede social foi lançada no

ano de 2010 e, já no ano de 2020, alcançou a marca de 1 bilhão de usuários, de acordo com uma pesquisa divulgada pela *Emarketer*¹⁰. Com um alcance de milhões de usuários, essa rede social torna-se relevante forma de comunicação, trabalhando com algoritmos que potencializam os perfis de usuários que sabem “trabalhar” o engajamento do seu público.

Como ferramenta de monetização, a rede social é relevante arena para novos empresários e *influencers* milionários; como ferramenta social, o Instagram é um dínamo, produtor de tendências, representações culturais e vitrine para novas realidades sociais, produzidas ou não, ora pelo agendamento midiático ora pelo agendamento da própria rede para com o seu público. Desse modo, a rede social é representação da cultura criada dentro daquela “bolha”, uma ideia e um ideal fragmentados da vida real e que reproduzem o que e quem “vende” a verdade compartilhada naquele ambiente. Local onde as relações sociais e a ascensão “social” são pautadas pelos *likes* e métricas de engajamento.

Destarte, pode-se dizer que o Instagram é potente reproduzidor dos ideais hegemônicos reproduzidos pelos *media*. No que se refere à cultura, Canclini (1999, p.41), cita que o consumo leva à reflexão de que a seleção e o consumo dos bens remetem às questões de ordem subjetiva dos seres humanos. Dessa forma, o “valor” é destacado publicamente, assim como as formas de integração e de diferenciar as especificidades sociais. Percebe-se que a cultura vai se moldando, se ajustando e se transformando para se adaptar à contemporaneidade, e ainda de acordo com o autor, tal processo é “uma agregação dos processos de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços [...]”.

A grande abrangência das ideias e ideais pautados pelo Instagram ofertam uma gama de reproduções culturais agendadas pelos *media* (muitas das quais engendradas pelo patriarcado), especialmente sobre a população feminina, como por exemplo: objetificação do corpo feminino, padrões de beleza inalcançáveis, normalização da tripla jornada e etc.

¹⁰ Disponível em: <https://www.emarketer.com/content/global-instagram-users-2020>. Acesso em 03 fev. 2022.

Cabe ressaltar que grande parte dos perfis que monetiza suas publicações investem em imposições de padrões culturais como forma de arrebanhar o público. A busca pelo corpo perfeito, perda de peso, cirurgias plásticas, produtos para a pele e protocolos de beleza são maioria entre as publicações com potencial danoso para a saúde da mulher.

Existem também perfis que romantizam a maternidade e a tripla jornada, fazendo com que a mãe que realmente necessita deixar seus filhos em casa e trabalhar acredite ser normal o nível de exaustão ao final do dia. A culpa por não seguir padrões maternos impostos pelas redes sociais, a comparação e a banalização do adoecimento psíquico também podem ser questões experimentadas por essas mães durante o puerpério e a volta ao trabalho.

Perfis do Instagram que instigam a contra hegemonia na rede

Diante da normalização da perfeição, especialmente mulheres sofrem pela cobrança estética imposta culturalmente, cujo corpo passa a ser objeto cultural e produto, sobre o qual todos podem opinar e tecer críticas.

Nessa sociedade em que o corpo é objeto do consumo e para o consumo, o indivíduo é qualificado de acordo com o corpo que possui. Apresentar gordura corporal virou sinônimo de má forma, obesidade, repúdio, desleixo. A forma física vai determinar e classificar as diversas maneiras que o sujeito se relaciona na sociedade (SOUZA; NOVAIS, p.13, 2019).

Dessa forma, é por meio do corpo, que as pessoas buscam aceitação e validação social e, também, é dessa forma que a indústria por trás do Instagram ganha dinheiro, explorando lacunas emocionais e problemas culturais.

Dentro dos milhões de perfis criados no Instagram, é necessário destacar também a presença daqueles que favorecem ou provocam um pensamento anti-hegemônico e os que buscam disseminar conteúdos que atentem os(as) usuários(as) sobre a aplicação de filtros nas fotos, photoshop, vídeos manipulados para melhorar a estética do corpo, procedimentos cirúrgicos, uso de hormônios com fins estéticos e demais situações que possam produzir a falsa sensação de perfeição em vídeos e postagens.

O Instagram é como um espelho, mas pode refletir uma imagem irreal e inalcançável, fazendo com que a comparação entre quem está lendo ou assistindo aos vídeos seja inevitável.

Perfis como @postadaxmarcadaoficial, @altobleblonreserva e @gugafigu atuam com o objetivo de “desmascarar” postagens de algumas influenciadoras e influenciadores prometendo resultados milagrosos, oferecendo produtos emagrecedores, exibindo um corpo “super sarado” com o uso de hormônios e alegando ser natural e desmentindo celebridades sobre publicidades que não foram sinalizadas.

O @postadaemarcadaoficial expõe em sua página photoshop dos famosos, procedimentos estéticos e fotos “antes e depois” de procedimentos estéticos que não deram certo. Nas várias publicações da página, é possível perceber o conteúdo que desestimula a comparação com os padrões impostos pelas fotos publicadas, bem como o alerta a respeito de procedimentos feitos de forma indiscriminada.

O @altobleblonreserva busca apresentar em suas postagens a vida de celebridades e desmascarar aqueles(as) que propagam uma vida luxuosa e bem-sucedida, inertes a crises financeiras, emocionais e, de acordo com as postagens, só não é bonito(a) e estável financeiramente quem não quer. Existem postagens nas quais pessoas famosas incentivam à romantização da maternidade, à anorexia e bulimia, publicidade não sinalizada e outras.

Na página @gugafigu, Guga Figueiredo se preocupa em analisar as fotos postadas por pessoas famosas falando de resultados obtidos por meio de exercícios físicos, cujos resultados pessoas normais jamais seriam capazes de alcançar, justamente pelo fato de que as celebridades mostradas utilizaram hormônios com fins estéticos para alcançar tais resultados. Guga já analisou celebridades como Juliana Paes, Paola Oliveira, Gracyanne Barbosa e Juju Salimeni. No perfil de Guga, também é possível conhecer produtos indicados por *influencers* que não possuem autorização na Anvisa, sendo proibida a venda em território nacional.

A presença de perfis que buscam promover uma discussão e tensão entre os indivíduos de uma mesma sociedade é relevante, especialmente, quando os padrões e pressões incorrem em doenças e transtornos alimentares e psiquiátricos.

Considerações

Dentre os milhões de perfis criados no Instagram, é necessário destacar também a presença daqueles que favorecem ou provocam um pensamento anti-hegemônico naquela rede social e a reverberação dessa discussão na sociedade.

Dessa forma, é relevante a observância quanto às reproduções culturais e sociais, especialmente se elas estão em um ambiente no qual o agendamento dos *media* é tão efetivamente presente, como em uma rede social, que representa interesses de grandes conglomerados. Também é necessária cautela quanto às cobranças impostas por essas redes sociais, cobranças essas que, por muitas vezes, não reproduzem a realidade de milhões de pessoas “normais”.

A vida “normal” acontece no modo off-line, sem necessariamente passar pelo crivo do “tribunal da internet”, acontece onde tudo ou quase tudo pode dar errado, onde corpos são imperfeitos, onde mães estão sobrecarregadas e onde mulheres cada vez mais novas vivem em busca de um ideal inventado.

Essa breve reflexão pretende concatenar apontamentos relevantes para que o pensamento crítico seja exercitado de modo a não ceder aos delírios hegemônicos e patriarcalistas dos *media*, essencialmente, sobre as mulheres. Pretendeu abranger a percepção do que é uma mídia hegemônica e como as representações pautadas na hegemonia são problemáticas.

Referências

ALBERTI Garfias, Gloria; Lagos Lira, Claudia Paola; Maluenda, María Teresa; Uranga Harboe, Victoria. *Por un periodismo no sexista*: Pautas para comunicar desde una perspectiva de género en Chile. Santiago de Chile: OREALC/UNESCO. Recuperado de <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001901/190143s.pdf>, 2010>. Acesso em: 25. jan. 2022.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*: conflitos multiculturais da globalização. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1999.

DE MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. _____. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 13-53, 2000.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MEULI, Noelia. *Hacia un periodismo con perspectiva de género*. Análisis sobre las noticias de violencia de género y femicidio. *Question*, v. 1, n. 55, p. 472-489, 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara; PARENTE, Temis Gomes. Plataforma de Ação de Pequim, avanços e entraves ao gender mainstreaming. In: *Revista Opsi*, v. 14, p. 413-428, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/viewFile/26330/17904>>. Acesso em: 24. jan. 2022

MORAES, Dênis de. *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MORENO, Rachel. *A imagem da mulher na mídia: controle social comparado*. Publisher Brasil, 2012.

RODAL, Asunción Bernardez. *Mujeres en medio (s). Propuestas para analizar la comunicación masiva con perspectiva de género*. Editorial Fundamentos, 2015.

ROCHA, Paula Melani. (Org.). *Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias*. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018, v. 1, p. 28-43.

SANTORO, Sonia. La práctica del periodismo de género. *Las palabras tienen sexo*, p. 137, 2007.

SOUZA, Gabriella Maria de; NOVAIS, Maria Eduarda Souza Valois de. *O poder do Instagram*. 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani. *As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense: invisibilidade, lutas históricas e o processo de feminização da profissão*. In: BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina Janz;

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos estudos CEBRAP*, n. 96, p. 87-103, 2013.

SEÇÃO 2 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO MUDIÁTICA: MULHERES E POPULAÇÃO LGBTQIA+ SOB ATAQUE

5

Cleide das Graças Veloso dos Santos
Cynthia Mara MirandaCAPÍTULO 5 - PALAVRAS TÊM PODER: A ADOÇÃO DA
NOMENCLATURA FEMINICÍDIO NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO**Introdução**

O Mapa da Violência (2015), o Atlas da Violência (2018) e o Atlas da Violência (2019)¹¹ apontam que o Brasil se manteve entre os países mais violentos para as mulheres no mundo. A violência contra mulher é um problema social com amplas repercussões na sociedade brasileira e o feminicídio, como estágio extremo dessa violência, representa um entrave para o avanço da igualdade entre os gêneros no país.

Os meios de comunicação na medida em que contribuem no processo de socialização e aprendizagem das pessoas podem contribuir, de forma mais abrangente, para a conscientização social sobre a violência contra as mulheres ao adotar uma linguagem com perspectiva de gênero. Para Segato (2016), se tomado como mensagem, o ato violento e os fatos se comportam como linguagem, por isso é preciso que o sistema de comunicação social desinstale a linguagem majoritária utilizada atualmente e adote uma linguagem com perspectiva de gênero para que esta situação possa começar a se modificar.

Nessa direção, o presente capítulo pretende discutir a adoção da palavra feminicídio em narrativas jornalísticas. Trata-se de uma síntese de um estudo desenvolvido no âmbito da dissertação de mestrado da autora, orientada pela coautora, que foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins em 2019 sobre o uso do termo feminicídio em

¹¹ Atlas da Violência (2019) produzido pelo Ipea e o FBSP sobre dados de 2017 e a evolução de anos anteriores.

versões on-line do jornal Folha de S. Paulo do ano de 2017, dois anos após o decreto da Lei nº 13.115/2015.

A Lei nº 13.104/2015¹² que tipificou o feminicídio no código penal brasileiro foi criada em 2015 para punir os assassinatos praticados por companheiro ou ex-companheiro, por menosprezo ou discriminação à condição de mulher e o tornou hediondo¹³. Para desenvolver a proposta, a estratégia metodológica utilizada foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; JORGE, 2015) para analisar 78 textos jornalísticos, selecionados do jornal Folha de S. Paulo, que possuem referência ao assassinato de mulheres no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017. A escolha do jornal justificou-se por se tratar de um veículo de circulação nacional e com amplo potencial para formação da opinião pública.

Assim, o presente capítulo promove reflexões quanto ao uso da nomenclatura feminicídio nas narrativas jornalísticas dois anos após o decreto da lei de feminicídio no país. Para desenvolver a proposta foi realizada uma breve revisão conceitual sobre o termo feminicídio e, na sequência, análise do uso do termo feminicídio nos textos jornalísticos. Por último, apresentou-se alguns desafios para a adoção do termo feminicídio nas narrativas jornalísticas.

Feminicídio no vocabulário da violência e do jornalismo

O feminicídio é o estágio extremo em que se encerra o ciclo da violência contra a mulher que não recebe socorro em tempo hábil. Notícias sobre feminicídio são amplamente reportadas, muitas vezes de forma factual e sem a responsabilidade de conscientização que o problema exige. Segato (2018)¹⁴ destaca a importância da reflexão como ferramenta para percepção social no combate da desigualdade de gênero e do uso do termo feminicídio em pauta sensibilizadora, pois consolidam o interesse social na aplicação da lei.

¹² Lei nº 13.104/2015 que tipifica crimes de companheiros ou ex-companheiros, por razões de gênero, situação de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, no Brasil.

¹³ Para o CNJ são crimes que ferem a dignidade humana, causam comoção e reprovação social. Na Lei 8.930/1994, altera a Lei 8.072/1990 são crimes tipificados no Decreto-Lei 2.848/1940-Código Penal.

¹⁴ Palestra El periodismo y el espejo de la reina mala, Rita Segato, no XII Encuentro Nacional de la Red PAR, 18 ago. 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=VisFuMndGZE> > Acesso em: 11 nov. 2018.

No Brasil, mesmo com os esforços do Governo Federal e dos movimentos feministas, nos anos de 2003 a 2016, período entre a criação da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha¹⁵ e da Lei nº 13.104/2015¹⁶ do feminicídio, a desigualdade entre os gêneros ainda continuava acentuada. A posição do Brasil no ranking *Global Gender Gap Report* (GGGR) de 2021 foi 93^a¹⁷, o país caiu uma posição em relação ao ranking de 2020 que estava na posição 92^a. A pesquisa vem sendo realizada pelo Fórum Mundial Econômico e avalia a desigualdade de gênero no mundo em quatro áreas: saúde e sobrevivência; nível educacional; participação econômica e oportunidades e empoderamento político.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) registrou que, apesar da redução da violência contra a mulher, muitas ações precisam ser tomadas nas diferentes instâncias dos Estados brasileiros para prevenir e combater esse crime. Seu levantamento aponta que, naquele momento, quase 60% da população afirmou ter visto situações de violência e assédio contra mulheres; 27,4% das mulheres afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão; 76,4% dos agressores eram pessoas conhecidas da vítima; e para 42% das mulheres, a casa era o local de maior perigo. Entre os agressores, 23,8% era cônjuge/companheiro/namorado; 21,1% eram vizinhos; e 15,2% era ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado. E, ainda, 52% das vítimas de agressões graves não fizeram nada, 29,6% procuraram órgãos não-oficiais e somente 22,2% buscaram órgãos oficiais.

A trajetória da definição do termo feminicídio foi longa, conforme Hernández (2012) conta, o termo *femicide* foi citado pela primeira vez no idioma inglês por Diana Russell, no *Tribunal Internacional de Crímenes contra las Mujeres*, em 1976, para testemunhar assassinatos misóginos. A discussão sobre a significação do termo feminicídio se iniciou a partir da tradução da palavra *femicide*, encontrando espaço de discussões em movimentos feministas, sob o viés dos direitos humanos internacionais, e na sociedade a partir de pontos de vista culturais, políticos e legais.

Na conferência *Proyecto de ley por el derecho de las mujeres*

¹⁵ Lei constitucional brasileira de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

¹⁶ Lei que alterou Código Penal brasileiro, tipifica feminicídio e inclui no rol dos crimes hediondos.

¹⁷ Global Gender Gap Report (GGGR) de 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3mx22LV>. Acesso em: 11 jan 2023.

a *una vida libre de violencia en México*, Lagarde (2006) destacou que Diana Russell lhe autorizou a tradução do termo *femicide*, como feminicídio. E sua intenção foi tornar o termo feminicídio mais adequado à denúncia do Estado, como omissão, uma forma mais eficaz de nomear as violações dos direitos das mulheres por razão de gênero e evitar que o feminicídio fosse associado ao homicídio feminino.

Com o único objetivo de impor sua dominação sobre a mulher, o agressor produz outras vítimas, além da mulher assassinada, pois mantém em constante situação de vulnerabilidade e perigo filhas, filhos e familiares dessas mulheres (LOMMI, 2013). Esgotados os recursos para reverter a separação, o agressor percebe a perda do domínio da mulher e aciona o dispositivo de vingança. Então planeja formas de perseguição, ofensas e agressões, para causar dor à ex-companheira, seja com a morte de parentes ou de pessoas do novo convívio da vítima. Segundo a ONU (*apud* GOMES, 2018), o feminicídio pode ter cinco classificações: Íntimo (vítima e agressor com relação íntima, de convivência ou familiar); Sexual ou Não-íntimo (sem ligação entre vítima e agressor); Corporativo (organizações do estado paralelo, grupo à margem da legalidade); Conexão (quando a vítima tenta impedir crime); e Ocupação ou Estigmatizado (vítima em função da sua profissão).

A repercussão de casos com diferentes perfis e circunstâncias da ocorrência deve despertar a atenção da sociedade. O feminicídio ocorre de forma contínua e não se restringe a uma classe social, econômica ou cultural (LOMMI, 2013). Contudo, ainda a representação da mulher na mídia, se mantém condicionado ao valor-notícia e, nesse sentido, o feminicídio merece destaque, pois a morte é um dos principais valores-notícia no jornalismo. As vozes femininas seguem secundárias em discursos de incentivo à dominação masculina, com utilização de mensagens estereotipadas e discriminatórias que promovem a desigualdade (CERQUEIRA, 2008).

A pesquisa Análise de Mídia (ANDI, 2014) destacou o pouco espaço dado às questões das mulheres em jornais de circulação nacional e a inclinação de escolha de órgãos públicos como fontes de informação, em detrimento de Organizações da Sociedade Civil. Na pesquisa, destaca-se que a cobertura jornalística sobre as mulheres se concentra nos casos de violência e não em suas realizações pessoais ou profissionais, o que evidencia o acentuado cenário da desigualdade

entre os gêneros no país, em comparação às informações veiculadas sobre os homens.

Análise do uso da nomenclatura feminicídio no jornal Folha de S. Paulo

Sob o método da análise de conteúdo de Bardin (2011) e da análise de conteúdo digital de Jorge (2015), os 78 textos jornalísticos localizados e selecionados para a amostra de notícias sobre assassinato de mulheres no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 no jornal *Folha de S. Paulo* foram analisados.

Para a coleta dos textos jornalísticos no jornal *Folha de S. Paulo* foi realizada uma busca entre as edições online, matérias jornalísticas que utilizaram os termos “feminicídio”, “femicídio”, “homicídio de mulher”, “morte de mulher”, “assassinada”, “crime passionai” e outras palavras correlatas, para se referir a assassinatos de mulheres.

Os textos coletados foram divididos em duas categorias: 1) uso do termo feminicídio (tipificador) e 2) uso de outros termos (não-tipificador). Além das categorias foram criadas subcategorias para destacar a forma de uso do termo: 1) relato da ocorrência do assassinato de mulher (factual) e 2) abordagem sobre o assassinato de mulher de forma geral (não-factual). E também subcategorias para destacar o potencial para a formação da opinião pública: 1) com contextualização das circunstâncias do crime, conforme a Lei 13.104/2015 (sensibilizadoras); 2) sem contextualização das circunstâncias do crime, conforme a Lei 13.104/2015 (não-sensibilizadoras). Os dados da amostra analisada e as respectivas classificações são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 Panorama da amostra do Folha de S. Paulo com as respectivas categorizações

AMOSTRA									
CADERNOS	EDITORIAS	TIPIFICADOR				NÃO-TIPIFICADOR			
		FACTUAL		NÃO-FACTUAL		FACTUAL		NÃO-FACTUAL	
		Sensibilizador	Não-sensibilizador	Sensibilizador	Não-sensibilizador	Sensibilizador	Não-sensibilizador	Sensibilizador	Não-sensibilizador
									AMOSTRA ^(***)

PRIMEIRO CADERNO *(38) Publicações	Opinião	00	00	05	21	00	00	00	01	27
	** Tendências/Debates	00	00	00	05	00	00	00	01	06
	** Painel do Leitor	00	00	00	02	00	00	00	00	02
	** Coluna	00	00	01	09	00	00	00	00	10
	** Blog da Folha	00	00	04	03	00	00	00	00	07
	** Blog do Fred	00	00	00	01	00	00	00	00	01
	** Blog Correspondente	00	00	00	01	00	00	00	00	01
	Poder	00	00	00	06	00	00	00	00	06
	Mundo	00	00	03	00	00	00	00	00	03
	** Internacional/Cultura	00	00	01	00	00	00	00	00	01
	** Social	00	00	02	00	00	00	00	00	02
	Folhainvest	00	00	00	02	00	00	00	00	02
	** Mercado	00	00	00	02	00	00	00	00	02
COTIDIANO E ESPORTE *(32) Publicações	Cotidiano	05	09	05	07	00	01	00	01	28
	F5 Você viu?	00	00	00	02	00	00	00	00	02
	Esporte	00	00	00	02	00	00	00	00	02
ILUSTRADA *(07) Publicações	Ilustrada	00	00	00	04	00	00	00	00	04
	Ilustrada/Crítica	00	00	00	02	00	00	00	00	02
	Guia Folha Hoje	00	00	00	01	00	00	00	00	01
ILUSTRÍSSIMA *(01) Publicação	Ilustríssima	00	00	01	00	00	00	00	00	01
Totais por (Não) / Sensibilização		05	09	14	47	00	01	00	02	78
Percentuais (%)		6,41	11,53	17,95	60,25	00	1,28	00	2,56	100
Totais por (Não) / Factualidade		14		61		01		02		78
Percentuais (%)		17,95		78,20		1,28		2,56		100
Totais por (Não) / Tipificação		75				03				78
Percentuais (%)		96,15				3,85				100

Fonte: Dissertação do Mestrado em Comunicação e Sociedade/UFT (SANTOS, 2019).

A Tabela 1 apresenta a distribuição da amostra em diferentes cadernos e editorias, categorizada por tipificação ou não-tipificação, por factuality ou não-factuality, por sensibilização ou não-sensibilização do conteúdo. E, dessa forma, a concentração das publicações evidencia as tendências da abordagem adotada.

Nas 78 publicações localizadas, verificou-se que 75 textos fizeram uso do termo feminicídio (tipificador) e três textos restantes fizeram somente o uso de outros termos (não-tipificador). Dos 75

textos (tipificador), apenas 14 eram factuais, cinco foram enquadrados na subcategoria “sensibilizador” e nove na “não-sensibilizador”. Os 61 textos restantes eram não-factuais, sendo 14, “sensibilizadores”, e 47, “não-sensibilizadores”. Entre os três textos enquadrados na categoria, “não-tipificador”, verificou-se que um texto era factual e não-sensibilizador e outros dois textos restantes foram enquadrados como não-factuais e não-sensibilizadores.

No desdobramento da análise dos 78 textos selecionados do jornal *Folha de S. Paulo*, verificou-se que, apesar de 75 publicações (96,15%) da amostra, a maioria dos textos usaram o termo feminicídio, portanto, tipificador; apenas 14 textos (17,94%) fez uso do termo feminicídio em notícia factual, ou seja, no relato da ocorrência de um assassinato de mulher por questão de gênero. Outros 61 textos (78,20%) da amostra usaram o termo feminicídio em publicação não-factual, ou seja, para tratar do assassinato de mulher de forma geral. Nesse ponto é possível verificar que, apesar da maioria dos textos da amostra terem feito uso do termo feminicídio, a quantidade de publicações não-factuais é pelo menos quatro vezes maior do que o total de notícias factuais da amostra.

Dos 14 textos factuais que fizeram uso do termo feminicídio, somente cinco textos (6,41%), da amostra, tinham contexto sensibilizador, ou seja, usaram o termo feminicídio no relato de uma ocorrência do assassinato de mulher por questão de gênero e contextualizaram as circunstâncias do crime, conforme a Lei nº 13.104/2015; outros nove textos (11,53%) da amostra apresentaram contexto não-sensibilizador, ou seja, usaram o termo feminicídio em notícia factual, mas não contextualizaram as circunstâncias do crime, conforme a Lei nº 13.104/2015. Aqui é possível perceber que, a maioria dos textos factuais, com uso do termo feminicídio, tem contexto não-sensibilizador.

Dos 61 textos não-factuais, que fizeram uso do termo feminicídio, 14 textos (17,94%), da amostra, tinham contexto sensibilizador, ou seja, usaram o termo feminicídio para tratar do assassinato de mulher de forma geral e contextualizaram as circunstâncias em que ocorreram os crimes, conforme a Lei nº 13.104/2015; os demais 47 textos (60,25%), da amostra, tinham contexto não-sensibilizador, ou seja, usaram o termo feminicídio para tratar do assassinato de mulher de forma geral e não contextualizaram as circunstâncias em que ocorreram os

crimes, conforme a Lei nº 13.104/2015. Com esses dados, ficou evidente que a maioria das publicações foram consideradas como não-factuais, visto o uso do termo feminicídio, mas também foram enquadradas em contexto não-sensibilizadores, o que não contribui para formação da opinião pública sobre o problema.

Apesar dos 78 textos selecionados da amostra utilizarem o termo feminicídio, três textos (3,84%) não utilizaram nenhum termo correlato, portanto, são considerados como não-tipificadores para o crime. Considerando o cenário ilustrado após dois anos do decreto da referida Lei no Brasil, apesar da maioria dos textos adotarem o uso do termo feminicídio, verificou-se que ocorreram, em maior quantidade nas publicações, textos não factuais, sendo a maioria, em ambas as categorias, textos não-sensibilizadores.

Considerando o Atlas da Violência (2019) do IPEA e FBSP que apontou dados estatísticos do ano de 2017 sobre assassinatos de mulheres, totalizando 4.936 ocorrências; a amostra em análise (78 publicações ocorridas no jornal *Folha de S. Paulo* no ano de 2017) revelou-se insuficiente em relação à demanda de sensibilização dentro do estado de São Paulo e a nível nacional, visto se tratar de veículo de circulação nacional.

Para Machado (2006) o potencial de influência do veículo na construção da opinião pública, tem sua eficácia mensurada pela repetição ou ausência do assunto. É certo que nem todo caso é divulgado na mídia, seja pela falta de investigação ou por não atender o “suposto” valor-notícia; ainda assim, se trata de uma amostra limitada em relação ao total dos números levantados no Atlas que conseguiram a circulação na *Folha de S. Paulo* no ano de 2017.

Essa constatação sugere a insuficiência da sensibilização do jornal sobre a realidade desse crime no país em 2017 e se agrava quando se considera os dados divulgados pelo Atlas da Violência (2019) que aponta, 28,5% dos casos ocorreram dentro de residências e que passa para 39,3%, quando somados aos locais não-declarados com provável relação à violência doméstica, além de ter ainda outros 29,8% de crescimento de casos em residências, com uso de arma de fogo.

Citar o termo tipificador na maioria dos textos poderia ser interpretado como avanço, porém, em 2017, completava-se dois anos de vigência da Lei nº 13.104/2015 e apenas citar o termo feminicídio

evidenciou-se a carência do papel sensibilizador na maioria dos textos, para o combate desse crime. A maioria dos textos da amostra se concentrou em matérias não-factuais, contudo, em ambas as categorias, a maior parcela de publicação teve contexto não-sensibilizador.

A desproporção da amostra em relação aos casos registrados, conforme Machado (2006), marca o silenciamento por meio do dito ou não dito. Além da oferta de informações da gravidade do crime e da lei tipificadora, é preciso que os textos apresentem a contextualização do caso e/ou repercussão do desfecho. E assim, assegurar o cumprimento do papel social do veículo, exercendo, em boa perspectiva, a eficácia pedagógica no combate desse tipo de violência.

Os textos (não-tipificador) evidenciam a carência do uso do termo feminicídio e da ressignificação nas publicações de 2017. A ausência de contextualização é prática prejudicial à sensibilização sobre a demanda de combate do feminicídio (BENAGLIA, 2013; MIRANDA, SANTOS, ANJOS, 2017). Esse tipo de produção jornalística tem uma repercussão social negativa (GAGNIERE; LAURI, 2013).

Para Lommi (2013) substituir o termo tipificador por outros termos ameniza a gravidade do crime, revitimiza a mulher assassinada e tenta romantizar um crime grave. São termos cristalizados ao longo do tempo, que naturalizam o comportamento e perpetuam a força do agressor (RICO; LOMMI, 2013; MIRANDA; DOS SANTOS; ANJOS, 2017). A presença somente de textos com uso de outros termos reforça a insuficiência de outros termos para tipificar o feminicídio e sensibilizar adequadamente a sociedade (LAGARDE & LOS RÍOS, 2008 *apud* MADUREIRA E BARBOSA, 2017).

Os aspectos verificados nos textos jornalísticos são considerados limitantes ao potencial sensibilizador do veículo para o combate da violência contra a mulher e do feminicídio e para o cumprimento do seu papel de ferramenta de acesso à informação da sociedade (MIRANDA; SANTOS; ANJOS, 2017). Segundo Segato (2016), mesmo diante dos desafios, é necessário “desinstalar” o vocabulário que cristaliza a violência no sistema de comunicação.

Na amostra da *Folha de S. Paulo* foi identificada, dessa maneira, a ausência de uma abordagem sensibilizadora do assunto. Com a ressignificação da linguagem, Benaglia (2013) afirma que os

mecanismos de ocultação da realidade da violência contra a mulher podem ser afastados; e denota que o compromisso do setor com a interrupção do ciclo da violência pode diminuir significativamente os números de feminicídio.

Considerações

A análise da amostra dos textos jornalísticos do jornal *Folha de S. Paulo* buscou verificar a quantidade de publicações com uso do termo feminicídio e de outros termos correlatos, para se referir ao assassinato de mulheres, bem como a quantidade desses termos no conteúdo dos textos publicados. A partir da análise de conteúdos, promoveu-se uma reflexão sobre a importância da tipificação do crime e repercussão dos casos, como forma de sensibilizar a sociedade para o combate da violência contra a mulher, desigualdade de gênero e feminicídio no Brasil.

A amostra do jornal possibilitou demonstrar que, em 2017, havia carência do uso do termo feminicídio nos textos jornalísticos do veículo, além da tímida repercussão da realidade desse crime no país, bem como a carência de contextualização sensibilizadora para leitura e produção de conhecimento social sobre os aspectos desse crime, das penalidades previstas em lei e da divulgação dos desfechos dados pela justiça. Os aspectos evidenciados na cobertura jornalística do veículo sobre feminicídio, em 2017, permitem aferir a carência do exercício de um papel pedagógico no combate à violência contra a mulher, à desigualdade de gênero e ao feminicídio para os seus leitores. A desproporção dos casos apontados em relatórios da violência no Brasil e na amostra do jornal *Folha de S. Paulo* evidenciou a insuficiência da sensibilização social sobre o feminicídio.

Mas o que torna notícia, um caso de feminicídio e outro não para a produção jornalística do veículo? A formação acadêmica sobre a perspectiva de gênero, inclusive entre os profissionais que atuam nas redações, tem um grande papel na promoção de mudanças no desempenho do profissional e, também, do veículo na comunicação.

As reflexões aqui apresentadas não se esgotam, pretende-se só abrir espaço e estimular pesquisas futuras a respeito da tendência da abordagem dos textos jornalísticos sobre o tema feminicídio, na mídia nacional.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Análise de Mídia: A imprensa Brasileira e as organizações da sociedade civil*. ANDI, 2014. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/políticas-de-comunicação/publicação/analise-de-mídia-a-imprensa-brasileira-e-as-organizações-da-soci>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. *Os maiores jornais do Brasil de circulação pagam, por ano*. ANJ, 2015. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.

BENAGLIA, Alejandra. El amor no lastima, la pasión no mata. In: RICO, A. B. et al. *Por Ellas... 5 años de Informes de Femicídios*. Observatorio de Femicídios en Argentina "Adriana Marisel Zambrano". 1 ed. Buenos Aires: La Casa del Encuentro, p. 39-42, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015. *Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal prevê o feminicídio e art. 1 da Lei n 8.072, de 25 de julho de 1990, que inclui no rol dos crimes hediondos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CAPUTI, J., RUSSELL, D. Femicide: Sexist Terrorism against Women. In: RADFORD, J., RUSSELL, D. (Ed.). *The Politics of Woman Killing*. Twayne Publishers: New York, 1992.

CERQUEIRA et al. *Atlas da Violência 2018*. Ipea, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. RJ, 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2018)*. FENAJ, 2019. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf>. Acesso em: 1º mai. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Relatório de Pesquisa. Brasil: FBSP, ed. 2, , p. 6 - 49, 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GAGNIERE, L.; LAURI, M. A. Los Femicidios desde un punto de vista legal. In: RICO, A. B. et al. *Por Ellas... 5 años de Informes de Femicídios*. Observatorio de Femicídios en Argentina "Adriana Marisel Zambrano". 1 ed. Buenos Aires: La Casa del Encuentro, p. 27-33, 2013.

GARCIA, C. V. ¿Mujeres: estamos en peligro? Algunos análisis sobre femicidios emblemáticos. In: RICO, A. B. et al. *Por Ellas... 5 años de Informes de Femicídios*. Observatorio de Femicídios en Argentina "Adriana Marisel Zambrano". 1 edición. Buenos Aires: La Casa del Encuentro, p. 43-49, 2013.

GOMES, Izabel Solyszko. Femicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal. *Gênero & Direito*. Universidade Federal da Paraíba, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/24472>> Acesso em: 21 nov. 2018.

GOMES, Luciano Silva. *A cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins*. Dissertação. Mestrado em Comunicação e Sociedade. UFT, campus de Palmas, 2018. 81f. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/985>> Acesso em: 19 nov. 2018.

HERMÁNDEZ, Laporta Elena. *Feminicídio/femicídio: reflexões do feminismo legal*. [Online] Dissertação. Mestrado em Estudos Avançados em Direitos Humanos. Universidade Carlos III. Madri, 2012. 152 f. Disponível em: <https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/18787/TFM_MEADH_Elena_Laporta_2012.pdf> Acesso em: 21 nov. 2018.

IGLESIAS, Mariana. Los medios de comunicación tienen una deuda histórica con las mujeres. *Clarín*. Buenos Aires, 18 nov. 2018. Disponível em: <https://www.clarin.com/sociedad/medios-comunicacion-deuda-historica-mujeres_0_2IY3t7P3O.html?fbclid=IwAR0FioOnD_wolxejC7B-Rrj17FXH9s6L-cliCy4sRoTvVnuO4AluBNilt6g>. Acesso em: 21 nov. 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Qual o papel da imprensa? In: _____. *Dossiê Feminicídio*. IPG, 2016. Disponível em: <<https://dossies.agencia-patriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da violência 2019*. (Orgs.) IPEA; FBSP. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA; FBSP. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acesso em: 05 Jun. 2019.

JORGE, T. M. (Org.). *Notícia em Fragmentos: Análise de conteúdo no jornalismo*. Universidade de Brasília. Brasília: UnB, vol. 2 - Série Jornalismo e Sociedade, 2015.

LAGARDE, Marcela. *Del femicidio al feminicidio*. Universidad Nacional de Colombia. Desde el Jardín de Freud, n. 6, p. 216-225, 2006. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343/8987>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

LOMMI, S. G. Víctimas colaterales, los niños y las niñas del Femicidio. In: RICO, A. B. et al. *Por Ellas...* 5 años de Informes de Femicídios. Observatorio de Femicídios en Argentina "Adriana Marisel Zambrano". 1 ed. Buenos Aires: La Casa del Encuentro, p. 55-60, 2013.

MACHADO, L. M. M. *E a mídia criou a mulher: como a tv e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero*. Tese (Doutorado em História) Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3409>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MIRANDA, C. M. *Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros*. Revista Observatório, v. 3, n. 6, p. 445-464, 2017.

_____. SANTOS, C. G. V.; ANJOS, A. C. C. *Silenciadas: abordagem de notícias sobre mulheres assassinadas no Tocantins*. Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação, v. 1, n. 1, p. 70-89, 2017.

PEREIRA, P. P. G. *As estruturas elementares da violência*. [Resenha] Las estructuras elementales de la violencia. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003. Cadernos Pagu (29), p. 459-468, jul/dez 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a18n29.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

PORTO, M. S. G. *Sociologia da Violência – do Conceito às Representações Sociais*. Brasília: Verbaná, 2010.

RADFORD, J.; RUSSELL, D. Femicide is as old as patriarchy: Introduction. In: _____. (Ed.) *The Politics of Woman Killing*. Twayne Publishers: New York, 1992.

RICO, A. B.; LOMMI, S. G. El hogar puede ser el infierno tan temido. In: RICO, A. B. et al. *Por Ellas... 5 años de Informes de Femicídios*. Observatorio de Femicídios en Argentina "Adriana Marisel Zambrano". 1 ed. Buenos Aires: La Casa del Encuentro, p. 61-62, 2013.

RUSSELL, D. Defining Femicide and Related Concepts. In: _____.; HARMES, R. (Comp.). *Femicide in global perspective*. Athene Series. Teachers College Press: New York, 2001.

SEGATO, R. L. *Las Estructuras Elementales de la Violencia: Contrato y Status en la Etiología de la Violencia*. 2003. Disponível em: <http://www.es-cuelamagistratura.gov.ar/images/uploads/estructura_vg-rita_segato.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. *El periodismo y el espejo de la reina mala*. [Palestra] XII Encuentro de la Red Par (Periodistas de Argentina en Red por una comunicación no sexista). Rosário, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VisFuMndGZE>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SELFA, A. S.; SPINELLI, L. M. As críticas de Carole Pateman e Susan Okin à dicotomia público/privado. *Revista Sociais & Humanas*, vol. 31, nº 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/25746/pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

STEINER, L. *Gender and Journalism*. Critical/Cultural Studies, Gender (Gay, Lesbian, Bisexual and Transgender Studies), Journalism Studies, Mass Communication. Oxford Research Encyclopedia of Communication, 2017.

VÁSQUEZ, P. T. *Femicídio/Feminicídio*. 1 ed. 1ª reimp. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Didot, 2014.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência (2015)*. Flacso/OPAS-OMS/ONU-Mulheres/SPM, 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>.

6

Alice Agnes Spíndola Mota
Alba Maria Gomes Cobo

CAPÍTULO 6 - MULHER É ASSASSINADA: REFLEXÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISMO NA ABORDAGEM SOBRE CASOS DE FEMINICÍDIO¹⁸

Introdução

Os novos formatos de jornalismo trouxeram maior circulação de informações, muitas vezes até em tempo real, o que ampliou a possibilidade de participação do público no processo da construção da notícia. Os profissionais e as profissionais da comunicação no Brasil possuem, como princípios para suas práticas, as diretrizes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Tais princípios versam sobre o direito fundamental do cidadão à informação e os deveres do jornalista em sua conduta profissional.

Dentro dos limites estabelecidos para o exercício ético do jornalismo, são condenados artifícios que tenham a intenção de destruir reputações, ou seja, que causem danos intencionais à honra e à imagem das envolvidas e dos envolvidos nas notícias. A divulgação de inverdades, boatos, calúnias e difamações ferem a ética profissional dos e das jornalistas e são passíveis de aplicação de penas legais a quem as pratica. A utilização dessa ética mantém o jornalismo como ação social e não como fonte de sensacionalismo.

Na era digital, a necessidade da velocidade da informação muitas vezes coloca em risco importantes aspectos técnicos e éticos para a construção de uma notícia.

¹⁸ O capítulo é resultado dos desdobramentos de uma pesquisa de conclusão de curso desenvolvida no âmbito da graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins defendida pela segunda autora do artigo em dezembro de 2017.

É possível observar tais aspectos técnicos e éticos nas coberturas jornalísticas de pautas relacionadas à violência contra mulher, que são muitas vezes apresentadas de forma factual, sem a devida problematização da circunstância geradora da violência o que reforça a desigualdade entre os gêneros no país e contribui para a sua perpetuação.

Mesmo em um cenário de abundante e fácil acesso à informação, a problemática da violência contra a mulher segue tendo pouca discussão qualificada nos meios de comunicação, sendo muitas vezes apresentada de forma equivocada e negligenciada nas notícias. Nessa direção, o presente capítulo promove reflexões sobre as responsabilidades e funções sociais do jornalismo em relação ao debate sobre a violência contra a mulher e o feminicídio.

Para desenvolver a proposta, foi feita uma revisão conceitual sobre ética na cobertura midiática de pautas voltadas para grupos invisibilizados e uma discussão sobre as abordagens da violência de gênero na mídia. Analisou-se importantes aspectos que caracterizam o machismo no tratamento de conteúdos jornalísticos ligados à violência contra a mulher e feminicídio, evidenciando o potencial de transformação social de notícias e reportagens ao estimularem o debate público sobre a desigualdade de gênero e suas consequências. Por último, apresentou-se algumas sugestões para o tratamento ético da violência de gênero na mídia com o intuito de diminuir a invisibilidade deste grave problema e de suas vítimas através de práticas que incentivem a reeducação social como estratégia preventiva.

Ética e responsabilidade social no jornalismo

O aumento da demanda por informações e a aceleração do ritmo de produção das notícias, com frequência, afetam os processos de checagem e qualidade dos materiais produzidos, podendo resultar em conteúdos rasos e sem a devida apuração. Os meios noticiosos, de hoje, estão em múltiplas plataformas e dispositivos, o que favorece a rápida propagação das informações.

Para Vieira e Christofolletti (2015), esse formato ágil de informações gera mais valorização a quantidade de visualizações

que uma notícia pode ter, ou seja, “a crescente atenção às métricas e às medições de consumo e visitação tem origem no pensamento moderno positivista, onde o que pode ser medido em quantidade alcança mais relevância no conjunto dos objetos observáveis”. Tais percepções evidenciam a instabilidade que perpassa as redações jornalísticas.

A demanda das leitoras e dos leitores e a velocidade das informações, hoje em constante atualização, têm transformado a rotina profissional do jornalismo. Para acompanhar as evoluções, as jornalistas e os jornalistas precisam cada vez mais de qualificação para o tratamento rápido da informação, o que exige o desenvolvimento de diversas funções ao mesmo tempo. Sabe-se que a perda generalizada da qualidade afeta diretamente a forma de se fazer jornalismo. À medida que novas práticas surgem, há a diluição de uma identidade própria dos profissionais. Vieira e Christofoletti (2015, p.79) evidenciam uma disputa entre mídias focadas na audiência e anônimos que mantém audiência, mas com características distintas.

Estamos tratando, portanto, de um cenário de muitas instabilidades para o jornalismo. De um lado, temos uma grande mídia preocupada com a audiência (ou sua falta) a ponto de monitorar em tempo real uma infinidade de dados, tomando atitudes que, muitas vezes, depõem contra sua credibilidade historicamente construída. De outro, vemos surgir anônimos, sem nenhuma credibilidade anterior, extremamente preocupados em manter a grande audiência que têm (e que tiram dos grandes veículos) com base em valores canônicos como honestidade e confiança.

A interatividade e as múltiplas funções não garantem a credibilidade, a qualidade e a ética jornalística na informação. Segundo Bastos (2000, p.55), nos novos cenários digitais, “o jornalista passa a partilhar com o leitor o controle sobre a notícia”, o que, para Mateus (2015) faz emergir novos desafios éticos em um cenário de fácil circulação de informações falsas ou de baixa qualidade, uma vez que o processo de produção da informação já não é exclusivo do jornalista. Além dos desafios causados pelo acelerado ritmo de produção de informações da era digital, a ética jornalística no Brasil não integra a formação técnica obrigatória dos profissionais da área, desde a publicação do entendimento judicial, sobre a inexigibilidade do diploma acadêmico para exercício profissional, do Supremo

Tribunal Federal em 2009.

Para Cornu (1998, p.22), a ética no jornalismo assegura à população o acesso à informação exata, protege os profissionais e garante, da melhor forma possível, a circulação das informações numa sociedade. No jornalismo, a abordagem ética confere credibilidade e confiabilidade às informações, sendo, portanto, parte da responsabilidade social do profissional em relação aos conteúdos divulgados. A mídia detém, sob várias perspectivas, o poder de selecionar e hierarquizar discussões e, por esta razão, deve exercer sua responsabilidade social e apresentar postura ética criteriosa ao propor os debates à sociedade. A esse respeito, Daniel Cornu (1998) acrescenta que os meios de comunicação não devem omitir-se à verdade e toda a sua complexidade, sob o risco de falharem em sua própria razão de ser.

O exercício ético do jornalismo é um dever moral do profissional e pode afetar diversas perspectivas sociais desde a elevação dos níveis de consciência sobre determinados temas às perspectivas individuais e coletivas (RUSSEL, 1977; IJUM, 2009). O jornalismo não se limita a um mero conjunto de técnicas, mas tem como desafio e atribuição o compromisso de dialogar com a sociedade sobre temáticas relevantes, pautando debates, reflexões oportunas e fomentando transformações sociais positivas.

A responsabilidade social é premissa da ética jornalística, faz parte do Código de Ética dos profissionais no Brasil¹⁹ e, no contexto das novas tecnologias da informação, contribui com a melhoria da qualidade na produção e divulgação de notícias. O jornalismo, através de sua função social de formador de opinião, pode construir e possibilitar um espaço de destaque para realidades invisibilizadas na disputa pela noção de verdade (ROSA; FLORES, 2020). Dessa forma, ao pautar importantes problemáticas sociais, como a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher, é necessário que os profissionais jornalistas sejam guiados por posturas éticas responsáveis.

Mídia e violência de gênero

¹⁹ Art. 2º - Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por quê: [...] III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão. (FENAJ..., 2007)

No que tange à abordagem sobre a violência de gênero, a mídia tem o dever de oferecer ao público informações de qualidade para o fortalecimento dos espaços de visibilidade desse tema. As estruturas de uma sociedade machista podem interferir na cobertura das notícias sobre violência contra a mulher, e isso acontece, muitas vezes, por meio de abordagens normalizadas sobre a caracterização do comportamento dos agressores ou a forma como são representadas as vítimas que são mulheres. Coberturas sensacionalistas incorrem no perigo de reforçar a violência por meio de estigmas e preconceitos (ROCIO; GENTILI, 2020). Uma abordagem machista em uma notícia sobre violência contra mulher, pode, por exemplo, influenciar a opinião pública na culpabilização da mulher pela própria violência que sofreu. Uma das definições para o termo machismo é dada por Drumont:

Em termos da colocação adotada, o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração de dominação, de sujeição entre homem e a mulher. (...) O machismo enquanto sistema ideológico, oferece modelos de identidade tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino. Ele é aceito por todos e mediado pela 'liderança' masculina. Ou seja, é através desse modelo normalizante que homem e mulher 'tornam-se' homem e mulher, e é também através dele, que se ocultam parte essencial das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modos de interpretação das situações, bem como todas as práticas que não correspondem aos padrões de relação nele contidos. (DRUMONT, 1980, p.81)

A discriminação contra a mulher nem sempre acontece de forma explícita, essa relação de poder de gênero que é assegurado pelos privilégios masculinos perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres. Em classes, raças e culturas diferentes, esses aspectos de subordinação atingem a todas as mulheres mesmo que de forma sutil: homens controlando o trabalho das mulheres, acesso restrito aos poderes político, econômico e social que refletem na distribuição entre os recursos entre os sexos e ainda a violência contra as mulheres e o controle da sua sexualidade.

A função social do jornalismo como formador de opinião é dar visibilidade às vítimas de violência de gênero (ROSA; FLORES, 2020, p.147) e combater o machismo através da abordagem ética

na divulgação das notícias, fomentando o debate sobre as formas de opressão contra as mulheres. O jornalismo é também “um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (VEIGA DA SILVA, 2014, p.63), e por esta razão pode ajudar a mudar a estrutura social que muitas vezes atribui à mulher uma identidade de serviço enquanto atribui ao homem papéis de dominador (SAFFIOTI, 2001, p.10).

O jornalismo pode contribuir efetivamente com a transformação social da desigualdade de gênero ao abordar pautas que circunscrevem o machismo e suas consequências através de abordagens éticas, contextualizadas e aprofundadas. Desta forma, a atividade cumpre a função social de gerar comoção e sensibilização uma vez que, “suas repercussões geram a abertura de espaço e potencialização de vozes de milhares de vítimas, estimulam o debate público acerca dos processos judiciais de punição e das medidas de reeducação da sociedade para prevenção” (ROCIO; GENTILI, 2020, p.7). Através da discursividade ética nas notícias, o jornalismo pode propor o questionamento às ideologias que servem como respaldo para estruturas de dominação, desarticulando, assim, tais estruturas e cooperando com a reorganização dos sentidos coletivos e individuais (RESENDE; RAMALHO, 2004).

A construção de significados é influenciada pelas notícias, desde sua relevância até as indagações sobre identidade, linguagem e percepção da realidade (GUSTAFSON; NASCIMENTO, 2016). Entretanto, é importante ressaltar que os processos de produção de notícias também são influenciados pelas estruturas e paradigmas sociais dominantes. Segundo Silva (2014), o jornalista e a jornalista, muitas vezes, reproduzem valores sociais dominantes e problemáticos como as assimetrias nas representações de gênero, que é uma forte tendência de produção para um “jornalismo masculino”, presente até mesmo dentro das redações.

Violência contra Mulher e Femicídio em pauta

O termo “*femicide*” nasce no Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, em 1976, com a socióloga Diana Russell. Já no fim dos 90, o termo “femicídio” passa por adaptação na

língua hispânica e se torna “feminicídio”, utilizado pela antropóloga Marcela Lagarde, que faz uma correlação aos desaparecimentos e mortes violentas de mulheres no México, em Ciudad Juárez. O feminicídio é todo homicídio praticado contra a mulher por razões da condição do gênero feminino.

De março de 2012 a julho de 2013, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) investigou a violência contra as mulheres no Brasil e recomendou a criação de uma lei específica para o crime de feminicídio íntimo. Desde março de 2015, a Lei nº 13.104 alterou o art. 121 do Código Penal. Assim, atualmente, no Código Penal brasileiro há previsão do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Dessa forma, o assassinato de uma mulher que for cometido por razões de condição do sexo feminino e envolva violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher, passou a ser considerado crime hediondo, enquadrado na Lei de Feminicídio. Para que isso fosse possível, algumas alterações no art. 121, § 2º do Código Penal foram necessárias. Estas foram destacadas abaixo.

Feminicídio (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher

Houve também acrescimento do § 7º, referente às penas:

§ 7º - A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Utilizar a nomenclatura “feminicídio”, prevista no Código Penal brasileiro, quando se tratar de homicídios de mulheres em razão do seu gênero, é a forma mais ética de tratar o assunto e responsável, visto que o termo correto faz referência ao tema, e não reduz a visibilidade do ocorrido. A tipificação das agressões fortalece a elaboração de políticas públicas para o combate ao problema e esse aprimoramento pode prevenir o desfecho trágico de muitos cenários de violência de gênero, a citar, o assassinato de mulheres.

No Brasil, o feminicídio acontece em maior escala por parceiro íntimo em contexto de violência doméstica e familiar, na maioria das vezes, precedido por outras formas de violência. Esse é um problema em esfera global, com pequenas diferenças entre sociedades e culturas. Crime de gênero com traços de ódio, motivados pela destruição da vítima, pode estar combinado com violência sexual, tortura e mutilação da vítima antes ou depois do crime.

Segundo o Mapa da Violência no Brasil (Wailselfisz, 2015), a taxa de mortalidade feminina por agressão aumentou 111% no período entre 1980 a 2010, sendo que o Brasil, hoje, é o 5º país no mundo com o maior coeficiente de mortalidade de mulheres agredidas. Esses dados podem ser ainda piores, porque as bases de dados no Brasil não se mostram fidedignas em relação aos problemas da violência contra a mulher, não relacionando, de forma adequada, os riscos e consequências de morte (CLADEM, 2011). Também é importante ressaltar que a tipificação do feminicídio nos bancos de dados nacionais só se deu a partir de 2017, razão pela qual existem ainda poucas informações estatísticas aprofundadas sobre esse crime específico.

Diante das circunstâncias, o feminicídio deve ser pautado e discutido pelo jornalismo de forma aprofundada, promovendo questionamento e debate sobre suas origens na desigualdade de gênero. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021), uma em cada quatro mulheres brasileiras (cerca de 24,4% da população feminina), acima de 16 anos, afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão no período entre 2020 e 2021 e cinco em cada dez brasileiros (cerca 51,1% da população geral) relataram ter visto uma mulher sofrer algum tipo de violência no seu bairro ou comunidade ao longo dos últimos 12 meses.

Quando não se reconhece a gravidade da violência sofrida pelas mulheres, dá-se abertura para a perpetuação de uma cultura que normaliza as agressões e permite que ocorra um feminicídio, além de raízes discriminatórias estruturais. A falta de reconhecimento cria obstáculos para a busca por ajuda; e a ausência de informações sobre direitos, leis e mecanismos de proteção às vítimas colabora para que, na maioria das vezes, as mulheres não sejam devidamente acolhidas.

A cobertura crítica da mídia diante do crime de feminicídio tem grande importância para a construção da percepção coletiva e individual da sociedade brasileira sobre a violência contra a mulher. É necessário evitar e desqualificar discursos marcados pela misoginia e estrutura patriarcal, pois estes reforçam perspectivas implícitas de possessividade e exposição em torno da figura feminina.

Ao favorecer publicidade midiática de um caso concreto de violência contra a mulher, a mídia poderia exercer um papel pedagógico positivo para a busca da igualdade entre os gêneros se ampliasse o enfoque da notícia com um tratamento informativo aprofundado que colocasse a violência contra a mulher como um problema social que precisa do envolvimento de toda a sociedade para ser combatida. O usual, em muitas situações, não é apenas um relato factual da violência contra a mulher, mas é todo um uso de palavras que esconde a perversidade dos crimes. Ao mesmo tempo em que a mídia reforça estereótipos como ‘culpabilização vítima da violência’ ao construir narrativas que atribuem a causa do estupro ao comportamento da vítima, a mídia poderia construir narrativas que enfatizem a culpa do agressor, a sua punição e os caminhos para combater tal prática no âmbito da justiça e das políticas públicas, por exemplo (MIRANDA, 2017, p.452).

É comum, mesmo quando se faz à qualificação do crime de forma correta, que a vítima seja apresentada de forma desumanizada, através da omissão de sua identidade, profissão ou qualquer informação que seja importante para o conhecimento da leitora e do leitor. A notícia reduz a vítima ao termo “mulher”, o que não gera empatia e muitas vezes dificulta a discussão do acontecido. Manchetes que destacam sentenças como “mulher é assassinada”, contribuem para a invisibilidade da vítima e o distanciamento do público com a grave realidade apresentada.

É importante evidenciar os sentidos que os termos lexicais, como “mulher” e “vítima”, ocupam nas notícias, uma vez que o vocábulo,

“mulher”, é utilizado, muitas vezes, como sinônimo de esposa. Raquelli (2015, p.124) chama a atenção para a problemática do frequente uso do termo “mulher” no sentido possessivo para descrever a pessoa do gênero feminino em um relacionamento afetivo com outra pessoa.

O uso da palavra “mulher” como sinônimo de “esposa” é bem comum em nossa sociedade, sendo algo conhecido e compartilhado por todos. Essa prática discursiva possui um viés cultural no qual a mulher/esposa é tomada como um patrimônio do cônjuge. Logo, quando observamos o emprego do vocábulo “mulher”, não estamos tratando de uma definição de gênero, mas, geralmente, da pessoa do sexo feminino que é casada ou tem uma relação afetiva com outra pessoa. Por outro lado, isso não ocorre com o vocábulo “homem”, que, na maioria das vezes, é empregado para se referir à pessoa do sexo masculino e não a um cônjuge (RAQUELLI, 2015, p. 124).

Nos casos em que vítima e agressor mantiveram envolvimento conjugal, frequentemente, há o uso da palavra “mulher” tanto para a descrição de gênero quanto para definição de relacionamento. Entretanto, quando a mídia retrata a violência contra a mulher sob uma perspectiva de gênero e abordagem ética adequada, são promovidas discussões que questionam os padrões já estabelecidos sobre desigualdade de gênero.

A postura profissional ética, no tratamento de notícias relacionadas à violência contra a mulher, ainda encontra resistências no enfrentamento de estruturas machistas normalizadas e muitas vezes socialmente aceitas. A pesquisadora em comunicação Marian Meyers (1997) parte do princípio de que a imprensa perpetua a mesma noção tradicional de gênero ao veicular notícias sobre a violência contra a mulher, com representações distorcidas da vítima, que se mostram problemáticas, especialmente quando: a) As notícias representam as vítimas femininas como responsáveis pela agressão; b) Pergunta-se o que teria feito a mulher para provocar ou causar a violência; c) Pergunta-se ao agressor por que estava obcecado ou estava apaixonado ou enciumado ou qualquer outra coisa; d) Demonstra-se falta de equilíbrio no tratamento que se dá a vítima feminina e que se dispensa ao agressor; e) Representa-se o agressor como um louco, um monstro ou um psicopata, ignorando a natureza estrutural da violência contra as mulheres. Tais fatores perpetuam a construção da imagem de vítima do agressor e esse reforça a visão estereotipada da vítima.

Faz-se necessário discutir sobre os discursos jornalísticos que colocam as vítimas femininas como responsáveis pela agressão ou, também, como atores sociais passivos, ou seja, tratam as mulheres de forma vitimizada. É preciso que, em situações de violência, a vítima seja representada como ator social e que, apesar de ser a vítima, não seja reduzida a sujeito passivo. A mulher deve ser retratada como sujeito capaz de mudar a realidade, mesmo tendo sofrido violência, e que seja capaz de lutar por medidas que possam evitar consequências irreversíveis. Os jornais precisam apresentar mulheres que saíram de situações de violência, através da denúncia, e reconstruíram suas vidas, ou seja, que foram sobreviventes.

É dever da mídia tentar combater a ideia de que a violência de gênero é algo íntimo e familiar. O protagonismo das mulheres nas notícias minimiza o papel do agressor, dessa forma, retrata o assunto com a gravidade necessária. A inversão desses papéis na construção da informação, além de ferir os preceitos jornalísticos, é danoso a uma das principais bases da comunicação, veiculação de informações corretas e de forma imparcial.

Segundo Miranda (2017, p.463):

A violência contra a mulher é um grave problema social brasileiro e, quando a mídia não faz uma abordagem adequada do assunto, ela colabora para sua disseminação. É preciso promover um intenso debate nos meios de comunicação sobre como informar os casos de violência contra a mulher com responsabilidade social para evitar a descontextualização dos casos, a invisibilidade das mulheres e suas trajetórias, o racismo, o preconceito e estereótipo de gênero.

Faz-se necessário repensar a forma como produzir a notícia para que o combate à discriminação de gênero efetivamente aconteça. Para Miranda (2017, p.463):

Existem acordos internos dentro das empresas de jornalismo, códigos de ética, linhas editoriais, manuais de redação, contudo esses acordos não existem no sentido de proteger as mulheres. Repensar a forma de produzir notícias sobre violência contra a mulher exige construir narrativas que não destaquem a potência do agressor, não desresponsabilize o autor pelo crime, evitem abordagem romantizada do crime e não culpabilize a vítima. Combater o machismo nas redações jornalísticas é um caminho necessário para construção de uma sociedade em que a representação da imagem das mulheres seja

uma representação digna, justa e que corresponda com a função delas para o desenvolvimento das nações. Os meios de comunicação podem e devem atuar para romper os estereótipos responsáveis pela naturalização da violência e para o avanço da igualdade entre os gêneros.

Escrever com responsabilidade e com respeito a todos os gêneros, raças e culturas deve ser prioridade do jornalista. A mídia é considerada o “quarto poder” e uma poderosa educadora informal, ou seja, ela é capaz de perpetuar os estereótipos naturalizando-os ou acabando com eles. Para Moreno (2017), enquanto não se mudar a cultura que retroalimenta a violência, a discriminação e a exclusão social seletivas, até as políticas públicas conquistadas terão um alcance limitado no suporte à mudança ou ao apoio que pretendiam dar. Faz-se necessário que a mudança seja estrutural na cultura do povo (MORENO, 2017).

É preciso dar visibilidade a essas ocorrências nas produções jornalísticas. O feminicídio é fruto de uma cultura opressora que banaliza a violência de gênero, o que se torna claro quando a vítima é mulher e a motivação é justamente sua condição. Nesse contexto, vale lembrar que a impunidade marca a maioria dos casos de feminicídio no país. A disparidade entre os gêneros fornece aos homens uma posição privilegiada, enquanto as mulheres vivenciam situações de imposição de vulnerabilidade, inferiorização e submissão que, por vezes, atribui-se aos seus comportamentos motivações para a ocorrência dos crimes cometidos contra elas.

O número alarmante de casos de violência contra a mulher não deve ser encarado como um fenômeno social, mas como resultado de uma cultura machista que condiciona a sociedade a uma percepção desigual de direitos. Para combater a violência de gênero é preciso uma reestruturação educacional e compromisso das diversas instituições sociais para o enfrentamento desse problema no Brasil.

A imprensa ocupa papel de destaque nesse processo de formação da opinião, podendo assim aprofundar o debate sobre a violência à mulher. Faz-se necessário que a divulgação de informação siga princípios éticos e que os profissionais tenham responsabilidade social na abordagem de pautas sobre o Feminicídio, pois este não é um crime passional, mas um crime decorrente de relações de dominação. É dever do jornalismo combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos,

religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza, segundo art. 6º, XIV do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Dessa forma, a mídia tem grande responsabilidade ao noticiar os crimes que tratam de violência à mulher e suas particularidades.

Considerações

As reflexões teóricas observadas apontam para a necessidade de mudanças e posturas éticas assertivas em relação às notícias que retratam a violência contra a mulher. Segundo Thuler (2017), somente uma postura crítica da mídia diante desses crimes hediondos poderá contribuir para reduzir barreiras socioculturais de enfrentamento aos problemas de desigualdade e violência contra a mulher.

O jornalismo pode contribuir com a visibilidade e conscientização do público sobre a temática do feminicídio enquanto problema social através de abordagens críticas e de uma cobertura ética que não utilize as estruturas do machismo que, muitas vezes, estão culturalmente enraizadas.

É preciso que a mídia brasileira reconheça a importância em promover a discussão da igualdade de gênero e seja ativo em sua busca. O uso e menção da Lei do Feminicídio nas notícias tende a popularizá-la, permitindo o conhecimento e divulgação para a população. Entretanto, sabe-se que a instantaneidade da notícia e rapidez da informação no século XXI, em alguns casos, tem comprometido a aplicação dos preceitos jornalísticos, situação que traz uma reflexão sobre a necessidade do aprofundamento dos estudos da ética pelos profissionais da comunicação.

Observando o panorama da violência contra a mulher no Brasil foi possível compreender a necessidade urgente de mudanças legais e culturais em nossa sociedade para extinguir qualquer manifestação de violência contra as mulheres, sobretudo, o Feminicídio.

A continuidade dos estudos sobre esse tipo de violência e sobre a realidade brasileira podem contribuir para que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito de suas atribuições, colaborem na aplicação de políticas públicas que enfrentam as diversas formas de violência contra a mulher brasileira. É necessário

que sejam aprofundados os estudos e investigações sobre os aspectos socioculturais que podem estar relacionados ao aumento da violência contra a mulher, a citar, a desigualdade de direitos, o sentimento de posse e controle sobre corpo e vida das mulheres.

Despretensiosamente, esse capítulo não busca ser uma peça pronta e acabada sobre o discurso de como abordar a violência à mulher no webjornalismo, mas sim uma contribuição ao debate acadêmico, às novas pesquisas e à conscientização sobre o papel dos jornalistas e formadores de opinião na construção de uma sociedade mais humana e ciente da importância do respeito às particularidades de cada um.

Referências

BASTOS, Helder. *Jornalismo electrónico: Internet e reconfiguração de práticas nas redacções*. Coimbra: Minerva Editora, 2000

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – *Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio*, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União. 10 Mar 2015. [acesso em 2021 fev 9]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em 14 fev. 2017.

FENAJ. *CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007*. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 14 nov 2020.

CORNU, Daniel. *Ética da informação*. Bauru- SP: Edusc, 1998.

DRUMONT, Mary Pimentel. *Elementos para uma análise do machismo*. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 3, 1980. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108171>>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. Disponível em: <<https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>, 3ª edição, 2021.

MATEUS, Catia. *A utilização das redes sociais pelos jornalistas portugueses – novos desafios éticos e deontológicos para a profissão*. Covilhã: LabCom Books, 2015. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/135>> Acesso em 21 jul. 2021

MIRANDA, Cynthia Mara. *Violência Contra A Mulher Na Mídia E Os Des-caminhos Da Igualdade Entre Os Gêneros*. Revista Observatório, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 445–464, 2017. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p445. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4163>>. Acesso em: 19 out. 2022.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. V. S. *Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas* [p. 185- 207]. Linguagem em (Dis)curso - LemD, v. 5, n.1, Tubarão: Unisul, 2004

ROCIO, Lais de Mello; GENTILLI, Victor Israel. *Violência contra mulheres no jornalismo literário*. Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades, 2020. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (PósCom). Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/pos-com/article/view/32560>> Acesso em 13 fev. 2022.

ROSA, Marluza; FLORES, Isadora Gomes. *Um corpo duplamente esfacelado*: (in)visibilidade das vítimas de feminicídio em manchetes de jornal Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 43, núm. 2, pp. 147-168, 2020 Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

RUSSELL, Bertrand. *Ética e política na sociedade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

SAFFIOTI, Helieth. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 2001

STF: Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário n. 511.961 de 2009*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

VEIGA DA SILVA, M. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular, 2014.

VIEIRA, Livia de Souza; CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Métricas, ética e “cultura do clique” no jornalismo online brasileiro: o caso de resistência do nãofo.de*. Revista Estudos de Jornalismo, número 5, v.1. 2015.

7

Alice Agnes Spíndola Mota
Andréia Fernandes da Silva
Zeninho Luiz Gasparetto Neto

CAPÍTULO 7 - JUSTICEIROS DIGITAIS E DISCURSOS DE ÓDIO: APONTAMENTOS SOBRE A ENTREVISTA DO FANTÁSTICO COM A DETENTA SUZY OLIVEIRA

Introdução

Qual é o papel e o impacto da opinião pública nas mídias sociais em relação ao trabalho jornalístico? A comunicação enfrenta intensas transformações desde o advento das tecnologias e o uso massivo das mídias sociais, mas é possível afirmar que tais mudanças fizeram emergir uma nova dinâmica do fazer jornalístico? Na era das redes sociais em mídias digitais, uma informação pode repercutir e comover em escala global num curto intervalo de tempo e, nesse fenômeno, ainda em estado líquido, surgem inúmeras perguntas sobre a prática profissional do jornalismo e a influência do público nos processos de decisão.

Dentre as diferentes respostas possíveis, alguns pesquisadores apontam um novo conceito de agendamento, o intermediático. McCombs (2009), ao revisar a teoria da hipótese da *agenda setting* desenvolvida décadas atrás, incluiu novas ideias geradas a partir do ambiente on-line e a contribuição de tais espaços na amplificação de vozes. A partir deste caminho proposto, é possível pensar o jornalismo na perspectiva das emoções e das repercussões que reverberam em grande escala através das plataformas digitais e redes sociais.

Emergindo dessas questões apontadas, o presente capítulo traz a discussão do fazer jornalístico, da opinião pública no Twitter e do conceito de agendamento intermediático a partir de um caso real de reportagem, exibido no programa televisivo “Fantástico”, pertencendo

a Rede Globo de Televisão, sobre mulheres transexuais encarceradas em presídios masculinos e os consequentes desdobramentos após a sua exibição. Ao refletir sobre as repercussões massivas da opinião pública sobre produtos jornalísticos, esse capítulo traz a análise do fenômeno da comunicação coletiva nas redes sociais em mobilização de discursos justiceiros e discursos de ódio. Trata-se de uma busca pela compreensão de fenômenos recentes no campo da comunicação, com o intuito de estabelecer contribuições e projeções para os estudos e debates sobre o cenário atual do jornalismo na era das redes digitais.

A entrevista do Fantástico sobre detentas transsexuais em presídios masculinos

No dia 1º de março de 2021, o programa dominical Fantástico, da Rede Globo de televisão comercial aberta, exibiu uma reportagem com o médico oncologista, escritor e voluntário em penitenciárias, Dráuzio Varella. O tema da reportagem era a vida das mulheres transsexuais encarceradas nos presídios masculinos no Brasil. A reportagem com duração de 13 minutos e 38 segundos gerou comoção e ampla repercussão nas redes sociais, tendo como destaque o relato de uma detenta transsexual apresentada como Suzy Oliveira, que relatou uma sofrida rotina e o fato de não receber visitas há mais de 8 anos. Na reportagem, após a narrativa de Suzy Oliveira, o médico comenta, aos 10 minutos e 44 segundos, “que solidão né minha filha?”, e depois abraça a detenta, em uma comovente cena que esteve nos *trending topics* do Twitter no Brasil por mais de 12 horas (PAES, 2020). Com a repercussão da reportagem, a detenta recebeu, na semana seguinte, centenas de cartas de pessoas comovidas e compadecidas de sua situação e alguns grupos de voluntários se mobilizaram com o intuito de enviar donativos e correspondências a Suzy Oliveira.

No dia 08 de março, uma semana após a exibição da reportagem em rede nacional, o Grupo de Ciências Criminais no Instagram²⁰

²⁰ Segundo a autodescrição do Grupo de Ciências Criminais (CGD) em sua página <https://www.grupocienciascriminais.blogspot.com> e <https://www.instagram.com/criminais/>, trata-se de um grupo que “visa investigar os sistemas jurídico-penais contemporâneos a partir da análise crítica do direito penal e processual penal, verificando em seus fundamentos as diferentes formas de violação/proteção dos direitos da pessoa humana”.

expôs, no Twitter, informações sobre as causas da condenação de Suzy Oliveira em 2010, revelando que a detenta cumpria pena pelo homicídio e estupro de uma criança de 9 anos de idade.

Embora essas informações tenham sido apagadas posteriormente pelos proprietários do perfil e acompanhadas de uma nota que pedia ao público que evitasse “o linchamento ou julgamento virtual”, elas deram início a uma crescente onda de indignação pública nas redes sociais, com críticas, acusações de atos de má fé por parte do médico Drauzio Varella e da Rede Globo, além de pedidos de boicote e exigências de desculpas à família da vítima da detenta entrevistada.

Diante das pressões da opinião pública nas redes sociais, principalmente no Twitter onde o debate sobre o caso ganhou grandes proporções, o médico Drauzio Varella emitiu uma nota enfatizando, no dia 08 de março, que o objetivo da sua entrevista era falar sobre a situação das detentas transsexuais em presídios masculinos e, enquanto médico, era relatar a situação grave vivida por elas e não a de um juiz. Posteriormente, no dia 10 do mesmo mês, diante da intensa repercussão pública, Drauzio Varella publicou um vídeo pedindo desculpas à família da vítima do crime pelo qual Suzy cumpre pena. Em seu pedido de desculpas, o médico assumiu toda a responsabilidade pela reportagem e, nesse mesmo dia, os apresentadores do Jornal Nacional leram - ao vivo - um pedido de desculpas da TV Globo.

Desde a sua publicação, a repercussão da reportagem do Fantástico sobre mulheres trans encarceradas foi bastante expressiva nas redes sociais, sendo, inicialmente, marcada pela comoção coletiva e pelo surgimento de memes, para depois, após a publicação do Grupo Ciências Criminais, caracterizar-se principalmente pela indignação. Em todo esse processo, ficaram evidentes a relevância e o impacto da opinião pública na internet sobre a prática do jornalismo contemporâneo. A esse respeito, Recuero (2009, p.13) pontua que “é preciso aprofundar os estudos de como as práticas sociais de difusão de informação nas redes sociais podem impactar as práticas jornalísticas e em que medida essas colaborações podem acontecer”. A pressão realizada pelos mecanismos das redes sociais deixa evidente que “o lugar da mídia de massa, enquanto detentora do poder de informação passou a ser questionado” (RECUERO, 2011, p. 5) e, até mesmo, a conduta profissional passou a ser alvo de críticas de pessoas sem formação jornalística.

É importante ressaltar que o presente capítulo não tem como objetivo analisar a natureza do crime, pelo qual a apenada Suzy Oliveira foi condenada, ou mesmo questionar e avaliar a decisão editorial de utilizá-la como fonte em uma reportagem. A ênfase da reflexão proposta está no agendamento intermediático e no possível uso de discursos de ódio como legitimadores de movimentos coletivos nas redes sociais e de cobranças relacionadas à prática jornalística.

Infotainment e a opinião pública

No Brasil é possível observar que programas televisivos não-jornalísticos utilizam técnicas de reportagem, entrevistas e outros conhecimentos relacionados à área como recursos para o entretenimento. Da mesma forma, nos telejornais é possível ver a crescente inclusão de recursos do entretenimento com o intuito de atrair uma audiência maior e diversificada. Embora não seja um fenômeno recente, esta junção já é perceptível no jornal estadunidense, *World* de Joseph Pulitzer (SANTOS; PINHEIRO, 2018), e no jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (DEJAVITE, 2006).

O uso desse conceito começou a ser discutido, com maior expressão, na década de 1990, com o surgimento da palavra inglesa *infotainment*, que propõe a junção dos conceitos *information* e *entertainment*, um neologismo de complexa compreensão nas discussões de comunicação. Existem divergências teóricas em relação ao conceito de infotainment como categoria jornalística e sobre os critérios de classificação que separam ou integram essas definições. Na maioria das reflexões acadêmicas, o infotainment é interpretado de diferentes maneiras, tendo como definição desde uma “estratégia comunicativa” (BELÉM, 2018), a uma “especialidade jornalística” que inclui “matérias que entretém” (DEJAVITE, 2006), ou ainda, conforme Gomes (2009):

Uma complexa articulação entre políticas macroeconômicas, marcos regulatórios, possibilidades tecnológicas, estratégias empresariais, expectativas históricas e culturais sobre os sistemas televisivos e seus produtos (GOMES, 2009, p.209).

As pesquisas sobre infotainment ainda são escassas e revelam pouca diversidade bibliográfica. Embora não seja o objetivo deste

capítulo discutir as percepções que abrangem a classificação do termo, utiliza-se o conceito a partir de Dejavite (2006, p.72).

Grosso modo, o jornalismo de INFOTENIMENTO é o espaço destinado às matérias que visam informar e divertir como, por exemplo, os assuntos sobre estilo de vida, as fofocas e as notícias de interesse humano - os quais atraem, sim, o público. Esse termo sintetiza, de maneira clara e objetiva, a intenção editorial do papel de entreter no jornalismo, pois segue seus princípios básicos ao mesmo tempo que atende às necessidades de informação do receptor dos dias de hoje. Enfim, manifesta aquele conteúdo que informa com diversão.

As barreiras em relação ao infotainment estão ligadas ao fato de que, ao jornalismo, são atribuídas tradicionalmente as características de informar, além de denunciar e apresentar “um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos” (MORETZSOHN, 2002, p.57); ao passo que, ao entretenimento comumente estão associadas características de diversão, aspectos lúdicos e fictícios. A esse respeito Dejavite explica que “o infotainment é sinônimo de jornalismo ético, de qualidade e que, por isso, não deve ser tomado como um jornalismo menor por explorar o entretenimento” (2006, p.89) e enfatiza ainda que “nessa especialidade, uma mesma matéria pode muito bem informar entretendo ou, então, entreter por meio da informação” (idem, p.80).

Os conceitos do Jornalismo de Infotainment citados são utilizados como embasamento para a reflexão sobre a repercussão e alguns aspectos técnicos da reportagem televisiva sobre encarceradas transexuais no Brasil, exibida em março de 2020 pelo Fantástico.

Segundo Silva (2013), a revista eletrônica Fantástico é o exemplo mais duradouro de infotainment no Brasil. O programa exibido pela primeira vez no dia 05 de agosto de 1973, jamais saiu do ar em mais de quatro décadas de existência e pode ser considerado um construtor do formato na televisão brasileira (SILVA, 2013, p.169). O programa, que tem duração média de 140 minutos, é composto por notícias, documentários, entrevistas, crônica esportiva e quadros que podem variar.

Dada a periodicidade semanal dessa revista eletrônica, é raro que sejam veiculadas notícias factuais ou de cotidiano, sendo as reportagens especiais o produto mais frequente em exibição, nesse sentido é importante diferenciar os textos jornalísticos uma vez que:

A notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando um dado conhecimento do mundo (LAGE, 1982, p. 35).

Ainda a esse respeito, é importante salientar que, embora toda reportagem seja uma notícia, nem toda notícia é uma reportagem, pois “a reportagem é uma notícia avançada, na medida de que sua importância é projetada em múltiplas versões, ângulos e indagações” (BOAS, 1996, p.43).

As reportagens não-factuais são o principal produto do Fantástico e abordam temáticas variadas como ciência, drama, diversão, política, tecnologia e esporte, dentre outros. Para Oliveira e Kneipp (2015, p.6), o programa televisivo “apresenta em sua essência características de Infotainment” e essa “união da informação e o entretenimento foram a fórmula para o Fantástico consagrar-se tanto tempo como líder absoluto de audiência nas noites de domingo”. Em abril de 2014, a Rede Globo inaugurou um novo formato para sua atração com ênfase na interatividade e possibilidade de alcance de novos públicos, seguindo a tendência de convergência das mídias em um cenário de crescente migração da audiência da televisão para a internet.

Henry Jenkins (2009, p. 29) define como convergência:

O fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca de experiências de entretenimento que desejam (JENKINS, 2009, p. 29).

Isso pode ser percebido nas dinâmicas do Fantástico, a partir de 2014, com a utilização ocasional de multilinguagem, inserção de enquetes, exibição de tweets e investigação sobre vídeos virais em sua programação.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (NIC.BR, 2019), um total de 96,4% dos 71 milhões de domicílios brasileiros possuíam televisão em 2018, o equivalente a cerca de 30 milhões de residências a mais que os 79,1% com acesso à internet no país. Embora esses números relativos à televisão sejam superiores, é importante ressaltar o rápido crescimento das estatísticas de acesso

à internet que, em 2011, equivale a apenas 35% dos lares no país²¹. É nesse cenário de crescente consumo da internet como tecnologia de comunicação no Brasil que o Fantástico passa a fazer uso de ferramentas de interatividade em sua programação, oferecendo ao público a possibilidade de uma experiência em múltiplas telas.

Essa reinvenção do processo de produção de conteúdo reforça a convergência midiática e transmite a sensação de maior acesso às informações. Trata-se de uma experiência de segunda tela que permite ao espectador a imersão e novas formas de participação em relação ao conteúdo consumido. No caso específico do Fantástico, observa-se o fomento à interação com o programa durante a sua exibição, transformando a televisão em um ponto de socialização (OLIVEIRA; KNEIPP, 2015, p.10) Embora a interatividade promovida pela revista eletrônica da Rede Globo seja limitada e moderada pelo programa, ela oferece ao público novas opções de consumo da informação e isso acontece através da segunda tela.

Para analisar a interação entre o público consumidor de informação e os conteúdos midiáticos existem diferentes perspectivas teóricas. Segundo Levy (1999), a interação pode ocorrer em variados graus, dividindo-se através dos seguintes eixos: as possibilidades de apropriação e de personalização da mensagem recebida, seja qual for a natureza desta mensagem; a reciprocidade da comunicação; a virtualidade, que enfatiza o cálculo da mensagem em tempo real em função de um modelo de dados de entrada; a implicação da imagem dos participantes das mensagens, a telepresença. Já para Crocomo (2004) é possível categorizar a interatividade em três níveis, conforme a possibilidade de produção de diálogo. No primeiro nível tem-se a possibilidade de uma “interatividade local” através do acesso via *hiperlink* às informações disponíveis na tela; no segundo nível há um canal de retorno que não está necessariamente restrito ao tempo real; e no terceiro, é possível a comunicação em tempo real com o envio e recebimento de mensagens, como por exemplo o que ocorre através dos chats.

Dentre os muitos modelos teóricos que abordam a interatividade midiática, um dos que mais se aproxima da realidade digital do Programa Fantástico é o conceito proposto por Thompson (2018,

²¹ Fonte: 6ª Pesquisa TIC Domicílios feita pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (www.cgi.br). 2011.

p.20) que estabelece a ideia de uma “quase-interação mediada”. Nessa definição, o autor descreve “um contínuo entrelaçamento de diferentes formas de experiência” e define como principais características desta dinâmica de comunicação a predominância unidirecional do fluxo de comunicação (o que justifica a perspectiva de quase-interação) e a orientação voltada para um “espectro indefinido de potenciais destinatários” o que faz do processo algo aberto a potenciais destinatários.

Os principais canais desta “quase-interação” mediada entre o Fantástico e o público são as redes sociais *Twitter* e *Facebook*. Através dessas páginas, o público pode dialogar com a produção do programa. No Facebook, o programa tem 7,8 milhões seguidores e, no Twitter, esse número ultrapassa a 10 milhões²². Através desses canais, o programa promove enquetes, divulgações, recebe opiniões e, até conteúdos que podem vir a ser exibidos. É também nessas plataformas que ocorre certa continuidade do programa durante a semana, com a veiculação de informações exclusivas para esses espaços e que fomentam o vínculo com a revista além da exibição televisiva aos domingos.

Nas redes sociais, o consumo e propagação dos conteúdos produzidos pelo Fantástico adquirem novas perspectivas. A aproximação entre produção e público consumidor é possível por meio do ciberespaço e em um cenário de mediação através do computador, visto que “o lugar da mídia de massa, enquanto detentora do poder de informação passou a ser questionado” (RECUERO, 2011, p. 5). Essa nova configuração das relações entre consumidores da informação e veículos midiáticos evidencia algumas problemáticas da hipótese do agendamento ou *agenda-setting* elaborada por McCombs e Shaw (1972), segundo a teoria “as pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo” (SHAW *apud* WOLF, 2001, p. 144). Com o advento da internet fica nítido que “é possível estar a par desta ou daquela informação sem que se tenha consumido produtos midiáticos.

As pessoas se informam entre si” (FILHO, 2003, p.198). Não apenas isso, mas observa-se que “a web passa, então, a influenciar, diretamente, o trabalho do jornalista [...] pois o uso das redes sociais

²² Dados consultados em 15 de janeiro de 2021.

expõe a percepção do público a respeito das notícias e dos fatos relatados por ela” (DUARTE *et. al.*, 2016, p.4).

É nesse contexto que se encontra inserida a reportagem do Fantástico sobre mulheres trans encarceradas no Brasil. A matéria exemplifica a complexa relação entre o jornalismo, opinião pública e as redes sociais através de seus desdobramentos que vão da repercussão à comoção pública, aos memes, à politização, à rejeição e exigências de retratação pública dos profissionais do jornalismo e da comunicação envolvidos na produção da reportagem. As reações nas redes sociais, em relação à entrevista com Suzy Oliveira, exemplificam alguns conceitos propostos pela teoria do contra-agendamento, segundo a qual existe “um caminho contrário ao da influência da imprensa na sociedade. Seria a ideia de que essa sociedade também teria o potencial de pautar a mídia” (MIRANDA, 2010, p.5). E não apenas isso, mas é possível perceber também um fenômeno de crescente fiscalização do jornalismo e de seus aspectos técnicos por parte de leigos através da crítica nas redes sociais. Esse fenômeno, Carlos Castilhos (2006) batizou de “emergência dos leitores patrulheiros”.

O patrulhamento rompe, pela primeira vez na história da imprensa, com a tradicional unidirecionalidade do fluxo informativo. Até agora, quase toda a informação fluía dos tomadores de decisões e formadores de opinião, através dos jornalistas, até o público, cujo poder de retroalimentar o circuito informativo era muito limitado. O rompimento ocorre em circunstâncias traumáticas, especialmente para os jornalistas, que passam a se sentirem encurralados e hostilizados por uma massa de leitores que estraçalha reportagens e comentários com um ímpeto também inédito na história do jornalismo brasileiro. (CASTILHOS, 2006, p.1)

Os positivos avanços possibilitados pela horizontalização da comunicação e pela alteração no fluxo tradicional da informação - de um para todos - são acompanhados também pelo desvirtuamento das competências do receptor que passa a exercer não apenas a função de fiscalizador, mas também de crítico não habilitado de aspectos exclusivamente técnicos do jornalismo. Na entrevista do Fantástico à encarcerada Suzy Oliveira, a repercussão da reportagem e a discussão de aspectos isolados da matéria, em um contexto desprovido das perspectivas técnicas do jornalismo, resultaram em pressão popular e constrangimento da equipe de produção a um

pedido público de desculpas. A problemática expressa, nesse caso, vai muito além da mera possibilidade de agendamento dos veículos por parte do público (MALINI, 2007), pois aponta para a possibilidade de um perigoso processo de descrédibilização dos profissionais do jornalismo e do fortalecimento de mecanismos de pressão contra a liberdade de imprensa.

Jorge Duarte, Valéria Rivoire e Ângelo Ribeiro (2016, p. 3) observam que a popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as redes sociais tiraram o controle da mídia tradicional em relação à distribuição de conteúdos jornalísticos e, a partir desse contexto, “a credibilidade e a legitimidade histórica da mídia e de seus profissionais passaram a ser questionados e a sofrer concorrência sistemática de novos veículos”. Ao compartilhar, comentar e até editar conteúdos jornalísticos em suas redes sociais, o usuário torna-se também um distribuidor e influenciador direto dos processos de produção e repercussão da notícia. As redes sociais tornaram-se um importante canal de comunicação para os profissionais do jornalismo e também um termômetro para a produção de conteúdos. Através delas, o consumidor de notícias, que outrora era majoritariamente receptor e espectador das informações, passa a exercer interferência direta nos processos através de “trendstoppers”, comentários, críticas, pressões coletivas e redistribuição de conteúdos.

Jornalismo e Emoção

Nos últimos anos do século XX, a popularização da internet foi classificada como uma “espinha dorsal da comunicação global” (CASTELLS, 1999) e interpretada por diversos pesquisadores como a promessa de uma era da democratização da informação (KELNER, 1998) e livre propagação do conhecimento, inclusão social e desenvolvimento econômico (HOGAN; ZIVICOVICK, 2005). Embora isso de fato tenha ocorrido em alguma proporção, o que se observou, também, foi um novo e crescente fenômeno, a disseminação de informações e opiniões em grande escala.

Com a modificação da comunicação, as pessoas migraram rapidamente para o ambiente digital. Segundo Castells (2003), a web provocou mudanças no ambiente midiático, o que acabou resultando numa reestruturação das empresas jornalísticas.

O jornalismo foi um dos principais afetados no processo de convergência dos meios. Se antes existia um modelo linear de comunicação entre empresas jornalísticas (emissor) e a audiência (receptor), hoje em dia, com o advento da internet, ampliou-se o entendimento desse cenário. As formas de relação entre tecnologias, sociedade, empresas jornalísticas e audiências mudaram e atuam de forma diferenciada, afetando distintos aspectos do jornalismo, desde as rotinas de produção das notícias e novas plataformas para consumo, até as funções do jornalista (ROCHA, 2019, p. 5).

Embora não seja o objetivo deste capítulo realizar uma análise discursiva do tema abordado, faz-se necessário nesta investigação sobre repercussão de uma reportagem televisiva, ressaltar que o jornalismo também pode ser “um lugar de circulação e produção de sentidos” (BENETTI, 2006, p.3). E não apenas isso, o discurso jornalístico comumente produz emoções e sentimentos que emergem da relação com o público.

[...] o jornalismo é um espaço discursivo no qual as emoções circulam, ancoradas em temas universais, retificando, reelaborando e construindo discursivamente crenças sociais supostamente compartilhadas, baseadas em avaliações morais que devem ser aceitas pelo público para que este adira ao contrato de comunicação proposto (GADRET, 2016, p. 2).

Durante muito tempo, as questões relacionadas aos sentimentos foram associadas a abordagens sensacionalistas ou relegadas a uma perspectiva secundária nos estudos do jornalismo, mas Gadret (2016) propõe, através de suas pesquisas, uma abordagem da emoção como “um conceito de alto valor epistemológico” que é também “parte intrínseca do jornalismo e de seus discursos”, tendo grande importância nos processos de comunicação já que estão profundamente ligados à racionalidade e cognição dos sujeitos. A partir desse pensamento, é possível observar o quanto as emoções desempenham um papel importante no processo informativo, especialmente, no contexto de construção da interação social, bastante evidenciado pelas plataformas tecnológicas de comunicação e redes sociais.

Ao sistematizar a abordagem da emoção como parte da racionalidade e cognição dos sujeitos, Gardret (2016) observa que as investigações sobre o assunto tendem a dividir-se a partir de dois

eixos principais: “o primeiro é o da emoção no estabelecimento da relação entre o público e o jornalismo, preocupando-se em olhar para este público e sua resposta aos conteúdos jornalísticos” e o segundo preocupa-se em “compreender como a emoção é percebida pelos jornalistas e construída por eles como estratégia discursiva de captação da audiência”. Ambas as abordagens evidenciam a indissociabilidade da emoção nas relações entre público e jornalismo, não apenas no discurso, mas servindo também como base epistemológica para a área.

A organização da emoção no discurso depende da situação sociocultural e das circunstâncias na qual a troca comunicativa ocorre. No contrato de comunicação do jornalismo, a informação é finalidade primeira (fazer saber) e a captação do público é finalidade secundária (fazer sentir). Nesta troca, a recepção é convidada a colocar-se como espectador do mundo, aderindo ou não a este contrato de comunicação tanto pela racionalidade sobre o papel social do jornalismo, quanto pela emoção e o vínculo com a instância midiática. Já o jornalismo é propositos de um discurso que deve apresentar um equilíbrio sutil entre envolvimento e distância, entre emoção e razão, entre pathos e logos, para legitimar-se junto ao leitor. (GARDRET, 2016, p.7)

A relevância das perspectivas subjetivas e emocionais na relação entre o público e o jornalismo fica bastante evidente na repercussão da reportagem sobre mulheres transgênero encarceradas, especialmente, em relação à entrevista com a detenta Suzy. Em um primeiro momento, a predominância de comoção pública e de movimentos coletivos de solidariedade (WILLMERSDORF, 2020) como reação imediata à reportagem com o relato da detenta, que não recebia cartas ou visitas há mais de oito anos, foram observadas nas redes sociais. Posteriormente, com a exposição de informações sobre a sentença e acusação criminal da prisão de Suzy Oliveira, as emoções do público transformaram-se em reações de indignação e críticas aos responsáveis pela entrevista (FOLHA, 2020). Por fim, num desdobramento final após o posicionamento dos produtores de jornalismo com um pedido de desculpas ao público, é possível observar que as emoções se desdobram em uma reação de humor nas redes sociais, com o uso frequente da frase emblemática “solidão né minha filha”, frase dita pelo médico e entrevistador durante a reportagem, e grande circulação de memes derivados.

Esse ciclo de emoções coletivas e reações da opinião pública nas redes sociais em relação à reportagem exibida pelo Fantástico, evidencia três elementos principais, sendo estes: comoção, indignação e humor com memes.

Vale ressaltar que todo esse processo é fruto de discussões provenientes do meio digital. O online apresenta uma janela de oportunidades no que diz respeito ao debate e formação de opinião pública. Isso fez com que os usuários enxergassem nas novas tecnologias a possibilidade da ampliação da esfera pública, priorizando um maior acesso das informações e discussões sobre temas públicos. Ainda de acordo com Carvalho (2017), o interesse dos internautas por debates pode seguir um calendário, como é o caso das eleições, cujos indivíduos se tornam mais participativos em períodos próximos da decisão eleitoral.

Além da expansão de espaços comunicativos sobre temas políticos, registra-se uma amplitude ideológica - ao passo em que os cidadãos têm acesso a pontos de vistas alternativos aos dos veículos convencionais sobre temas atuais. Isto indica que, por mais míseros que sejam os resultados dessas discussões no campo político, são reais as potencialidades dos efeitos dessas discussões sobre os participantes. (CARVALHO, 2017, p.7)

Ao observar as características das redes sociais, é possível perceber que os usuários tendem a suprimir suas reservas e medos da exposição individual diante da opinião da maioria. Ambientes como Facebook e Twitter, sendo este último objeto do presente capítulo, são caracterizadas como espaços que privilegiam a rivalidade e radicalização das opiniões, dando abertura para a proliferação ideológica polarizada na rede (BRUGNAGO e CHAIA, 2014, 8 p.124). Para além dessas questões, o anonimato nas redes sociais, muitas vezes, permite ao usuário a sensação de inexistência de consequências ou punições para seus atos, especialmente no que diz respeito aos discursos de ódio.

Sem as restrições impostas por legislações e acordos sociais específicos, os aspectos emocionais passam a reger uma parcela expressiva das opiniões expressas nas redes sociais. Embora existam leis como o Marco Civil da Internet (Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014), que estabelece normativas com deveres e direitos relacionados à utilização da internet, observam-se aspectos emocionais subjetivos

aplicados na interpretação das regras relativas à divulgação de opiniões de conteúdo discriminatório e nocivo nas redes sociais. A plataforma Twitter tem, desde 2018, políticas específicas que proíbem a promoção da violência, ameaça ou assédio com base em preconceitos de gênero, orientação sexual, raça, religião ou etnia, dentre outros (TWITTER, 2018), além disso, a rede analisa e monitora os usuários oferecendo a opção de denunciar contas que promovem o ódio, mas nem mesmo essas ações são suficientes para conter o elevado volume de discursos preconceituosos emitidos sob o falso pretexto de liberdade de expressão.

É importante ressaltar que esta lógica peculiar da expressão das opiniões e emoções no Twitter estão muito ligadas a aspectos culturais e, também, à ausência de conhecimento de como proceder nestes novos meios tecnológicos. Para Ekman (2011, p. 22), embora as emoções não dependam dos aspectos culturais para existirem, os comportamentos e posturas de exibição pública dessas emoções “são socialmente aprendidas, muitas vezes culturalmente diferentes, a respeito do controle da expressão, de quem pode demonstrar que emoção para quem e de quando pode fazer isso”. No caso da internet e das redes sociais, observa-se, ainda, a construção e consolidação de pactos coletivos relacionados ao que é culturalmente aceito ou não nos espaços digitais.

O usuário das redes sociais é um consumidor de conteúdo jornalístico não-tradicional, visto que atua em um lugar discursivo ativo e participativo. Nesse novo cenário de proximidade digital, surgem comunidades emocionais (ROSENWEIN, 2011) unidas por discursos, apelos e opiniões públicas em comum que apresentam um “compartilhamento de sentidos, um núcleo mínimo de valores que parecem inegociáveis” (BENETTI; REGINATO, 2014, p.893). É dessa coletividade expressiva, organizada no ciberespaço, que emergem novas dinâmicas e relações entre produção, pauta, consumo e agendamento de conteúdos jornalísticos. Através das redes sociais surge um novo espaço coletivo para a vigilância e crítica do trabalho do jornalista, ambiente este caracterizado, principalmente, pela ausência de critérios técnicos e predominância de aspectos emocionais e opinativos.

Agendamento Intermediático

O estudo sobre a hipótese da *agenda setting* proposto por Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw, no final da década de 1960, tinha como objetivo verificar o poder de agendamento dos meios de comunicação e avaliar a capacidade deles em promover temas que fossem objetos de debates e de interesse público. Em seus resultados chegaram à conclusão de que “os eleitores tendem a partilhar a definição composta dos media acerca do que é importante sugerem fortemente a sua função de agendamento” (McCOMBS; SHAW, 2000, p. 57).

Sob a perspectiva da *agenda setting*, acredita-se que a seleção de notícias exista em razão das próprias características do meio. Os chamados gatekeepers da informação, são jornalistas e profissionais da comunicação que atuam na escolha de quais assuntos irão noticiar e quais irão ganhar destaque, configurando uma hierarquização das notícias (McCOMBS; SPELLMAN; WEAVER, 2000). A interconexão de temas compartilhados entre as agendas da mídia é reproduzida na dinâmica das notícias por meio dos critérios de noticiabilidade, conforme explicado por Traquina (2000). Ela consiste em um conjunto de valores-notícias. Segundo o mesmo autor, “um aspecto fundamental dessa cultura profissional é a partilha de valores quanto à importância ou ao interesse que uma ocorrência ou questão poderá ter” (TRAQUINA, 2000, p. 25).

A evidência proeminente da influência da mídia na orientação pública e as grandes mudanças no sistema midiático marcam as mudanças na programação de pesquisas nas últimas décadas. A forma de funcionamento do processo de agendamento midiático adquire novos contornos em função da conectividade e mediação da sociedade contemporânea. Em particular, as apropriações das mídias sociais on-line são marcadas pelo compartilhamento e coexistência com os meios de comunicação massivos. Dessa forma, a capacidade de selecionar informações às quais o público se dirige é compartilhada entre as mídias, ou seja, uma mídia agenda outras mídias.

Um novo conceito - agendamento intermediático - revela a importância da integração e da complementaridade da mídia atual. Embora McCombs (2009) não tenha conceituado em detalhes a definição de agendamento intermediático, podemos defini-lo

explorando o termo como “intermídia”. Herkman (2021, p. 374) pontua que o conceito de intermediário originou-se das teorias e movimentos artísticos da década de 1960 e vinculou “à continuidade dos formatos midiáticos e na articulação e rearticulação da mídia nos contextos sociais e culturais em transformação”. De acordo com o autor, a intermedialidade “ênfatiza a análise da continuidade e da mudança das mídias”.

Segundo Andréa e Careta (2013), o agendamento intermediário é fruto da influência bilateral exercida pelas “diferentes mídias contemporâneas e pelas audiências a elas conectadas no sentido de negociar a presença de um determinado assunto entre os destaques jornalísticos e outras instâncias sociais”. Perspectiva que dialoga com a de Primo (2008, p. 8) acerca do “encadeamento midiático”, ou seja, não há mais a suposição de exclusão mútua entre os níveis midiáticos. “Pelo contrário, um nível recorre a outro para se pautar, expandir sua atuação e até mesmo inspirar relatos e críticas a serem vinculados”.

Nesse contexto, McCombs (2009, p. 223-224) afirma que “não há dúvida que a internet já expandiu muito a variedade de fontes de notícia e informação sobre temas públicos e sobre qualquer outro tópico que você possa imaginar”, mas acredita que há pouca evidência de que novas tecnologias e segmentação das fontes de informação tenham sido capazes de dispersar a audiência a ponto de criar diferentes agendas midiáticas. Na opinião do autor, o papel desempenhado pela “mídia noticiosa de elite”, em desencadear uma cobertura ampla de novos tópicos e a influência de “jornalistas-chave” na definição e manutenção dos enquadramentos dados às notícias, são exemplos da influência atual da mídia de massa no agendamento intermediário. Por outro lado, McCombs (2009) aponta uma crescente importância de se conectar com o público, para garantir a “permeabilidade” da agenda de mídia.

Enquanto as fases iniciais da pesquisa sobre o agendamento se concentravam na questão “Quem determina a agenda pública – e em que condições?”, a mais recente fase de trabalho centrou sua atenção na pergunta “Quem determina a agenda dos media?”. Esta questão tem estabelecido pontes entre a pesquisa sobre o agendamento e várias subáreas das ciências sociais, da comunicação e do jornalismo (TRAQUINA, 2000, p. 128).

Desse modo, apesar da opinião pública ser muito importante

para determinar as notícias que são veiculadas, a mídia ainda detém fatores que permitem que os veículos apontem o que “vira notícia”, mas sem renunciar à audiência do público.

Considerações

A prática do jornalismo está fundamentada em sua função e responsabilidade social. Estes conceitos, muitas vezes utilizados como bordões da comunicação, são de grande importância para a sociedade no que diz respeito ao direito e acesso à informação transmitida pela mídia, sendo de responsabilidade do profissional jornalista agir “debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal” (ABI, 2013, p.1).

A função social do jornalismo exige o seu exercício de forma ética e responsável, principalmente, na hora de noticiar qualquer informação acerca de grupos marginalizados e/ou que sofrem pressão da sociedade, como aconteceu no caso Suzy. Isso significa muitas vezes contrariar o senso comum, enfrentar preconceitos, discursos de ódio e opiniões majoritárias da opinião pública. Na repercussão da reportagem sobre detentas transsexuais em presídios femininos, a opinião pública manifestada na rede social Twitter evidenciou um questionamento coletivo não qualificado à prática jornalística, desde os aspectos de escolhas editoriais a questões éticas que fugiam à temática do assunto discutido. O desdobramento desses eventos resultou em pedidos de desculpas, por parte dos profissionais envolvidos na reportagem, permitindo a conclusão de que o jornalismo na era das mídias sociais está sujeito à validação por parte do público não-qualificado. Os pedidos de desculpas e notas de retratação publicadas, em relação à entrevista analisada, parecem ter sido guiados pelas pressões da coletividade nas mídias sociais e não por qualquer constatação ou admissão de erro na prática jornalística.

Ao observar a intermediação entre as mídias sociais digitais e os meios de comunicação, é possível constatar que as práticas jornalísticas estão cada vez mais sujeitas às pressões produzidas pela coletividade nos ambientes digitais. A produção e disseminação de opiniões no modelo digital exercem influência no agendamento das pautas e em um novo fenômeno de monitoramento e avaliação do fazer jornalístico, os quais, cabe ressaltar mais uma vez, são feitos por

peessoas, na maioria, sem qualificação ou legitimidade para opinar sobre aspectos técnicos da profissão.

Cabe ao jornalismo, nesse novo cenário de reverberação das comoções coletivas adaptar-se às transformações tecnológicas de uma realidade em constante mudança, não deixando se conduzir fora dos padrões técnicos e éticos da profissão apenas para atender às pressões das redes sociais. Os novos contextos não significam o enfraquecimento das funções e responsabilidades sociais do fazer jornalístico, pelo contrário, evidenciam sua importância e a necessidade de uma atuação séria e qualificada, em meio a uma realidade marcada por posicionamentos coletivos que são muitas vezes motivados por emoções, preconceito e discursos de ódio.

Referências

ABI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Princípios internacionais da ética profissional no jornalismo*. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>> Acesso em 04 mai. 2022.

AMORIM, Thiago. (2006) *Conceitos, técnicas, ferramentas e aplicações de Mineração de Dados para gerar conhecimento a partir de bases de dados*. Disponível em: <http://www.cin.ufpe.br/~tg/2006-2/tmas.pdf> Acesso em: 09/07/2015 pag. 10.

BOAS, Sérgio Vilas. *O Estilo Magazine*. 3ªed. São Paulo: Summus, 1996

BARBERINO, Lianne. *O desejo por justiça: um estudo sobre linchamento virtual em sites de redes sociais*. Dissertação [Mestrado] - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, UFBA, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33376>> Acesso em 28 jul. 2022.

BELÉM, V. (2018). *QUANDO A INFORMAÇÃO (CON)FUNDE-SE COM O ENTRETENIMENTO: A HIBRIDIZAÇÃO DE GÊNEROS NO TELEJORNAL*. Aturá - Revista Pan-Amazônica De Comunicação, 2(1), 83-98. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4775>> Acesso em 28 dez. 2020

BENETTI, Marcia. *Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica*. Intexto. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____; REGINATO, Gisele. *O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: estudo da revista Veja no Facebook*. Revista FAMECOS, 21(3), 878-896. 2015

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. *A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook*. Aurora, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, 2014.

CASTILHO, Carlos. *Watchblogs, a nova patrulha da imprensa*. Disponível na internet: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=265ENO001>> Acesso em 26 jan. 2021

CARVALHO, Fernanda Cavassana de. *Formação da opinião pública em redes sociais: discussões políticas em perfis brasileiros no facebook*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7096/2017_carvalho_formacao_opinio_publica.pdf> Acesso em 17 fev. 2021.

CARVALHO, Luís Alfredo Vidal de Carvalho. *Data Mining – A Mineração de Dados no Marketing, Medicina, Economia, Engenharia e Administração*. 2005

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. *Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios*. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017

CROCOMO, Fernando Antônio. *TV digital e produção interativa: a comunidade recebe e manda notícias*. Florianópolis: UFSC, 2004. 189p. Tese de doutorado em Engenharia de Produção apresentada ao Centro Tecnológico.

DANDRÉA, C. F. de B.; CARETA, I. C. (2013). *Agendamento intermediário nas eleições 2012: relações entre redes sociais online e webjornais regionais em duas capitais brasileiras*. E-Compós, 16(2). Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.930>. Acesso em 31/10/2021.

DEJAVITE, Fábila Angélica. *INFOtenimento: Informação + Entretenimento no jornalismo*. São Paulo: Paulinas/Sepac, 2006.

DUARTE, Jorge Antonio; RIVOIRE, Valéria; RIBEIRO, Ângelo. (2016). *Mídias sociais on-line e prática jornalística: um estudo em Santa Catarina*. Universitas: Arquitetura e Comunicação Social. 13. 10.5102/uc.v13i1.3854.

EKMAN, Paul. *A linguagem das emoções*. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

FECHINE, Yvana. *Televisão transmídia: conceituações em torno de novas estratégias e práticas interacionais da tv*. In: XXII encontro anual da compós. Salvador, 2013.

FILHO, C.B. *Ética na comunicação*. 5ed., São Paulo: Summus, 2003

GADRET, Débora Lapa. *A emoção no jornalismo e a organização do enquadramento*. Palhoça, SC, 2016. Disponível em: . Acesso em:

GOMES, Itania Maria Mota. O Infotainment e a Cultura Televisiva. In: João Freire Filho. (Org.). *A TV em transição*. Tendências de programação no Brasil e no mundo. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

HERKMAN, Juha. Convergence or intermediality? Finnish political communication in the New Media. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, v. 18, n. 4, p. 369-384, 2012.

HOGAN, J.; ZIVKOVIC, A. *Space, communication and the daily exercise of solidarity: an exploration of distributed discourse in the cyber campaigns of firefighters in the UK*. Stockholm, Jul, 2005. Disponível em: . Acesso em: 9 set. 2014.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

KELLNER, D. Intellectuals, the New Public Spheres, and Techno-Politics, 1998, n.p. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2014. KELLNER, D.; SHARE, J. *Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n.104, p. 687-715, 2008.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1982

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MALINI, Fábio. *A opinião pública distribuída: blogs e jornalismo nas Eleições Brasileiras de 2006*. E-compós, Brasília, v. 9, 2007. Disponível em Acesso em 26 jan. 2021.

MARQUEZ, A. C. et al. Gephi: um software open source de manipulação e visualização de grafos. In: *OFICINA GEPHI: Mapeando e analisando a vida das redes sociais*. [S.l.]. Labi, 2013. Disponível em: . Acesso em: 22 abr. 2015

MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell E.; SPELLMAN, Charles; WEAVER, David. Watergate and the media: *A case study of Agenda-setting*. In: TRAQUINA, Nelson. O poder do jornalismo: análise e textos da teoria de agendamento. Coimbra: Minerva, 2000. p. 63-76.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. *A função do agendamento dos media*. In: TRAQUINA, Nelson. O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000. p. 47-62.

MIRANDA, Clarissa Mazon. *Estratégias de contra-agendamento em websites e blogs: exemplos de participação do público nos mídias*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1761-1.pdf>, acessado em 02 jan. 2021

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC. BR). [ed.]. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil*: TIC Domicílios 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019b. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021

OLIVEIRA Lorena A. C.; KNEIPP, Valquíria A. P. *A audiência pode participar do telejornalismo?* Um estudo do novo Fantástico, Anagrama, vol. 9, nº 2, p. 1-13, jul. 2015.

OMENA, Janna J.C. *Métodos Digitais nas Redes Sociais*. Um estudo exploratório no Facebook. Lisboa. Tese (Mestrado) Ciências da Comunicação, FCSH, Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/15292/1/M%C3%A9todos%20Digitais%20nas%20Redes%20Sociais_Janna%20Joceli%20C.%20de%20Omena.pdf Acesso em: 08 mar. 2021

PAES, Sarah. Reportagem de Drauzio Varella gera movimento para enviar cartas a trans. *Correio Braziliense*, Brasília, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/03/03/interna_diversao_arte,831780/reportagem-de-drauzio-varella-gera-movimento-para-enviar-cartas-a-tran.shtml> Acesso em 28 dez. 2020

PARISIER, Eli. *O filtro invisível – o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEREIRA, N. *Redes sociais validam o ódio das pessoas, diz psicanalista*. BBC Brasil, São Paulo, 10 jan. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38563773> Acesso em: 30 nov. 2021

PRIMO, Alex. *A cobertura e o debate público sobre os casos Madeleine e Isabella*: encadeamento midiático de blogs, Twitter e mídia massiva. Galáxia, São Paulo, v. 16, 2008.

Quadrado, Jaqueline Carvalho e FERREIRA, Ewerton da Silva. *Ódio e intolerância nas redes sociais digitais*. Revista Katálisis [online]. 2020, v. 23, n. 03 [Acessado 30 Novembro 2021] , pp. 419-428. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419>>. Epub 16 Out 2020. ISSN 1982-0259.

RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo*: Elementos para discussão. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009

_____. *Redes Sociais na Internet*. 2ª ed - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2011.

ROSENWEIN, Barbara. *História das emoções: problemas e métodos*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SANTOS, E. P.; ALVES, J. P. B.; PINHEIRO, L. S. L. *Infotainment: Uma Análise Sobre o Sensacionalista*. In: Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 29 de Junho a 01 de Julho de 2017: 40 anos de Memórias e Histórias. São Paulo - SP: INTERCOM, 2017.

SERRA, Paulo. *Os blogs e a questão do agendamento*. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-serra2-blogs.pdf> Acesso em: 12 nov. 2013.

SILVA, Ana Elisa. *Análise de conteúdo e verificação da presença do infotainment nas revistas 104 eletrônicas Fantástico e Domingo Espetacular*. Revista Vernáculo, 167-202. 2013

SINHORETTO, Jacqueline. *Linchamentos e resolução de litígios: estudos de caso de periferias de SP*. Anais: XXII Encontro Anual da ANPOCs. 1998

SIQUEIRA, Denise. *Ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo*. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, Intercom, v.21, n.2, p.57-69, jul-dez. 1998

TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

THOMPSON, JOHN B. *A interação mediada na era digital*. Matrizes, v. 12, n. 3, 2018.

TWITTER. *Imposição de nossas regras*. Disponível em: <<https://about.twitter.com/pt/safety/enforcing-our-rules.html>> Acesso em 29 nov. 2021

ROCHA, L. V.; SOARES, S. R. *Comunicação, jornalismo e transformações convergentes*. Palmas; EDUFT, 2019. Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=923f2fad-fe64-4535-97b0-d84499054138;1.0:Comunicação,%20jornalismo%20e%20transformações%20convergentes.pdf> Acesso em 27 jan. 2021.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2001.

WILLMERSDOF, Pedro. Entrevista de presa trans a Drauzio Varela gera

comoção, e secretaria estimula o envio de cartas. *O Globo*. 03 de março de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/entrevista-de-presa-trans-drauzio-varella-gera-comocao-secretaria-estimula-envio-de-cartas-24283272>>

FOLHA ONLINE. Trans abraçada por Drauzio na TV foi condenada por estupro e morte de criança. São Paulo. Depoimento. Ano 100. Nº33.214 Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/trans-abracada-por-drauzio-na-tv-foi-condenada-por-estupro-e-morte-de-crianca.shtml>

8

Lorenzo dos Santos Konageski
Ana Paula dos Santos

CAPÍTULO 8 - REPRESENTATIVIDADE HOMOAFETIVA MASCULINA EM PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS DA REDE GLOBO

Introdução

Entender o avanço da televisão é um desafio o qual já foi enfrentado por muitos pesquisadores e pesquisadoras nas diversas áreas das ciências. Assim, entender os processos de formação e da popularização da televisão é necessário para compreender o quê e como ela, formada por redes de televisão, difunde ideias e opiniões sobre os mais diversos assuntos.

Como pontuado por Jambeiro (2002), o avanço da televisão sucede a época radiofônica do Brasil. No entanto, no que tange o desenvolvimento da Televisão (TV)

Os serviços de TV, que vinham se expandindo, desde 1959, para o Sul e o Nordeste do Brasil, encontraram, em meados dos anos 60, as condições ideais para consolidar-se como indústria, sob a forma de redes nacionais. Dois poderosos fatores influenciaram esta mudança, decisivamente: primeiro o surgimento do videoteipe, um avanço tecnológico que contribuiu para fazer emissoras e produtores atuarem em escala nacional, a partir de estúdios centrais no Sul do Brasil; segundo, a promulgação do Código Nacional de Telecomunicações, e logo em seguida o Regulamento dos Serviços de Radiofusão, que deram à indústria de TV uma base legal e segurança para organizar-se como empresa privada a ser dirigida segundo os mecanismos de mercado (JAMBEIRO, 2002, p. 73).

Ainda nesse sentido, Jambeiro explica que a Ditadura Militar foi decisiva ao impor um modelo de comunicação que privilegiava conteúdos cívicos. Dois exemplos disso são a TV Cultura, que existe até os dias atuais, foi lançada em 1960 (LEAL, 2009) e a TV Educativa,

que “foi instituída através da Lei nº 5.198, aprovada pelo Congresso em 3 de janeiro de 1967” (JAMBEIRO, 2002, p. 83). Assim, os militares controlaram de forma maciça toda a mídia. Jambeiro (2002) pontua que

[...] a TV no Brasil cresceu em paralelo com a concentração do capital, a internacionalização do mercado interno e a convergência geográfica da produção industrial na região Centro-Sul do País. Além disso, a política econômica do regime militar, voltada para a criação de um mercado nacional para produtos industrializados, fortaleceu e foi fortalecida pela expansão nacional da indústria televisiva, facilitada pela construção de uma rede nacional de telecomunicações (JAMBEIRO, 2002, p. 87).

Uma das primeiras redes é a TV Tupi-Difusora e depois, Tupi-Rio, nos anos de 1950 e 1951 e em 1953, lança-se a TV Record de São Paulo (JAMBEIRO, 2002).

“A transmissão direta nacional de TV começou apenas em 1969” (JAMBEIRO, 2002, p. 88), nesse contexto, emerge a Rede Globo. Como as cidades Rio de Janeiro e São Paulo, se consolidam como metrópoles e eixos culturais efervescentes, argumenta Jambeiro, foi necessário que as grandes redes de TV estivessem localizadas nesses lugares. Inclusive, a matriz da Rede Globo se localiza no Rio de Janeiro.

Com a maior difusão da televisão, foi necessária uma mudança conteudista nas produções, dessa forma, “começaram a produzir programas usando ingredientes de apelo de massas para atingir as audiências em geral, particularmente nas classes média e baixa” (JAMBEIRO, 2002, p. 89). É nesse momento que as telenovelas passam a ser recorrentes.

Em 1972, o Brasil inaugura a televisão em cores, um grande marco para a época. Neste mesmo momento, a rede Globo passa a ocupar espaço importante no cenário televisivo, cada vez mais evidentemente por seu apoio ao regime militar (JAMBEIRO, 2002). Nos anos de 1980, começa a falência da Rede Tupi, que depois de dez anos é extinta “por sua ineficiência empresarial estrutural e irreversível e pela inclemente concorrência da programação superior e dos padrões de administração empresarial da Rede Globo” (JAMBEIRO, 2002, p. 90). Em razão da hegemonia global, surgem as “As redes Manchete e SBT [...] e a Rede Bandeirantes foi fortalecida, tudo isto através da herança de antigas estações afiliadas à Rede Tupi” (JAMBEIRO, 2002, p. 100-

101). O Sistema Brasileiro de Televisão - SBT “começou a funcionar como uma rede nacional em 1981, com cinco emissoras próprias e 17 afiliadas” (JAMBEIRO, 2002, p. 91).

Além do levantamento histórico acerca da evolução da televisão, o autor divide também subcategorias de programas de entretenimento, que eram/são de extrema relevância na televisão: telenovelas, mini-séries, variedades, esportes, filmes, programas infantis e publicidade (JAMBEIRO, 2002). Ele explica que as telenovelas “foram, muito provavelmente, uma das mais significativas razões para a queda de importação, pelo Brasil, de programas de TV dos Estados Unidos e Europa” (JAMBEIRO, 2002, p. 113). As telenovelas são advindas das radionovelas.

Véu de Noiva (Rede Globo) e Beto Rockfeller (Rede Tupi), ambas transmitidas em 1969, são consideradas marcos decisivos na criação de linguagem, técnica, temática e trama da novela brasileira, diferenciada, portanto, de suas congêneres de outros países latino-americanos (JAMBEIRO, 2002, p. 114).

Nesse contexto, “Passaram a ser sutis e atuais crônicas sobre o Brasil e os brasileiros, uma criação artística livre e exploratória de nossas identidades culturais” (JAMBEIRO, 2002, p. 114). Ainda segundo o autor, as telenovelas foram muito popularizadas a partir de 1970.

Muitas são as implicações políticas relacionadas a esse assunto, desde a democratização da comunicação até os interesses governamentais na mídia (JAMBEIRO, 2002). Entretanto, o importante nesse artigo é entender o papel das telenovelas como uma representação social brasileira. Também evidenciar que a hegemonia da Rede Globo, deve-se a sua cumplicidade e conivência com a Ditadura Militar. Além desses acontecimentos, entra em debate a TV a cabo, que foi regulamentada em 1988 (JAMBEIRO, 2002).

A TV aberta ainda está muito presente na casa de muitos brasileiros. Por isso, será feita uma análise sobre a veiculação de telenovelas que apresentam na sua história homens homossexuais, com o intuito teórico de representar a sociedade brasileira, já que 97% da população assiste televisão em um aparelho de TV (dados coletados em 2019 referente aos países: Argentina, Brasil, China, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos), ela ainda possui influência nos arranjos sociais (Estudo Kantar DIMENSION, 2020).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo estudar algumas telenovelas e séries (que neste caso tem formato muito parecido com a telenovela) produzida pela Globo, que são produções relativamente mais recentes na televisão aberta e como elas abordam temas como a sexualidade e como apresenta alguns personagens gays. Também entender como se dá a representação de homens que se relacionam com outros homens, isto é, mantêm relações homoafetivas/homossexuais, nessas obras, a partir dos conceitos de sexo, gênero, sexualidade, representação e representatividade.

Metodologia e Conceitos

O artigo realizou, por meio do trabalho Othon Jambreiro (2002), uma breve historiografia da televisão no Brasil. Além disso, por intermédio de revisão bibliográfica, foram realizadas pesquisas de novelas que houve as representações de homens gays, e como eles foram apresentados para o público, a partir da observação acerca da novela *Fina Estampa* e *Amor à Vida*. A escolha destas produções levou em conta o destaque e popularidade dos personagens em questão. Ademais, se procurou analisar com profundidade o personagem e a trama que envolvia sua representação na novela *O Outro Lado do Paraíso* e entender a representação em *Verdades Secretas*.

Por muitas vezes, conceitos básicos das teorias de gênero e sexualidade são confundidos, dessa maneira, foram explanados os principais conceitos, que serviram de arcabouço teórico para a análise da representação homossexual/homoafetiva masculina nas telenovelas da Rede Globo, sobretudo nos teóricos Guacira Louro (2016), Richard Miskolci (2012), Judith Butler (2003) e Stuart Hall (2015). Os conceitos aqui trabalhados: sexo, gênero, sexualidade, representação e representatividade.

Os estudos de gênero têm se ocupado de um espectro diverso de preocupações teóricas, que de certa forma transpassaram o limite das lutas por direitos das mulheres, mas interseccionam categorias como a identidade de gênero, o corpo e orientação sexual. Essa intersecção de categorias, serve para a compreensão de que o conceito de gênero traz muitas perspectivas de entendimento e se relaciona conceitualmente, politicamente e socialmente com elas, mas sem serem delimitadas rudimentarmente como sendo um mesmo conceito.

No que diz respeito às reivindicações das identidades, pode-se dizer que identidade é e está (porque é dinâmica) sempre sendo construída por meio da diferença e não fora dela, e toda identidade, só se estabelece em relação com o outro. A questão da identidade tem sido muito discutida na teoria social, principalmente a partir dos Estudos Culturais. Nesse sentido, Stuart Hall propõe duas das concepções de identidade possíveis, para ele, sendo que uma delas, a noção de sujeito sociológico, nos ajuda a compreender como houve a apropriação pelo sujeito da noção de identidade na modernidade e a outra o que chama de sujeito pós-moderno, entender o sujeito após o que ele denomina de modernidade tardia e que poderíamos chamar de contemporaneidade.

A identidade do sujeito sociológico, é calcada na relação entre ele e a cultura, porém de uma forma a colocá-lo em algum lugar no mundo em que vive, uma troca estática, pois:

preenche o espaço entre o interior e o exterior, - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores tornando-os parte de nós, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade então costura (;..) o sujeito à estrutura. (HALL, 2015, p. 11).

A outra concepção de identidade, a do sujeito pós-moderno, proposta por Hall é a que nos revela um pouco mais da definição que pretendemos falar neste trabalho e dialoga melhor com a abordagem de gênero que pretendemos usar. Neste caso:

A identidade se torna uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu coerente” (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (HALL, 2015, p. 12)

Hoje essa noção de identidade pode ser visualizada nos estudos sobre identidades de gênero (cisgêneros, transgêneros, não-binários) e sobre orientações sexuais (homossexuais, bissexuais, heterossexuais, pansexuais, transexuais), bem como em outras performances de

gênero (travestis, crossdresses). Uma identidade fluída, não limitada e impermanente.

Cabe frisar que a identidade como uma criação social e cultural leva a entender que socialmente são criadas barreiras que impedem o reconhecimento das diferenças como parte do campo social e mesmo humano. Se diferenciar no mesmo processo de se identificar deveria ser concebido como uma forma criativa e alternativa de inserção social.

A partir desses conceitos, analisamos, sobretudo a abordagem realizada pelos autores e o contexto em que vivia cada personagem e como se movimentava na trama do enredo.

Resultados e Discussões

Na contemporaneidade, muitos estudos que perpassam autores e autoras brasileiros e estrangeiros abordam o tema gênero. Ainda há muitos equívocos sobre os principais conceitos que compõem as diferenças, que ocasionam mais desinformação e a formação de estigmas e estereótipos. Para tanto, se faz necessário definir os principais conceitos: sexo, gênero e sexualidade/orientação afetivo-sexual.

Judith Butler (2003) mostra que tanto sexo, quanto gênero são construções culturais. O sexo, em termos gerais, é definido pelos atributos biológicos - como as genitálias e o gênero é visto como uma representação do sexo ou o que se espera de determinado sexo. Buscando explicações para o surgimento do "sexo", Butler explica que "talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma" e a cultura age sobre o gênero, assim como sobre o sexo (BUTLER, 2003, p. 25).

Se referindo a Butler, Guacira Lopes Louro explica que a cultura implica na sequência sexo-gênero-sexualidade, dessa maneira, o sexo, visto na sociedade, como biológico, "vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo" (LOURO, 2016, p. 15-16).

Portanto, sexo está relacionado às genitálias consideradas femininas ou masculinas, que definem o gênero do indivíduo e por sua vez, o gênero define a orientação sexual-afetiva, que define por qual gênero se sente ou não atração afetiva ou sexual. De acordo com

a cultura, o ser que tem características sexuais e biológicas femininas, como os hormônios estrogênio e progesterona, é uma mulher e por isso se relacionará com homens. Essas ideias são firmadas na ideia do binarismo: mulher e homem. Sendo assim, a heterossexualidade será a única sexualidade possível.

Quando se fala em identidade de gênero, se está fazendo referência a como um indivíduo se autointitula no que se refere ao gênero e por expressão de gênero, entende como ele se mostra de acordo com esse gênero, já que o corpo social estipula roupas e formas de se comportar consideradas femininas ou masculinas.

Os estigmas e estereótipos são imaginários de como é determinado um indivíduo e configuram as relações de dominação, onde grupos privilegiados dominam grupos desfavorecidos. Várias podem ser citadas: a dominação do homem sobre a mulher na sociedade patriarcal, na qual ele é visto como um ser mais capaz a realizar funções públicas, enquanto ela é vista como a dona do lar, no espaço privado (BIROLI, 2014). Sobre a dominação branca, a mesma coisa pode ser vista, com heranças coloniais, os negros são vistos como força de trabalho e os brancos representam, nessa visão, toda a civilização e a inteligência²³. O mesmo ocorre no campo da subversão da sequência sexo-gênero-sexualidade, qualquer pessoa que não seja heterossexual ou que não esteja de acordo com o gênero que o sexo deveria determinar está no terreno da estranheza, como explica a Teoria *Queer*²⁴.

Acerca dos estudos *queer*, Berenice Bento pensa em uma tradução brasileira para estudos transviados, porque não se pode fazer disputa com o nome "*queer*" no Brasil, que tem mais sentido nos Estados Unidos (BENTO, 2017). Em todos os contextos citados, o que se constroem, na verdade, por meio dos estereótipos e estigmas, são o preconceito, a misoginia, o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Todos eles baseados, sobretudo, em questões biologizantes (desde a superioridade masculina e branca até a vivência dos LGBTs considerados como uma absuridade), naturalizando as desigualdades. Cabe perguntar: aos interesses de quem serve determinar o que é natural e o que, não é? A resposta: aos privilegiados - homens, brancos e heterossexuais.

²³ Ver CÉSAIRE, 1978; QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005 e GROSGOUEL, 2016.

²⁴ Ver LOURO, 2016 e MISKOLCI, 2012.

Também é importante compreender as diferenças entre o conceito de representação e representatividade. Esses dois conceitos estão interligados, mas têm significados diferentes. Hall define a representação no terreno da cultura/linguagem:

No cerne do processo de significação na cultura surgem, então, dois “sistemas de representação” relacionados. O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas – pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas etc. – e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos. A relação entre “coisas”, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de “representação” (HALL, 2016, p. 38).

Em outras acepções, a representação está no terreno, por exemplo, da representação política, dos eleitos e a representatividade pode ter acepções dos autores “que dizem ou do quantitativo (uma presença) ou do qualitativo (uma busca por representar demandas e interesses)” (SOUZA, 2021, p. 28). Para fins didáticos, este artigo trabalhará com as seguintes noções - representação: representar de forma vazia, porque não se aproxima dos grupos ou não os representa de maneira adequada; representatividade: ocupar espaços que estão destinados a um grupo social dominante a fim de representar grupos desfavorecidos. Nas palavras da autora “uma vez que ao dizermos que representatividade importa estamos buscando romper com imagens estereotipadas” (SOUZA, 2021, p. 16).

Neste artigo, o que será de fato analisado é a partir dos personagens e a trama, a representação de homens que se relacionam com outros homens e subvertem a sequência descrita.

Representação homoafetiva/homossexual masculinas em telenovelas da Rede Globo

Colling explica que o processo pela qual os homossexuais apareceram na Rede Globo passaram por três fases: da criminalidade, da estereotipização excessiva da feminilidade e da heteronormatividade.

Ainda segundo ele, há também a parte da revelação ou o “assumir-se” (COLLING, 2007).

A primeira novela que se tem conhecimento de homossexuais, na Rede Globo, é a novela *O Rebu* (1974-1975) (PERET, 2005; COELHO et al, 2019). Nesse contexto, os personagens estiveram relacionados à criminalidade:

o anfitrião *Conrad Mahler* ([...] Ziembinski, em seu último trabalho em telenovela), excêntrico milionário, assassina a jovem Sílvia (Bete Mendes) por causa de ciúmes da aproximação dela com Cauê (Buza Ferraz), seu “protegido” (PERET, 2005, p. 80).

A explicação dada remonta a uma dependência econômica e provavelmente emocional do personagem, que levou ele a cometer um crime. Assim, é notável o caráter de criminalidade dada ao personagem homossexual, na figura do que hoje se chama de *Sugar Daddy*²⁵. Isso contribui para um estigma social acerca da perversidade sexual desses indivíduos.

Antes dessa época, portanto, os homossexuais eram invisíveis aos olhos da Rede Globo. Peret faz uma descrição minuciosa das telenovelas que retratavam homossexuais, de 1974 até 2005, o que é muito bem trabalhado por Colling, dessa maneira, porém neste artigo trabalharemos em outro período.²⁶

O importante a dizer é que até 2000, as ideias que se tem são da criminalidade e do estereótipo considerado feminino do homem homossexual. A partir desse ano, as novelas adotaram um sentido de revelação da orientação afetivo-sexual de seus personagens (COLLING, 2007). As ideias da criminalidade, feminilidade e heteronormatividade prevalecem nas telenovelas. Agora com o adicional da revelação da sexualidade e mais futuramente, como veremos, na sexualização desses indivíduos. Nesse contexto, trataremos análises das novelas *Fina Estampa* (2011), *Amor à Vida* (2013) e a primeira temporada de *Verdades Secretas* (2015) já analisadas por outros autores e realizamos uma análise própria e aprofundada da novela *O Outro Lado do Paraíso* (2017) e da segunda temporada de *Verdades Secretas* (2021), que exemplifica os novos estigmas impostos.

²⁵ Entende-se o Sugar Daddy pelo homem mais velho que sustenta uma mulher ou um homem mais novo que ele, em troca de carinho, companhia e/ou sexo.

²⁶ Ver as contribuições de PERET, 2005 e COLLING, 2007.

Fina Estampa (2011)

Entrou no ar em 2011 a telenovela *Fina Estampa* até 2012, escrita por Aguinaldo Silva e dirigida por Wolf Maia (BEZERRA, 2007; F5 Folha, 2020). Nela é marcante a presença do personagem homossexual afeminado e caricato Crodoaldo Valério - ou Crô (Marcelo Serrado), que era mordomo da vilã Tereza Cristina (Christiane Torloni).

Fisicamente, Crô era um homem na faixa dos 35, 40 anos, de corpo esbelto e cabelos castanhos, com um penteado impecável que mantinha à base de gel e muitas “ajeitadas” com uma das mãos, numa espécie de tique de afetação que acabava sendo uma de suas marcas registradas. Ao observarmos seu vestuário, podemos dizer que Crô era um mordomo cosmopolita e contemporâneo, pois parecia ter abandonado de vez os trajes clássicos de sua categoria profissional, optando por vestir cores claras (geralmente branco, azul e rosa) realçadas por modelos de roupa bastante sofisticados e modernos, além de portar acessórios igualmente estilosos (BEZERRA, 2012, p. 50).

Crô “vivia um romance com um homem misterioso”, mais tarde descobre-se que eram mais de um homem com uma mesma tatuagem no pé (BEZERRA, 2012, p. 50). Como pontua o autor, “a obra de Aguinaldo Silva parecia apelar para a caricatura ao representar o mordomo de forma tão estereotipada” (BEZERRA, 2012, p. 53). Crô era o homossexual estereotipado, com todas as formas de caracterização de um: feminilidade exacerbada, modo de falar considerado feminino, gestos demais femininos para um homem, entre outras características.

Outra característica do personagem, é que ele está associado a um conceito que vê o homossexual como um *pet*, um animal de estimação. No caso analisado, ele segue quase tudo que sua patroa Tereza Cristina pede.

Amor à Vida (2013)

A telenovela dirigida por Walcyr Carrasco foi exibida entre 20 de maio de 2013 e 31 de janeiro de 2014, trazia, sobretudo, três personagens homossexuais: Félix (Matheus Solano), Niko (Thiago Frago) e Eron (Marcello Anthony) (DRUMMOND, 2014). De acordo com Drummond (2014), Félix, na ocasião, fazia o papel do filho renegado pelo pai, imposto, portanto, a um papel de vilão e invejoso,

um homossexual caricato, já Eron e Niko formavam um casal que tinha o desejo de construir uma família. Félix também mantinha características consideradas femininas.

No desenrolar da trama, como pontua Drummond (2014), Niko se separa de Eron, por causa da traição dele com a amiga. Continuando na trama, Niko e Félix se aproximam, constroem afeto um pelo outro e se tornam um casal. Finalmente, ocorre o “primeiro beijo entre um casal homossexual masculino em uma novela da Rede Globo” (DRUMMOND, 2014, p. 56). Naquele momento, o pai de Félix - César (Antonio Fagundes), sensibilizado por muitas questões - depois de ter sido envenenado pela amante²⁷ e ter sofrido um acidente vascular cerebral -, aceita o filho, ao ser esse o único que demonstrou solidariedade com a situação do pai, assim, César ficou sob os cuidados do filho e de Niko (GSHOW, 2014). Seria Félix, na verdade, um vilão ou um anti-herói?

A maneira de reconhecer o anti-herói pode ser em determinados momentos, ao assistir filmes, séries, novelas, em que nota-se um certo *espírito transgressor*²⁸ em um personagem que não é o vilão, alguém que não é necessariamente mal. Tal personagem não toma atitudes para prejudicar outros, mas muitas vezes essas atitudes o fazem.

O anti-herói pode então, ser visto como alguém que segue seus próprios objetivos, e tem como missão, suas próprias necessidades. Em sua jornada, entretanto esse personagem pode até mesmo sofrer uma mudança, e passar a ser um herói clássico, ou até mesmo um vilão (NOGUEIRA; LO GIUDICE, 2018, p. 327).

Nesse caso, a operação foi inversa, Félix passou de vilão para anti-herói.

²⁷ Félix passa a se tornar o “mocinho”, enquanto a amante de César, Aline (Vanessa Giacomini) se torna a vilã.

²⁸ “O termo está sendo utilizado aqui como referência a alguém com instintos e impulsos transgressores, que, não necessariamente fica preso à normas e regras da sociedade” (NOGUEIRA; LO GIUDICE, 2018, p. 327).

O Outro Lado do Paraíso (2017)

A telenovela *O Outro Lado do Paraíso* do autor Walcyr Carrasco “foi [...] transmitida entre 23 de outubro de 2017 e 11 de maio de 2018” (FILHO; MARTINS; COSTA, 2020, p. 213; MACHADO; ALVES; DICKSON, 2018). O enredo da história se passa na trama da injustiça cometida contra Clara Tavares (Bianca Bin) e sua vingança. Samuel, bem como outros personagens da novela, foram participantes do crime cometido contra a protagonista. Ela decide se vingar de um por um.

Nessa telenovela, dois personagens ganham destaque: Cido (Rafael Zulu) e Rafael (Eriberto Leão). A biografia do personagem Cido é colocada da seguinte maneira: “Atraente e discreto, Cido é motorista de Sophia há muitos anos” (GSHOW, s.d.) - Sophia Montserrat (Marieta Severo) é a vilã da telenovela. Rafael é psiquiatra e filho de uma mãe conservadora Adnéia (Ana Lúcia Torres). Ambos, tiveram ex-namoradas (MACHADO; ALVES; DICKSON, 2018).

Por causa da mãe, Samuel se encontra obrigado a casar com Suzana (Ellen Roche). Na trama, ele é visto como o “gay enrustido” (MACHADO; ALVES; DICKSON, 2018). No entanto, às escondidas mantém um relacionamento com Cido, relacionamento que se dá principalmente por meio de relações sexuais fetichizadas e sem romantismo. Nesse viés, muitas situações estranhas acontecem, quando Suzana percebe o sumiço das suas roupas íntimas²⁹, que seriam usadas por Samuel.

Samuel, que teve participação importante no sumiço de Clara, pois deu atestados falsos para que ela fosse internada, será, então, atingido pela vingança da mesma. A personagem principal leva Suzana a descobrir a traição de Samuel com Cido.

Durante muito tempo, homens que se relacionavam com outros homens se viam emparedados pela homofobia, portanto, só podiam demonstrar afeto e/ou desejo sexual em ambientes privados. Na telenovela, Samuel é oprimido por não poder expressar seu desejo e afeto por homens³⁰, dessa forma, a única maneira de manter algo

²⁹ Esse artigo não se aterá à maneira que se colocou à prática sexual em si, mas em como se dá a representação da homoafetividade por meio dela.

³⁰ Uma discussão acerca da invisibilização da bissexualidade de Samuel pode ser vista em MACHADO; ALVES; DICKSON, 2018.

foi tendo algo escondido que possuía o foco nas relações sexuais. Essa representação pode ser verídica, no entanto, apresenta outra característica de homens que se relacionam afetiva ou sexualmente com outros homens nas telenovelas: a sua sexualização. Como vimos em outros momentos, eles foram retratados como criminosos e afeminados, sobretudo os homossexuais, nesse momento, outras características entram: a heteronormatividade, a revelação e a sexualização.

Em primeira mão, a heteronormatividade de Samuel, que ele tenta performar, está presente para agradar à mãe ou para evitar desgastes de um possível processo de se assumir publicamente. Isso porque vivemos em uma sociedade na qual prevalece o que Adrienne Rich (2012) chamou de heterossexualidade compulsória - todos os indivíduos devem ser heterossexuais.

Ainda está presente na telenovela, a revelação da sexualidade de Samuel, que permanece escondida, mas em todo momento, há indícios e para o público fica explícito que Samuel não é heterossexual. A cobrança para que se revele a sexualidade alheia é realizada no corpo social e no enredo, não só a cobrança, como a revelação será feita, como segue nos próximos parágrafos.

Outrossim, existe a visão sexualizada do homem que se relaciona com outros homens, sobretudo quando a relação entre Samuel e Cido é quase exclusivamente sexual - em razão da problemática de se assumir supracitada - e ainda mais quando se inserem os fetiches sexuais, que são discutidos no corpo social e na maioria das vezes, entre muitas pessoas, desconhecidos ou incompreendidos. A ideia da impureza da relação sexual entre pessoas do mesmo gênero pode ser datada a partir da epidemia da Aids, entendida como um castigo para os não-heterossexuais (MISKOLCI, 2012).

Ainda na trama da novela, a razão para que Suzana fosse exposta a essa traição para “desmascarar” Samuel e para que Clara conseguisse sucesso na vingança também pode ser controversa. Por um lado, entende-se que a trama era em torno da vingança, por isso, isso precisava ser feito. Por outro lado, a ideia de escancarar as portas do armário³¹ e remover Samuel pode ser agressiva, porque o tempo de descobrimento e aceitação é relativo, além de que, a partir disso pode

³¹ O armário é o lugar imaginário onde a população de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Transexuais/Travestis/Transgêneros e outras dissidências ficam antes de se assumir e/ou se descobrirem.

ser depreendido que relações sexuais entre homens são incorretas e imorais, quando, na verdade, imoralidade é a traição conjugal em um relacionamento monogâmico, como se deduzia ser o de Suzana e Samuel.

Verdades Secretas (2015 e 2021)

Verdades Secretas possui até então duas temporadas. A primeira temporada é de Walcyr Carrasco, “exibida em 8 de junho a 25 de setembro de 2015 na faixa das onze” (SANTOS; MATTOS, 2019, p. 450). A novela em série mostra o funcionamento de uma agência de modelos, focando na história de Angel (Camila de Queiroz), que se envolve com Alexandre Ticiano (Rodrigo Lombardi), promotor de grandes desfiles para mostrar os tecidos de suas empresas.

De acordo com Santos e Mattos (2019), a trama se destaca pelo personagem Visky (Rainer Cadete), que trabalhava na agência de modelos de Fanny (Marieta Severo) e se apaixona por Leo (Raphael Sander), que dizia ser heterossexual, além disso, Visky disputava Leo com Lourdeca (Dida Camero). Para fins de conceituação “book azul”, é um

termo usado em algumas agências de modelo para se referir ao catálogo de modelos homens que aceitam se prostituir, “azul” se refere à prostituição masculina, ao passo que a prostituição de modelos mulheres é chamada de “book rosa” (SANTOS; MATTOS, 2019, p. 450-451).

O feminismo possui vertentes que versam sobre a prostituição, como pontua Bárbara V., ela pode ser vista como mais uma maneira de objetificação dos corpos femininos e de exploração, como para as feministas marxistas, no entanto, nas palavras da autora, “a prostituição oferece maior renda e melhores condições de trabalho que as demais profissões que poderíamos exercer” (2021, p. 165).

Já na segunda temporada, lançada em 2021, a história se passa pela busca de Giovanna em se vingar de Angel, para conseguir provar seu envolvimento na morte do pai, encontrar o corpo e ter acesso à herança³², por meio do investigador Cristiano (Rômulo Estrela).

Na nova temporada, Visky continua trabalhando na agência, que

³² Como o corpo não foi encontrado, os filhos não podem ter acesso irrestrito à herança.

foi comprada por Blanche (Maria de Medeiros), e tem envolvimento com Joseph (Ícaro Silva), que também se relaciona com Blanche. A priori, Joseph fica reforçando sua heterossexualidade, mas se envolve com Visky.

Nas duas temporadas, Visky desenvolve um papel caricato do homossexual que trabalha em uma agência de modelos, com a costureira feminilidade. Além disso, também há presença de uma sexualização que perpassa os relacionamentos hetero e homo da trama. Ademais, há uma problemática no relacionamento entre Visky e Joseph até certo momento, pois Joseph ainda tenta manter Visky com discrição.

Entretanto, após desgastes entre Joseph e Visky, já que o último se sente cansado e insatisfeito com a proposta de sigilo, além de passar por uma situação complicada, na qual Joseph se envolve com Chiara (Rhay Polster), para provar sua heterossexualidade, Joseph pede Visky em namoro. Na mesma noite que Joseph sai com Chiara, Visky tem uma noite com Lourdeca, que resulta em uma gravidez. A gravidez é de risco, assim, ela fica morando com Visky, que também convida Joseph para morar com eles. Inicialmente, Joseph se vê espantado e incerto com a gravidez, no entanto, aceita e concorda em morar com eles. Após o nascimento, Lourdeca se mostra insatisfeita e deixa de morar com o casal.

A novela também mostra o envolvimento entre Matheus (Bruno Montaleone) e Giotto (Johnny Massaro) - é importante citar que Giotto tem uma namorada. Esse envolvimento é resultado da descoberta que Giotto faz de que sua madrastra, Betty (Deborah Evelyn) se relaciona com Matheus, nesse sentido, Giotto pede que Matheus pare de se encontrar com a madrastra. Matheus trabalhava com "book azul" e assim ele conheceu Betty. O desenrolar da história é tão confuso, que ele passa a se envolver também com a irmã de Giotto, Irina (Julia Stockler) e com o pai, Lorenzo (Celso Frateschi). Em primeiro plano, a relação com Betty possuía um caráter sexual, Matheus era pago para isso. No entanto, a relação se intensifica e a personagem vê a possibilidade de realmente construir algo mais sério com Matheus. Em determinado momento, ele está com os quatro personagens, ao mesmo tempo. No fim, fica decidido, para evitar escândalos, que Irina irá se casar com Matheus.

Infere-se, assim, além das relações entre dois homens vistas

entre diversos personagens, a visibilização dada para a bissexualidade, na figura de Joseph e Giotto. Nota-se também a importância de um personagem gay para a história, Visky é está relacionado ao desenvolvimento de quase toda a trama da novela, ainda que sua participação em determinados momentos possa ser, no mínimo, questionável. O personagem também representa a subversão aos papéis de gênero, ao utilizar adereços e roupas e ter características consideradas femininas. Além disso, ele se torna diretor da agência de modelos, após uma série de acontecimentos entre outros dois personagens, os quais Visky está envolvido.

Verdades Secretas 2 pode ser caracterizada como um conglomerado de tramas sexuais entre vários personagens e tipos de relacionamento, que possuem tramas como fundo - uma crítica feita por alguns internautas, o qual explicitam que a trama perde a história e fica mais focada em relações sexuais.

Outras relações homoafetivas podem ser percebidas na trama, dentre as quais, cito a relação entre Bruno (João Vitor Silva) e Benji (Rodrigo Pandolfo), que não é aprofundada em razão da morte de Benji.

Considerações

Depreende-se que existem representações de homens que se relacionam com outros homens nas telenovelas da Rede Globo, centrado na figura do homossexual, já que não está sendo realizada uma análise acerca das identidades sexuais nas telenovelas. No entanto, essa representação é muitas vezes repleta de estereótipos desses homens.

No caso da novela *Fina Estampa*, há o papel de Crô na reprodução da ideia de feminilidade do homem gay. Na novela *Amor à vida*, Félix expressa também a feminilidade, só que dessa vez representando um vilanismo, que passa a ser anti-heroísmo. Na novela *O Outro Lado do Paraíso*, há uma representação de homens que se relacionam com outros homens na nova na teledramaturgia: a tentativa de se encaixar na heteronormatividade ou o gay heteronormativo já existia, a explicita ideia de se assumir e se revelar não-heterossexual também já havia sido notado, no entanto, a sexualização desses indivíduos é um novo fator que ocasiona um novo estereótipo: da relação homoafetiva

vista apenas no campo das relações sexuais. Esse novo estereótipo, bem como a noção de discricção e feminilidade homossexual masculina estão presentes também em *Verdades Secretas*, ainda que existam namoros e romance, a novela é marcada, tanto no que tange relações entre homens e mulheres, quanto entre dois homens, pela sexualização das relações.

Assim, adicionamos uma fase, considerando as três fases descritas por Leandro Colling, da criminalidade, da feminilidade, da heteronormatividade e da revelação, agora há uma quarta fase, a da sexualização. Entender essas fases é importante, porque são desses estereótipos estampados nas representações que surgem as relações de poder e as discriminações.

Terminemos com a indagação: o que se tem nas telenovelas é representação ou representatividade? Como o título responde é representação, porque há a presença de personagens homens que se relacionam com outros homens, mas sempre atrelados a uma ideologia dominante geradora de estereótipos perigosos para o entendimento verdadeiro desses indivíduos. O que é diferente do fato de haver representatividade, nesse caso, esses indivíduos seriam representados nas suas mais diversas facetas, as quais realmente podem ser notadas na sociedade e que não distorcem a real vivência dessas pessoas. No entanto, a última novela, sobretudo em sua última temporada, possui personagens masculinos homossexuais e bissexuais que possuem diferentes características, para alguns, a naturalidade e a feminilidade, para outros, a discricção e a tentativa de estar alocado na heteronormatividade, e também mostra o trajeto de aceitação da bissexualidade de Joseph, que se permitiu estar abertamente com Visky, no entanto, ainda reproduz estereótipos de um homossexual que trabalha em uma agência de modelo, que é assumido, a ideia de revelação e a sexualização. Também pode ser colocado a sordidez de Matheus ao se envolver com Betty e Giotto, motivado pela questão financeira, entretanto, que também dá a entender que ele gosta dos dois. Para trabalhos futuros, é importante entender os papéis, os perigos e as possibilidades do essencialismo no caso das relações homoafetivas/homossexuais na mídia hegemônica, conceito já presente no feminismo. Existem obras que demonstram a importância de um “essencialismo estratégico” (SPIVAK, 1985 apud COSTA, 2002), no sentido de representar os indivíduos de grupos

minorizados de forma alcançar o mínimo de representação ao ocupar espaços, o que não garante necessariamente representatividade.

Por fim, é importante destacar que as novelas possuem um papel fundamental de representar a sociedade em que se vive, dando visibilidade aos atores sociais marginalizados. Entretanto, destaco que é importante entender que isso não isenta a Rede Globo de críticas e também não coloca a emissora como defensora das minorias e minorizados e como aliada da luta progressista, isso em razão da sua característica imperialista e ainda, da utilização que a Rede Globo pelos militares na época da ditadura militar a fim de fazer uma propaganda positiva do desenvolvimento brasileiro (SANTOS, 2005).

Referências

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BIROLI, Flávia. O Público e o Privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e Política*. Brasília: Boitempo, 2014, 1ª Edição, p. 31-46.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. 1. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. Niterói: EDUFF, *Revista Gênero*, v. 8, n. 1, p. 207-222, 2007.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu* (19), 2002, p 59-90.

DRUMMOND, Lucas Gaulia. *"Amor à Vida": um marco da representação homossexual nas novelas das oito da Globo*. 2014. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: Edgar-do Lander. *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 25-34.

Estudo Kantar DIMENSION, 2020. *Dimension 2020: A Mídia & Eu*. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dimension-2020-a-midia-eu/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FILHO, José Tarcísio Silva Oliveira; MARTINS, Rafael Barbosa Fialho; COSTA, Natiele Lopes. TELENÓVELA E TURISMO: UMA ANÁLISE ESTILÍSTICA DE O OUTRO LADO DO PARAÍSO. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 19, n. 40, p. 211-229, 2020.

Final: César declara seu amor por Félix e vive sob os cuidados do filho e de Niko. *GSHOW*, 2014. Disponível em: <http://gshow.globo.com/novelas/amor-a-vida/Fique-por-dentro/noticia/2014/01/final-cesar-aceita-felix-e-vive-sob-os-cuidados-do-filho-e-de-niko.html>. Acesso em: 01 set. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. A Estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, V. 31, n. 1, 2016, pp. 25-49.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: 2002, EDUFBA.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil. Encontro Nacional de História da Mídia mídia alternativa e alternativas midiáticas, VII, 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Unifor, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MACHADO, Jobson; ALVES, Andreza; DICKSON, Marcus. A invisibilidade bissexual na novela "O Outro Lado do Paraíso". In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 27., 2018, Vilhena. *Anais eletrônicos...* São Paulo: Intercom, 2018, p. 1-12.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

NOGUEIRA, Camila S. C.; LO GIUDICE, Rafael Furlan. O CULTO AO ANTI-HERÓI: Uma Análise do Personagem e sua Influência Sobre o Público. *Revista Conexão Eletrônica*, v. 15, n. 1, p. 325-339, 2018.

O OUTRO LADO DO PARAÍSO. PERSONAGENS. Cido. GSHOW, s.d. Disponível em: <https://gshow.globo.com/novelas/o-outro-lado-do-paraiso/personagem/cido/>. Acesso em: 01 set. 2021.

PERET, Luiz Eduardo Neves. *Do armário à tela global: a representação social da homossexualidade na telenovela brasileira*. 2005. 246f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo. *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

SANTOS. A TV Globo e os fluxos de comunicação. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/denicoli-sergio-tv-globo-fluxos-comunicacao.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro; MATTOS, Geórgia. PERSONAGENS LGBT NAS TELENÓVELAS DA REDE GLOBO DE 2014 A 2016: uma reflexão a partir dos Estudos Queer. *Revista Observatório*, v. 5, n. 2, p. 434-458, 1 abr. 2019.

SOUZA, Olívia Luiza Pilar de. *REPRESENTATIVIDADE IMPORTA? Representação, imagens de controle e uma proposta de representatividade a partir das personagens mulheres negras em Malhação: Viva a diferença*. 2021. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

V., Bárbara. Feminismo e trabalho sexual. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO; Lina. *Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Jandaíra, 2021, p. 157-171.

‘Fina Estampa’: Veja o final dos principais personagens da trama que acaba na sexta. *F5 Folha*, 2020. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/09/fina-estampa-veja-o-final-dos-principais-personagens-da-trama-que-acaba-na-sexta.shtml>. Acesso em: 01 set. 2021.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alba Maria Gomes Cobo - Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins. albacobo95@gmail.com

Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira – Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia pelo PPGCom – Universidade Federal do Pará, Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG). tina.vieirademelo@gmail.com

Alice Agnes Spindola Mota Pinho

Pós-Doutora em Comunicação e Arte pela Universidade de Aveiro (Portugal). Doutora em Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa com reconhecimento da Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. Professora no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Vice-líder do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq). aliceagnes@mail.uft.edu.br

Ana Paula dos Santos

Doutoranda em Educação na Amazônia, mestra em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT), Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (UFT) e Licenciada em Sociologia (UNIJUI). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/UFT). ana.santos@uft.edu.br

Andréia Fernandes da Silva

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), integrante do grupo de pesquisa Degraus do Conhecimento, Assessora de Comunicação na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

Cynthia Mara Miranda

Pós-Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Professora no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq). Bolsista produtividade 2 CNPq. cynthiamara@uft.edu.br

Cleide das Graças Veloso dos Santos

Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, especialista em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia (UFT), especialista Pesquisa e Ensino de Comunicação/Jornalismo (UFT), MBA – Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa (Unesa/RJ), bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (UFT), jornalista/Assessoria de Comunicação no Governo do Estado do Tocantins. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq). E-mail: cleide.veloso13@gmail.com.

Edisselma dos Santos Alecrim

Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Especialista em Avaliação Escolar em Língua Portuguesa pela Cesgranrio e Especialista em Metodologia do Ensino de Linguagens pela Unitins; Graduada em Letras (UFT). Atualmente, sou Graduada em Ciências Contábeis (UFT) e Secretária Executiva na UFT. Desenvolvo pesquisas relacionadas às Políticas Públicas de Juventudes, Estudos de Gênero, Narrativa e Análise Narrativa, Contabilidade Aplicada. Tenho interesse por Estudos Literários, Análise do Discurso, Mídia e Gênero, Marketing Digital, Contabilidade e Gênero, Contabilidade e Sustentabilidade. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq). E-mail: selmalecrim@uft.edu.br

Keila Fernandes Santos

Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, professora de Língua Portuguesa da Educação Básica e intérprete de Libras da Universidade Estadual do Tocantins. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq). E-mail: fernandesantos.keila@gmail.com

Lorenzo dos Santos Konageski

Acadêmico do Curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB). Técnico em Informática para Internet pelo Campus Palmas - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Membro do Núcleo de Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal dos Tocantins (UFT). Integrante do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (UnB). Integrante do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: representações, conflitos e direitos (UnB) e Integrante do Grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/CNPq). E-mail: lorenzo.konageski@aluno.unb.br.

Rose Dayanne Santana Nogueira

Doutoranda em Comunicação na Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Jornalista, graduada em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas. Integrante dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq) da UFT e do Laboratório de Políticas de Comunicação (Lap-Com) da UnB; e do Coletivo ComFreire. Trabalha na Defensoria Pública do Estado do Tocantins. E-mail: rosedsantana@gmail.com.

Keila Fernandes Santos

Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, professora de Língua Portuguesa da Educação Básica e intérprete de Libras da Universidade Estadual do Tocantins. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq). E-mail: fernandesantos.keila@gmail.com

Lorenzo dos Santos Konageski

Acadêmico do Curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB). Técnico em Informática para Internet pelo Campus Palmas - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Membro do Núcleo de Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal dos Tocantins (UFT). Integrante do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (UnB). Integrante do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: representações, conflitos e direitos (UnB) e Integrante do Grupo de pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/CNPq). E-mail: lorenzo.konageski@aluno.unb.br.

Rose Dayanne Santana Nogueira

Doutoranda em Comunicação na Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Jornalista, graduada em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas. Integrante dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/Cnpq) da UFT e do Laboratório de Políticas de Comunicação (Lap-Com) da UnB; e do Coletivo ComFreire. Trabalha na Defensoria Pública do Estado do Tocantins. E-mail: rosedisantana@gmail.com

